

FERNANDA MACHADO PRESTES DELGADO

**APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO (ASEMA)
CASTILHOS - PELOTAS/RS: UMA PESQUISA
AVALIATIVA**

PELOTAS
MARÇO 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FERNANDA MACHADO PRESTES DELGADO

**APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO (ASEMA)
CASTILHOS – PELOTAS/RS: UMA PESQUISA
AVALIATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva

PELOTAS
MARÇO 2010

**APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO (ASEMA)
CASTILHOS – PELOTAS/RS: UMA PESQUISA AVALIATIVA**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva_____

1ª Examinadora Profa. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes_____

2ª Examinadora Profa. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros_____

Pelotas, março de 2010

DEDICATÓRIA

À memória de meu amado pai Claudio
Chagas Prestes.

Pai!

Pode crer, eu tô bem!

Eu vou indo....

AGRADECIMENTOS

Ao Filipe, companheiro com quem venho construindo os meus sonhos, a ele dedico todo o meu amor. Rumo à nova jornada.

À minha amada mãe Elinís pelo otimismo, pelo exemplo de fibra e de fé e por todo amor a mim dispensado.

À Telma Delgado e à Lúcia Rízzolo pelo apoio e disponibilidade na correção do português.

À Simaia, amiga querida, cuja amizade floresceu no mestrado.

À Professora Vini todo o meu afeto e gratidão pelos momentos de grande aprendizado e pelas inúmeras contribuições a este trabalho.

Aos usuários do ASEMA Castilhos e seus familiares agradeço pela generosidade de abrirem suas casas e suas almas para este trabalho.

Aos familiares e amigos que participaram de diferentes formas, todo meu carinho.

PROBLEMA SOCIAL

(Seu Jorge)

Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendia as maldades que essa vida tem mataria
a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que nem conhecia a famosa FUNABEM
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chamam pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa avaliativa sobre as ações socioeducativas desenvolvidas no Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA) Castilhos, usando como parâmetro a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Inicia com uma abordagem teórica sobre o ASEMA, como um serviço socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacando a sua transição para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A realização da pesquisa decorrente da inserção profissional da pesquisadora associada aos questionamentos sobre os resultados efetivamente produzidos por este tipo de serviço socioassistencial, privilegiou o estudo de caso, a partir de uma abordagem qualitativa dentro do enfoque dialético-crítico, usando como instrumentos a observação participante e entrevistas semiestruturadas com os pais ou responsáveis e com as crianças e adolescentes atendidos pelo ASEMA Castilhos. A questão central do estudo é a seguinte: A partir dos novos parâmetros estabelecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, quais são os resultados operados com as ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA Castilhos nas crianças e adolescentes atendidos e em seus núcleos familiares? A avaliação das ações desenvolvidas evidencia que o ASEMA é um espaço de socialização, aprendizagem e proteção a crianças e adolescentes, além de contribuir com alguns aspectos para a melhoria da qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares. No entanto, observou-se que a obrigatoriedade em frequentar o Serviço imposta aos usuários vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), bem como a deficitária educação regular ministrada pelo sistema público de ensino são aspectos negativos que permeiam as atividades do ASEMA. Esta avaliação, ainda, apontou para a necessidade de algumas mudanças e da adequação do Serviço às novas diretrizes do SUAS, como ser referenciado ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), fortalecimento do trabalho em rede e da intersetorialidade e avaliação e monitoramento sistemáticos das ações socioeducativas desenvolvidas.

Palavras-Chave: Sistema Único de Assistência Social; ASEMA Castilhos; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

ABSTRACT

This paper presents the results of an evaluative study on the socio-educational actions carried out in Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Socio-Environmental Support Open Meeting - ASEMA) Castilhos, using as parameter the National Grading Services Socioassistenciais. It starts with a theoretical approach to the ASEMA as a service of socioassistencial Sistema Único de Assistência Social (Integrated Social Welfare System – SUAS), highlighting his transition to the Coexistence Service and Strengthening Linkages the realization of research due to the inclusion of professional research associate inquiries about the results actually produced by this type of service socioassistencial privileged the case study, from a qualitative approach in the critical-dialectical approach, using tools such as participant observation and semi-structured interviews with parents or guardians and children and adolescents by ASEMA Castilhos. The central question of this study is as follows: From the new parameters set by the National Grading Services Socioassistenciais, what the results are operated with the social and educational initiatives undertaken ASEMA Castilhos in children and adolescents and their nuclear families? The evaluation of the actions developed shows that ASEMA is a space for socialization, learning and protection of children and adolescents, as well as contributing to some aspects to improve the quality of life of users and their nuclear families. However, it was observed that the requirement to attend the service imposed on users linked to the Program to Eradicate Child Labor and the loss given by the regular education public school system are negative aspects that permeate the activities of ASEMA. This assessment also pointed to the need for some changes and the adequacy of service to the new guidelines of the SUAS, and be referenced to the Reference Center for Social Assistance, strengthening of networking and intersectoral and systematic monitoring and evaluation of socio-educational development.

Keywords: Integrated Social Welfare System; Socio-Environmental Support Open Meeting; National Grading Services Socioassistenciais; Service Coexistence and Strengthening Linkages.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEMA	= Apoio Socioeducativo em Meio Aberto
BPC	= Benefício da Prestação Continuada
CADÚNICO	= Cadastro Único para programas sociais
CF/88	= Constituição Federal de 1988
CFESS	= Conselho Federal de Serviço Social
CIA	= Companhia
CNAS	= Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	= Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	= Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	= Conselho Regional de Serviço Social
ECA	= Estatuto da Criança e do Adolescente
FAO	= Órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNAS	= Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE	= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	= Liberdade Assistida
LDB	= Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	= Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	= Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	= Norma Operacional Básica
OIT	= Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	= Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PBF	= Programa Bolsa-Família
PETI	= Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	= Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	= Política Nacional de Assistência Social
PSB	= Proteção Social Básica
PSC	= Prestação de Serviço à Comunidade
PSE	= Proteção Social Especial
RH	= Recursos Humanos

RS	=Estado do Rio Grande do Sul
SCFV	=Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMCAS	=Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
SUAS	=Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	=Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Motivo de ingresso, finalidade, mudanças percebidas no núcleo familiar e nas crianças e adolescentes atendidos e expectativa quanto às ações socioeducativas no futuro dos usuários..... 84

QUADRO 2 Atividades realizadas antes de ingressar no ASEMA, mudanças positivas e negativas após o ingresso, preferência pelo cotidiano antes ou após o ingresso e mudanças propostas para o serviço 92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO (ASEMA): SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).....	16
1.1 Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Um novo paradigma de gestão.....	18
1.2 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	30
1.3 ASEMA: Um serviço socioassistencial em trânsito para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	31
1.3.1 <i>Prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais</i>	38
1.3.2 <i>Melhoria na qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares</i>	41
1.3.3 <i>Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais e ampliação do acesso a direitos socioassistenciais</i>	46
1.3.4 <i>Inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino</i>	48
2 ASEMA CASTILHOS: UMA PESQUISA AVALIATIVA.....	51
2.1 Caracterização do ASEMA Castilhos.....	51
2.2 Motivações da pesquisa	57
2.3 Problema e objetivos da pesquisa.....	61
2.4 Método e procedimentos metodológicos.....	62
3 DESCOBERTAS DA PESQUISA AVALIATIVA SOBRE AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO ASEMA CASTILHOS	68
3.1 Caracterização geral dos sujeitos pesquisados	68
3.2 Sistematização da análise realizada pelas mães entrevistadas sobre o ASEMA Castilhos	72
3.2.1 <i>Motivo de ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA Castilhos</i>	72

3.2.2 Finalidade do ASEMA Castilhos	75
3.2.3 Mudanças percebidas no núcleo familiar após ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA Castilhos	77
3.2.4 Mudanças percebidas nas crianças e adolescentes após ingresso no ASEMA Castilhos	79
3.2.5 Expectativa quanto à repercussão das ações socioeducativas no futuro das crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos.....	81
3.3 Sistematização das entrevistas com as crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos	85
3.3.1 Atividades realizadas durante o turno livre antes de ingressar no ASEMA Castilhos	85
3.3.2 Percepção de mudanças positivas e negativas nas atividades diárias após o ingresso no ASEMA Castilhos	87
3.3.3 Preferência pelo cotidiano antes ou depois de ingressar no ASEMA Castilhos	89
3.3.4 Mudanças propostas pelos usuários para o ASEMA Castilhos.....	90
3.4 Avaliação do ASEMA Castilhos e propostas para um melhor atendimento a partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES.....	117
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a avaliação dos resultados operados pelas ações socioeducativas desenvolvidas no Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA) Castilhos nas crianças e adolescentes atendidos e em seus núcleos familiares.

O interesse em realizar esta pesquisa avaliativa surgiu da inserção profissional neste Serviço socioassistencial da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) do município de Pelotas/RS e da aprovação de uma nova diretriz do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), denominada de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, cujo objetivo é padronizar os serviços socioassistenciais em todo o território nacional.

Após iniciar as atividades profissionais nesse Serviço, de conhecer a rotina e a realidade social a qual estavam inseridos os usuários e seus núcleos familiares, surgiram algumas indagações: Por que havia tão fraca adesão a este Serviço, naquele local, tão permeado de riscos para crianças e adolescentes? O ASEMA estava enfrentando objetivamente os riscos e situações de vulnerabilidade social a que estão expostos os usuários e seus familiares? As atividades desenvolvidas por este Serviço conseguiam influir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários e seus familiares?

Essas indagações provocadas pela dinâmica social do ASEMA Castilhos e confrontadas com a nova diretriz para este tipo de serviço conduziram a formulação da seguinte questão: A partir dos novos parâmetros estabelecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, quais são os resultados operados com as ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA Castilhos nas crianças e adolescentes atendidos e em seus núcleos familiares?

Ao considerar a importância do desenvolvimento de ações socioeducativas para crianças e adolescentes na faixa etária entre 07 (sete) e 14 anos que vivenciam situações de vulnerabilidade social, julga-se oportuno avaliar os resultados operados por essas ações. Nessa perspectiva, a pesquisa apresenta 03 (três) objetivos: caracterizar os usuários do ASEMA Castilhos e seus núcleos familiares; conhecer as concepções dos usuários sobre a finalidade, as ações

realizadas e os efeitos produzidos pelo ASEMA Castilhos e constatar se as atividades oferecidas no ASEMA Castilhos estão prevenindo a ocorrência de riscos ou vulnerabilidades sociais e promovendo: o aumento da inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino, a melhoria na qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares e o aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais, além da ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

O método utilizado para responder a questão central foi o estudo de caso do ASEMA Castilhos, a partir da observação participante e da realização de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis ou pais e com as crianças e adolescentes que frequentavam o Serviço.

Considerando a questão central e os objetivos traçados o desenvolvimento dessa dissertação buscará revelar se as ações socioeducativas propiciam para crianças e adolescentes, bem como para seus núcleos familiares a melhoria na qualidade de vida, a prevenção da ocorrência de riscos ou vulnerabilidades sociais, além de promover a permanência na rede regular de ensino, o acesso a outros serviços socioassistenciais, bem como a direitos socioassistenciais.

Pretende-se, assim, que este trabalho possa contribuir para a atividade de profissionais que atuam no SUAS, particularmente, neste tipo de serviço, com a gestão municipal, e, inclusive com os conselheiros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao propiciar uma leitura crítica da repercussão de um tipo de serviço socioassistencial sobre a realidade vivenciada pelos usuários e suas famílias, evidenciando possibilidades, limites e desafios que requerem um novo tipo de ação para, de fato, assegurar a garantia de direitos.

Para possibilitar uma melhor compreensão sobre o tema escolhido, o primeiro capítulo trará uma análise do ASEMA Castilhos como um serviço socioassistencial previsto no SUAS, atribuindo especial atenção a este novo paradigma de gestão da política de assistência social. Apresentará, ainda, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por ser a mais recente normativa do SUAS, rumo à consolidação da política de assistência social como política de direitos. Destaca-se, também, a transição do ASEMA para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), estabelecendo os novos parâmetros de atuação para o Serviço.

O segundo capítulo apresenta uma caracterização do ASEMA Castilhos, enfatizando os objetivos a serem alcançados pelas ações socioeducativas, o público-alvo, a rotina de atendimento aos usuários, além da caracterização geográfica do Serviço. Este capítulo destaca, ainda, as motivações para a realização desta pesquisa avaliativa, bem como o problema e os objetivos. Além disso, estabelece o método e os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo.

O terceiro capítulo pretende mostrar as descobertas originadas da pesquisa, a partir da análise das ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA Castilhos. Apresenta-se, também, a caracterização dos sujeitos pesquisados, além da sistematização das análises feitas com os dois grupos de entrevistados.

E, por fim, são tecidas algumas considerações a respeito da avaliação das ações socioeducativas, além de apresentar propostas para um melhor atendimento a partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Cumpre ressaltar que este trabalho não intenciona responder de forma absoluta às indagações surgidas, pois a dinamicidade social está sempre proporcionando novas descobertas e, portanto, novos saberes.

1 APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO (ASEMA): SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

A assistência social possui a marca histórica da idéia de favor, de benevolência (Couto, 2006a), colocando o “candidato” a receptor de tal ajuda em duas situações: a de gratidão pelo auxílio recebido e de incapacidade de superar sua condição. “Ante a ausência do direito, a relação que se estabelece é de subalternidade transformando o beneficiário em um eterno dependente” (SOUZA, 2006, p. 84).

Somente com o advento da Constituição Federal de 1988 (CF/88) é que a assistência social é considerada um direito à proteção social, sendo reconhecida como política pública.

Até este período, aqueles “sujeitos” desafortunados, vítimas de infortúnios, eram agraciados pela benesse do Estado, reforçando as figuras do “desamparado e do necessitado com suas demandas atomizadas em uma posição de subordinação e culpabilização pela sua condição de pobreza” (YASBEK, 2003, p. 50).

Márcia Helena Lopes (2006) destaca que a história da assistência social no Brasil vivenciou a partir do final da década de 1980 dois importantes movimentos. O primeiro foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inscreveu a política de assistência social no rol de políticas públicas de responsabilidade do Estado.

O segundo movimento foi o advento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, cujo fundamento é regulamentar os artigos 203 e 204 da CF/88, que definem e explicam a natureza, o significado e o campo de atuação da assistência social enquanto política de Seguridade Social.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2003, p. 130).

O art. 204 da CF/88 prevê que ações do governo serão custeadas com recursos provenientes do orçamento da seguridade social e de outras fontes. Apresenta ainda, a descentralização político-administrativa e o controle social como diretrizes de organização (Brasil, 2003).

A CF/88 ao instituir a assistência social como política de seguridade social, bem como prestada a quem dela necessitar sem contribuição prévia, “dá um importante passo na construção da cidadania” (SOUZA, 2006, p. 86).

A inclusão da assistência social no rol das políticas universais vem coroar um longo processo de luta para que as práticas inscritas no campo da proteção social fossem garantidas como direito, tendo, assim, um ordenamento institucional (SOUZA, 2006, p. 86).

A fim de regulamentar as proposições constitucionais foi necessário a aprovação de legislações complementares, mas em razão de entraves e resistências governamentais, principalmente no período de Fernando Henrique Cardoso, somente em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

As medidas neoliberais adotadas por este governo escamotearam a possibilidade de estruturação de um sistema de proteção social público no Brasil em detrimento de uma medida de transferência da responsabilidade estatal à sociedade civil com a adoção do Programa Comunidade Solidária. A lógica do programa acarretou uma fragilidade da possibilidade de implementação dos padrões de gestão pública estabelecidos na LOAS (ZIMMERMANN E ANDRADE, 2008, p. 72).

Dessa forma, a partir da aprovação da LOAS, a política de assistência social vivencia um processo de institucionalização, de profissionalização e de alcance de racionalidade técnica e política. A regulação de tal política reverte à lógica do favor para a lógica do direito à proteção social para todos os cidadãos.

Em 2004, com o intuito de regular e normatizar a política de assistência social, aprova-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que “expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (PNAS, 2004, p. 08).

Com o advento da PNAS/2004, a política de assistência social passou a ser implementada de forma integrada a outras políticas, levando em consideração “as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (PNAS, 2004, p. 33-34). Sob esse prisma, apresenta como objetivos

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;
- Assegurar que ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 34).

A PNAS/2004 intenciona a construção de um novo enfoque para a política de assistência social e de acordo com o artigo 6º da LOAS, “as ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo” (LOAS in CRESS 10ª Região, 2009, p. 126). E este sistema é denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

1.1 Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Um novo paradigma de gestão

O Sistema Único de Assistência Social

(...) constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados

e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (MDS, 2009).

Resumidamente, a Norma Operacional Básica de 2005 (NOB-SUAS), estabelece que o SUAS:

- * consolida a gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos, que complementar e articuladamente, operacionalizam a proteção social na assistência social;
- * estabelece as responsabilidades dos entes federativos para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social;
- * opera sob os compromissos da PNAS/2004;
- * baseia suas ações na unidade de propósitos, com ênfase no alcance de direitos pelos usuários;
- * regula a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de Assistência Social, de caráter permanente e eventual;
- * respeita e reconhece as diferenças e desigualdades regionais e municipais, que devem ser consideradas no planejamento e execução das ações;
- * articula suas ações às organizações e entidades de Assistência Social.

A PNAS/2004 menciona que o SUAS organiza os serviços socioassistenciais a partir de referências: a proteção social, a vigilância social e a defesa social e institucional.

A proteção social garante três tipos de segurança: de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, acolhida e convívio ou vivência familiar. A segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia é aquela em “que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou desemprego” (PNAS, 2004, p. 32).

A segurança de acolhida “opera com a provisão de necessidades humanas, que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo” (PNAS, 2004, p. 32). Ainda, demandam acolhida

(...) necessidade de separação da família ou da parentela por múltiplas situações, como violência familiar ou social, drogadição, alcoolismo, desemprego prolongado e criminalidade (...) também

situações de desastre ou acidentes naturais, além da profunda destituição e abandono que demandam tal provisão (PNAS, 2004, p. 32).

A segurança da vivência ou do convívio familiar atua em razão da “não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações” (PNAS, 2004, p. 32).

A vigilância social é a produção de sistemas de informação sobre as situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social que incidem sobre as pessoas em seus vários ciclos de vida, pessoas com deficiência, em situação de abandono, vítimas de violência ou ameaças, de preconceitos, entre outros (PNAS, 2004).

Em relação à defesa social e institucional, é a garantia do acesso ao conhecimento dos direitos pelos usuários, bem como a sua defesa. O SUAS prevê resumidamente como direitos socioassistenciais: atendimento digno, acesso à rede de forma hábil, direito à informação, direito à manifestação de seus interesses, direito a serviços de qualidade, direito à convivência familiar e comunitária, entre outros (PNAS, 2004).

O SUAS define e organiza os elementos necessários à execução da política a fim de possibilitar a padronização dos serviços, a qualidade dos mesmos, indicadores de resultados e avaliação, bem como os seguintes eixos estruturantes

Matricialidade sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A política de recursos humanos; A informação, o monitoramento e a avaliação (MDS, 2005, p. 16).

A matricialidade sociofamiliar se faz presente como eixo estruturante em razão da família ser o *locus* privilegiado da proteção primeira, ou seja, onde acontecem os primeiros cuidados aos seus membros. No entanto, a família também necessita de proteção e cuidados. A própria CF/88, em seu artigo 226, prevê que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 2003, p. 140), estabelecendo-a como sujeito de direitos.

A descentralização político-administrativa significa que em cada nível de governo haverá comando único das ações da política de assistência social. Além disso, as ações dar-se-ão de forma articulada, conforme menciona o art. 11 da LOAS, “cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (LOAS in CRESS 10^a Região, 2009, p. 127-128).

A territorialização, como eixo estruturante, reconhece a existência de vários fatores econômicos e sociais, que levam o sujeito ou a família a situações de vulnerabilidades, risco pessoal ou social.

Este eixo estruturante

(...) possibilita orientar a proteção social de Assistência Social: na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa; nas ações de Assistência Social; no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (MDS, 2005, p. 19).

As novas bases para a relação entre o Estado e a Sociedade Civil são trazidas à tona em razão da política de assistência social propor ações em conjunto do governo e da sociedade civil para garantir proteção a quem precisa.

De acordo com a PNAS

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social (2004, p. 51)

Esta parceria se dará a partir da constituição de redes, em que o Estado será o coordenador do processo de articulação e integração e as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais serão “co-gestoras através dos conselhos de assistência social e co-responsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais” (PNAS, 2004, p. 52).

O art. 195 da CF/88 prevê que o financiamento da seguridade social será feito por toda a sociedade, a partir dos orçamentos dos entes federativos e de contribuições sociais.

No SUAS, a “instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo” (PNAS, 2004, p. 53).

(...) o financiamento dos benefícios se dá de forma direta aos seus destinatários, e o financiamento da rede socioassistencial se dá mediante aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo, bem como de repasses de recursos para projetos e programas que venham a ser considerados relevantes para o desenvolvimento da política de assistência social em cada esfera de governo, de acordo com os critérios de partilha e elegibilidade de municípios, regiões e, ou estados e o Distrito Federal, pactuados nas comissões intergestoras e deliberados nos conselhos de assistência social (PNAS, 2004, p. 53).

Pode-se afirmar que o controle social também é um dos eixos estruturantes da PNAS (2004) e tem sua concepção advinda da CF/88, uma das razões para que seja também chamada de “Constituição Cidadã”¹. Na LOAS, o controle social está previsto no art. 5º, juntamente com a descentralização político-administrativa e com a responsabilização do Estado na condução da assistência social, como diretrizes organizativas de tal política (LOAS in CRESS 10ª Região, 2009).

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnica-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (PNAS, 2004, p. 56).

De acordo com o SUAS a participação se efetiva em conselhos, em conferências, bem como, em outros espaços informais como em fóruns e em associações de bairro, etc.

¹ Assim chamada por Ulysses Guimarães por contemplar a participação da sociedade nas decisões que lhe diz respeito.

As conferências, de acordo com o art. 18, inciso VI da LOAS, apresentam como atribuições avaliar a situação da política e propor o seu aperfeiçoamento (LOAS in CRESS 10ª Região, 2009).

Os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha de recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. (...) ainda, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros (artigo 18 da LOAS). (PNAS, 2004, p. 56).

Cabe salientar, conforme a LOAS, em seu art. 17, parágrafo 1º e incisos, que os conselhos de assistência social são paritários, isto é, 50% dos integrantes são representantes do Estado e os outros 50% são “representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio” (LOAS in CRESS 10ª Região, 2009, p. 130).

A PNAS traz, também, à discussão a questão da participação dos usuários nos conselhos, e isso sugere algumas reflexões: a importância de um amplo processo de “formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos que envolvam os atores da política de assistência social” (2004, p. 58). Há que se resgatar a participação dos indivíduos, a fim de que a política realmente seja controlada pelos seus usuários e que estes percam o estigma de subalternos e incapazes.

Ainda, a PNAS (2004) traz como proposições a realização de eventos que fomentem o protagonismo dos usuários, bem como, a criação de ouvidorias, reuniões itinerantes para atingir o maior número de usuários possíveis e a necessidade de informações sobre o controle social a partir do Ministério Público e outros órgãos do Estado.

Em razão da política de assistência social, a partir da CF/88 e da LOAS, ter um campo próprio e específico de atuação, surgiu a necessidade de uma política de recursos humanos. Os trabalhadores precisam estar em consonância com a

nova concepção da assistência social e que “superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para viabilizadores de direitos” (PNAS, 2004, p. 59). Além disso, os trabalhadores devem conhecer de forma clara e apropriada a legislação implantada pós CF/88.

O SUAS traz a proposta de

(...) estabelecimento de novas relações entre gestores e técnicos nas três esferas de governo, destes com dirigentes e técnicos de entidades prestadoras de serviços, com os conselheiros dos conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como com usuários e trabalhadores. (...) qualificação dos recursos humanos e maior capacidade de gestão dos operadores da política (PNAS, 2004, p. 60).

A PNAS (2004) determina, ainda, que os trabalhadores, gestores e conselheiros devem ser capacitados sistemática e continuamente. Além da criação de um plano de carreira, prevê a criação de espaços para debates e realização de concursos públicos.

Cabe ainda salientar que a PNAS traz um último eixo estruturante, a informação, o monitoramento e a avaliação. Para que a PNAS (2004) se consolide efetivamente é de suma importância a implantação de um sistema de avaliação e informação, bem como o constante monitoramento da assistência social, cujos objetivos são

(...) a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo. Agregado a isto, (...) aponta para a necessidade de utilização de um sistema de informação em orçamento público também para as três esferas de governo (PNAS, 2004, p. 61).

Com isso, pretende-se alcançar “novos patamares de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil, das ações realizadas e da utilização de recursos” (PNAS, 2004, p. 61), promovendo a participação popular e uma gestão de excelência da assistência social. E a partir daí, promover e consolidar a informação acessível a todos.

A NOB-SUAS traz também como objetivo a cooperação entre todos os membros da federação. Assim para que haja a plena concretização deste federalismo cooperativo é necessário um aprimoramento dos “instrumentos legais e institucionais de cooperação intergovernamental” (MDS, 2005, p. 24).

Trata-se, portanto, de uma estratégia fundamental frente à escassez de recursos públicos, à diferenciada capacidade gerencial e fiscal dos entes federados, às profundas desigualdades socioeconômicas regionais e à natureza cada vez mais complexa dos problemas urbanos, ambientais e de desenvolvimento econômico territorial, que exigem soluções intersetoriais e intergovernamentais. Nesse contexto, sobressai a importância de fortalecer a articulação e cooperação das esferas de governo no âmbito do espaço sub-regional (MDS, 2005, p. 24).

Sobretudo, deve-se ressaltar que esta cooperação é norteada pelo princípio da subsidiariedade “que pressupõe que as instâncias federativas mais amplas não devem realizar aquilo que pode ser exercido por instâncias federativas locais” (MDS, 2005, p. 25).

A partir daí o SUAS apresenta um tipo de gestão para cada ente federativo, dentre eles, três subdivisões para os municípios: municípios com gestão inicial, básica e plena.

Os municípios de gestão inicial são aqueles que ao não habilitarem-se para a gestão básica ou plena receberão recursos da União, por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). (MDS, 2005).

Os municípios habilitados em gestão básica assumem a Proteção Social Básica (PSB), bem como o gestor assume a responsabilidade de organizá-la (MDS, 2005).

Os municípios de gestão plena são aqueles que possuem

(...) a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS (MDS, 2005, p. 28).

Nos municípios de gestão plena o gestor é responsável pela Proteção Social Básica (PSB) e pela Proteção Social Especial (PSE).

De acordo com a PNAS (2004), a assistência social dá especial atenção às famílias e aos seus membros a partir do seu território de vivência, priorizando àqueles sujeitos em situações de fragilidades, vulnerabilidades e de vitimizações entre seus membros.

A atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida levem à concretização de direitos humanos e sociais (MDS, 2005, p. 18).

O SUAS, com este modelo de gestão a qual define as competências de cada ente federativo, em especial a dos municípios, está se implementando a partir de níveis de complexidade do sistema, isto é, Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade.

A Proteção Social Básica tem por objetivos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (MDS, 2009).

Esta proteção é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social, em virtude da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento.

A Proteção Social Básica

Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas portadoras de deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a PSB, dada a natureza de sua realização (MDS, 2009).

Segundo o artigo 20 da LOAS, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, dirigido às pessoas com deficiência e aos idosos com 65 anos ou mais, observando para o acesso a comprovação da não possibilidade de possuir meios para prover sua

própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (LOAS in CRESS 10ª Região, 2009).

Em relação aos benefícios eventuais, previstos no artigo 22 da LOAS, são provisões em pecúnia ou espécie que têm por objetivo cobrir necessidades temporárias em razão de contingências relativas a situações de vulnerabilidades, em grande parte relacionadas ao ciclo de vida, desvantagem pessoal ou ocorrência de incertezas (LOAS in CRESS 10ª Região, 2009).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão, ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários (PNAS, 2004, p. 36).

Ainda cabe ressaltar que a proteção social básica tem como unidade de medida a família referenciada

Considera-se “família referenciada” aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados. (...) também será adotada para atender em situações isoladas e eventuais relativas a famílias que não estejam em agregados territoriais atendidas em caráter permanente, mas que demandam do ente público proteção social (MDS, 2005, p. 23).

Esta unidade de medida ainda alcançará famílias que tenham membros beneficiários do BPC, benefícios monetários na forma de Bolsa familiar, auxílio financeiro para o combate ao trabalho infantil, Bolsa para adolescentes em medidas socioeducativas ou em abrigo e outras situações de risco (MDS, 2005).

Os serviços de proteção básica são executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Segundo o MDS, “são unidades estatais de base territorial, localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social que abrange um total de 1.000 famílias/ano” (MDS, 2009).

O CRAS atua junto a famílias e indivíduos dentro da própria comunidade, objetivando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. A partir disso, é responsável pelo oferecimento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Este programa

(...) expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços de assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à rede e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar (MDS, 2009).

Os serviços de proteção social básica de assistência social são

(...) aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como: Programa de Atenção Integral à Família; Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centro de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento de vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (PNAS, 2004, p. 37).

A Proteção Social Especial é destinada à família e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil.

Segundo a PNAS

São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. (...) comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que

assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada (2004, p. 39).

Em função de estes serviços estarem estreitamente ligados à garantia de direitos, exigem, em muitas situações, uma gestão compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos do Poder Executivo.

Os serviços de proteção social especial podem ser organizados em municípios com maior incidência de violação de direitos, por serviços de referência regional, coordenados e executados pelos estados ou via consórcios públicos entre municípios.

A Proteção Social Especial apresenta dois níveis de complexidade, a média e a alta.

A PSE de Média Complexidade oferece serviços de atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas, cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

Este tipo de serviço requer maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada, conseqüentemente, mais individualizada, e, ou, acompanhamento sistemático e monitorado, tais como: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidados no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade-PSC e Liberdade Assistida-LA).

A PNAS prevê que

A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário (2004, p. 40).

O atendimento no CREAS se difere do prestado no CRAS visto a proteção especial estar vinculada à violação de direitos.

A PSE de alta complexidade garante serviços de proteção integral, ou seja, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário, tais como: Atendimento Integral

Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, Internação provisória e sentenciada); Trabalho protegido.

1.2 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Dentro das mudanças ocorridas na política de Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988, a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais² é mais um passo na direção da consolidação da Assistência Social como política de direito voltada à extensão da cidadania social.

Em novembro de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprova tal Tipificação, cujo conteúdo visa padronizar os serviços socioassistenciais em todo o território brasileiro.

Esta Tipificação apresenta uma matriz padronizada para os serviços socioassistenciais, a qual estabelece: nome do serviço, descrição, usuários, objetivos, condições e forma de acesso, unidade, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, impacto social esperado e regulações³.

Sendo assim, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais apresenta uma síntese da nomenclatura dos serviços socioassistenciais previstos no SUAS, a partir do tipo de proteção:

Proteção Social Básica

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

² Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/noticias/livro_tipificacao_nacional_internet.pdf/view>. Acesso em 21 de fevereiro de 2010.

³ Vide Anexo 1.

Proteção Social Especial

Média Complexidade:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
2. Serviço Especializado de Abordagem Social
3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias
5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Alta Complexidade:

6. Serviço de Acolhimento Institucional
7. Serviço de Acolhimento em República
8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

1.3 ASEMA: Um serviço socioassistencial em trânsito para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA) é dirigido ao atendimento de crianças e adolescentes, os quais até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1990, eram chamados de menores⁴ e estavam sujeitos à Doutrina da Situação Irregular, ou seja, os menores eram considerados como

⁴ A imagem do menor começa a ser constituída no final do século XIX, no contexto da construção republicana do Brasil e da necessidade de formar uma classe trabalhadora nacional. Nos jornais, nas revistas jurídicas e nas conferências acadêmicas, o menor vai aparecendo e se constituindo como categoria que define crianças e adolescentes pobres das cidades que, por não se encontrarem sob a autoridade dos pais, são consideradas abandonadas. Ou seja, a imagem do menor surge associada à materialidade e ao abandono moral (Lodoño, 1991). (Torres *et al*, 2006, p. 101).

(...) objeto de medidas judiciais quando encontrados em situação irregular, ou seja, privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, vítimas de maus tratos, em perigo moral, com desvio de conduta e autores de ato infracional (TORRES *et al*, 2006, p. 102).

Em razão disso, Maria Liduina Silva (2003) menciona que houve a regulamentação da pobreza, ou seja, crianças e adolescentes eram penalizados pela pobreza de suas famílias e pela ausência de políticas públicas, sendo, algumas vezes “apreendidos por suspeita de ato infracional, os quais eram submetidos à privação de liberdade sem que a materialidade dessa prática fosse comprovada e eles tivessem direitos para sua devida defesa” (SILVA, 2003, p. 33).

A partir daí, a família era responsabilizada pela conduta inadequada de seus filhos, em razão desta doutrina estar baseada tanto na “visão higienista de proteção do meio e do indivíduo quanto na visão jurídica repressiva e moralista”⁵ (Torres *et al*, 2006, p. 102).

A assistência prestada a estes “menores” apresentava cunho caritativo, baseado no atendimento corretivo e repressivo, “materializado nos institutos, internatos, reformatórios, escolas premunitórias e correccionais” (Torres *et al*, 2006, p. 103).

Com a aprovação do ECA, após importante participação da sociedade civil⁶, crianças e adolescentes deixaram de ser considerados como menores em situação irregular e passaram a ser reconhecidos como cidadãos, isto é, sujeitos de direitos.

⁵ No que se refere à questão da infância, juristas e higienistas foram personagens fundamentais no enfraquecimento da visão não intervencionista do Estado. Sobretudo no período compreendido entre 1920 e 1926, médicos e advogados foram os principais responsáveis tanto pela criação de instituições quanto pela articulação de reformas nesta área (Torres, *et al*, 2006, p. 102).

⁶ No que se refere à Sociedade Civil, registra-se, dentre outros movimentos, a criação, em 1987, da Comissão Nacional Criança e Constituinte, com representantes das organizações governamentais e não governamentais, que conseguiram reunir em todo o País mais de 600 grupos de trabalho. Esses grupos elaboraram uma lista de recomendações à Assembléia Constituinte sobre os direitos das crianças e adolescentes e conseguiram exercer uma pressão significativa sobre os resultados da Carta Magna de 1988 (Carvalho, 2000, p. 187).

A Doutrina concebida no ECA é a da Proteção Integral⁷, ou seja, aquela que preconiza a garantia de direitos fundamentais a todas as crianças e adolescentes como saúde, educação, vida, liberdade, lazer, etc.

A Doutrina da Proteção Integral, ainda, prevê o direito ao convívio familiar e comunitário, elencado no art. 19 do ECA, a qual estabelece que

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (ECA IN CRESS 10ª Região, 2009, p. 189-190).

Portanto, a família é a “rede de socialização primária (...) devendo ser dada a ela condições de cuidar e educar seus filhos em todos os aspectos da vida social” (Carvalho, 2000, p. 190).

Segundo a PNAS/2004, os efeitos de crises econômicas e do mundo do trabalho propiciaram transformações nas formas de composição e no papel das famílias. E isso ocorre em razão dos processos de exclusão, que reforçam suas fragilidades e contradições.

A família está na centralidade da política de Assistência Social por ser “mediadora das relações entre sujeitos e a coletividade (...) bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (PNAS, 2004, p. 44), e, também, por ser o *locus* da “construção social da realidade” (Saraceno, 1997, p. 12).

A PNAS estabelece que as ações devam ser centralizadas no âmbito da família, em razão de ser um “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que também precisa ser cuidada e protegida” (2004, p. 43).

Nesta perspectiva, segundo a PNAS/2004, estamos diante de uma família quando encontramos um grupo de pessoas unidas por laços consangüíneos, afetivos ou de solidariedade.

A família, “tradicionalmente considerada a célula *mater* da sociedade” (PEREIRA, 2006a, p. 36), é o espaço privilegiado onde o homem aprende a ser e

⁷ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o acesso aos direitos fundamentais, visto serem considerados sujeitos de direitos.

a conviver, além de fazer a conexão e mediação entre gêneros e gerações (Mioto, 2008).

Espaço ao mesmo tempo físico, relacional e simbólico aparentemente mais conhecido e comum, a ponto de ser usado como metáfora para as situações que têm a ver com espontaneidade, com a naturalidade, com o reconhecimento sem necessidade de mediação (...) a família revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais. De fato, é dentro das relações familiares, tal como são socialmente definidas e regulamentadas, que os próprios acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer à natureza, recebem o seu significado e através deste são entregues à experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação (SARACENO, 1997, p. 12).

Segundo Regina Mioto, deve-se falar em famílias devido à “diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira” (Mioto, 1997, p. 120).

A partir disso, a fim de proteger a família, em especial as crianças e os adolescentes que vivenciam situações de vulnerabilidades sociais, foi criado o Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA).

Esse Serviço foi criado a partir da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, prevista no artigo 86 e seguintes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), cujo objetivo é articular um conjunto de ações governamentais e não governamentais em todas as esferas de governo.

No Estado do Rio Grande do Sul (RS) o ASEMA está integrado às ações da rede de proteção à criança e ao adolescente, configuradas no Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003, cujo embasamento está previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2003, p. 141).

A partir disso, o Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003 conceitua o ASEMA como

Serviço dirigido à criança e ao adolescente, em turno inverso ao da escola, onde são executadas atividades voltadas à garantia de direitos, promoção, proteção, desenvolvimento e socialização, tendo como intercomplementariedade, propostas de ações com a família, escola e a comunidade (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2000-2003 IN BRASIL, 1999, p. 81).

Este Plano menciona que a população alvo do ASEMA são crianças e adolescentes de 07 (sete) a 18 anos em situação de vulnerabilidade social em especial aquelas decorrentes de situação de pobreza, da fragilidade da família no papel de adultos responsáveis, de deficiência física, visual, auditiva e mental, de negligência, de abuso sexual, da violência doméstica, de maus tratos físicos e psicológicos, da dependência química e do trabalho infantil.

O Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003, ainda, prevê como objetivo para o ASEMA “assegurar o desenvolvimento e proteção integral da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, garantindo seus direitos fundamentais” (Brasil, 1999, p. 82).

O ASEMA, de acordo com este Plano, deve realizar as seguintes ações

- Desenvolvimento de ações diárias e em turno inverso ao da escola através de oficinas artísticas, culturais, de lazer e recreação, desportivas e pedagógicas bem como atividades grupais de socialização e desenvolvimento da autoestima, de acordo com a faixa etária e conforme seus interesses. As atividades devem enriquecer o universo cultural, informacional e lúdico das crianças e adolescentes, como também o conhecimento e respeito ao meio ambiente como forma de preservação do direito à vida com qualidade.
- Articulação com a escola, favorecendo o ingresso, permanência, retorno e sucesso escolar.
- Atendimento integrado à família e à comunidade, propiciando a melhoria na qualidade de vida.
- Planejamento e avaliação das atividades com o envolvimento das crianças e adolescentes (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2000-2003, IN BRASIL, 1999, p. 82).

Com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em novembro de 2009, o ASEMA passou a ser denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Este Serviço deve ser realizado

(...) em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 08).

O SCFV deve facilitar as trocas culturais e de experiências, desenvolver os sentimentos de pertença e identidade, incentivar a socialização e o convívio comunitário. Além de estar pautado “na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social” (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 08).

Além disso, deve estar articulado ao PAIF, cujo objetivo é o atendimento às famílias destes usuários, garantindo a matricialidade sociofamiliar prevista na política de assistência social.

Como objetivos gerais para este Serviço, a Tipificação prevê:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;

- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 10-11).

A Tipificação, ainda, dividiu o SCFV nos seguintes percursos: para crianças até 06 (seis) anos; para crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 anos; para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e para idosos. Conforme observado, houve uma ampliação da faixa etária do atendimento a crianças e adolescentes anteriormente estabelecido no Plano Estadual de Assistência Social do RS 2000-2003 de 07(sete) a 14 anos para 06 (seis) a 15 anos.

O Serviço para crianças e adolescentes, segundo esta Tipificação tem por foco

(...) a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 09).

Preferencialmente serão atendidos por este Serviço socioassistencial crianças e adolescentes vinculados ao PETI, crianças e adolescentes reconduzidos ao convívio familiar após medida de abrigamento, crianças e adolescentes com deficiência, crianças e adolescentes cuja família seja beneficiária do Programa Bolsa-Família e crianças e adolescentes com precário acesso à renda e aos serviços públicos (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009).

Os objetivos específicos para o Serviço de atendimento a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 anos são

- Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 11).

Os impactos sociais esperados por este Serviço estão divididos em gerais e em específicos, dependendo da faixa etária a ser atendida.

São impactos sociais esperados gerais para o SCFV aqueles que contribuem para: a redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social; prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais e melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.

O SCFV apresenta apenas impactos sociais esperados específicos para o serviço cuja faixa etária é entre 15 e 17 anos e para o serviço dirigido a idosos.

A seguir apresenta-se uma breve descrição dos resultados que devem ser alcançados pelo SCFV, conforme o estabelecido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

1.3.1 Prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais

Segundo a PNAS (2004) o usuário da Assistência Social são cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como:

(...) famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;

desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 34)

O conceito de vulnerabilidade social trazido pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo demográfico de 2000, e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2001 em diante.

Considera-se como população vulnerável o conjunto de pessoas residentes que apresentam pelo menos uma das características abaixo e a combinação dessas comporá a taxa de vulnerabilidade social de determinado território.

Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. (...) trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma; lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.

Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.

Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.

Família na qual há um chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.

Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.

Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.

Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.

Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.

Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência (MDS, 2005, p. 57).

No entanto, este conceito apresenta-se incompleto, em razão de que somente atende a uma das formas de vulnerabilidade social, ou seja, aquelas situações decorrentes da pobreza, excluindo aquelas populações que estão com vínculos afetivos e de pertencimento fragilizados, conforme estabelece o SUAS.

Em virtude disso, salienta-se a necessidade de buscar outras definições de vulnerabilidade social que possam dar conta das outras formas de vulnerabilidade social.

Gustavo Busso (2001) menciona que a noção de vulnerabilidade social é um processo multidimensional que *“confluye en el riesgo o probabilidad del individuo, hogar o comunidad de ser herido, lesionado o dañado ante cambios o permanencia de situaciones externas y/o internas”* (Busso, 2001, p. 08).

O autor ainda completa que uma combinação de fatores leva determinado indivíduo, família ou grupo a sofrer deteriorações em seu bem-estar. E mais, afirma que todos os indivíduos e comunidades são, em maior ou menor grau, vulneráveis (Busso, 2001).

Busso ainda relata

La relevancia de la noción de vulnerabilidad social se relaciona con la posibilidad de captar cognitivamente cómo y por qué diferentes grupos y sectores de la sociedad están sometidos de forma dinámica y heterogénea a procesos que atentan contra su subsistencia y capacidad de acceso a mayores niveles de bienestar. En este sentido, la noción se orienta a enfocar su atención en la existencia y posibilidad de acceso a las fuentes y derechos básicos de bienestar como, entre otros, el trabajo, ingresos, tiempo libre, seguridad, patrimonio económico, ciudadanía política, identidad cultural, autoestima, integración social (BUSSO, 2001, p. 09).

Busso (2001) também explica que em razão da vulnerabilidade social estar relacionada à exposição de choques tanto internos e/ou externos, a maneira como as comunidades enfrentam tais riscos é que determinam a intensidade dos danos e prejuízos.

Portanto, a maior capacidade de resposta a choques externos reflete um menor nível de vulnerabilidade. Fortalecer a capacidade de resposta dos grupos com desvantagens sociais implica diminuição dos níveis de vulnerabilidade diante de tais choques. Esta capacidade de resposta se relaciona com

- *Diversidad, fortaleza y flexibilidad de recursos internos.*
- *Previsión y grado de exposición a riesgos.*
- *Creatividad, proactividad y velocidad de respuesta.*
- *Organización y participación de individuos y grupos expuestos a riesgos.*

- *Intensidad y duración del choque externo* (BUSSO, 2001, p. 15).

A partir disso, pretende-se analisar se os serviços desenvolvidos no ASEMA podem ser considerados eficientes para prevenir situações de vulnerabilidade social, além de fortalecer a capacidade de crianças e adolescentes para responderem aos riscos a que estão expostos, bem como minimizar vulnerabilidades sociais.

1.3.2 Melhoria na qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares

Segundo a PNAS/2004 a política de assistência social é construída a partir de “três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo primeiro, isto é, a família” (PNAS, 2004, p. 14).

Isso justifica uma maior inserção no cotidiano das pessoas e de seus núcleos familiares, pois são nestes espaços que se constituem riscos e vulnerabilidades sociais, e, também é onde se permite o exame da realidade a partir de necessidades.

A fim de entender o que seja qualidade de vida, utiliza-se o referencial de Potyara Pereira para necessidades humanas básicas, ou seja, “condições prévias suficientes para o exercício da cidadania” (Pereira, 2006b, p. 26).

Com o intuito de entender o que são necessidades humanas básicas é necessário distingui-las de necessidades não básicas. O ponto de distinção é a “ocorrência de sérios prejuízos à vida material dos homens e à atuação destes como sujeitos (informados e críticos), caso estas necessidades não sejam adequadamente satisfeitas” (Pereira, 2006b, p. 67).

Potyara Pereira menciona que sérios prejuízos são

(...) impactos negativos cruciais que impedem ou põem em sério risco a possibilidade objetiva dos seres humanos de viver física e socialmente em condições de poder expressar a sua capacidade de participação ativa e crítica. São, portanto, danos cujos efeitos nocivos independem da vontade de quem os padece e do lugar ou da cultura em que se verificam (PEREIRA, 2006b, p. 67).

Em razão disso, a autora relata que necessidades humanas básicas são universais, pois atingem todo e qualquer cidadão e são objetivas, visto sua provisão independe de preferências individuais⁸.

Sendo assim, Pereira observa que somente a saúde física e autonomia são necessidades básicas objetivas e universais “que devem ser concomitantemente satisfeitas para que todos os seres humanos possam efetivamente se constituir como tais (...) e realizar qualquer outro objetivo ou desejo socialmente valorado” (Pereira, 2006b, p. 68).

Isso significa que estas necessidades são precondições para que seja possível alcançar a participação social “com vistas à libertação humana de quaisquer formas de opressão, incluindo a pobreza” (Pereira, 2006b, p. 69).

A partir daí, saúde física é uma necessidade humana básica “porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos de viver” (Pereira, 2006b, p. 69).

Por autonomia, a autora entende que é “a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões” (Pereira, 2006b, p. 70).

No entanto, segundo Pereira (2006b) a otimização no atendimento das necessidades humanas básicas precisa ser acompanhada pela satisfação de necessidades intermediárias ou satisfadores universais, ou seja,

(...) tendo em vista o reforçamento e a otimização da atenção às necessidades humanas básicas, *Doyal e Gough*⁹ identificam as características de *satisfiers* que, em qualquer parte, podem contribuir para a melhoria da saúde física e da autonomia dos seres humanos, sejam eles quem forem. Essas características eles chamam de “satisfadores universais” ou “necessidades intermediárias” (...), os quais são essenciais à proteção da saúde física e da autonomia e à capacitação dos seres humanos para participar o máximo possível das suas formas de vida e culturas (PEREIRA, 2006b, p. 75).

Pereira ressalta, ainda, que as necessidades intermediárias “são insuficientes quando defrontados com necessidades locais” (Pereira, 2006b, p.

⁸ A não-satisfação de uma preferência, por exemplo, pode causar sofrimentos e criar eventualmente prejuízos materiais ou psicológicos. Mas isso não impedirá o agente da preferência não atendida de viver e participar como sujeito na sociedade (PEREIRA, 2006b, p. 68).

⁹ *Doyal, Len e Gough, Ian. A theory of human need. London, MacMillan, 1991.*

76), necessitando a identificação de “satisfadores específicos, os quais poderão melhorar as condições de vida e de cidadania” (Pereira, 2006b, p. 76), em situações territoriais específicas.

As necessidades intermediárias são, na sua maioria, acompanhadas por índices sociais negativos e foram agrupadas da seguinte forma: 09 (nove) categorias dirigidas a todas as pessoas e 02 (duas) dirigidas especificamente a mulheres e crianças, quais sejam:

- a. alimentação nutritiva e água potável;
- b. habitação adequada;
- c. ambiente de trabalho desprovido de risco;
- d. ambiente físico saudável;
- e. cuidados de saúde apropriados;
- f. proteção à infância;
- g. relações primárias significativas;
- h. segurança física;
- i. segurança econômica;
- j. educação apropriada;
- l. segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto.

Em relação à alimentação nutritiva e água potável, Pereira baseada na teoria de *Doyal e Gough*, relata como referência “o cálculo elaborado pelo Órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sobre a quantidade diária de calorias de que um indivíduo necessita para sobreviver” (Pereira, 2006b, p. 76). A FAO considera que um homem moderadamente ativo necessita de 3.000 calorias, já uma mulher, necessita de 2.000 calorias. Ainda, são necessárias quantidades específicas de iodo, vitaminas e proteínas. O mesmo acontece com a água, a qual deve ser tratada e ingerida em quantidades suficientes (Pereira, 2006b).

A habitação adequada, segundo *Doyal e Gough* citados por Pereira, deve atender as seguintes características

- a) garantia de abrigo suficiente em climas adversos e proteção razoável contra intempéries, riscos de epidemias e vetores patogênicos (...); b) existência de saneamento para evitar a contaminação bacteriana da água e das redes de distribuição (...);

c) ausência de superlotação residencial (...). (PEREIRA, 2006b, p. 77).

Já em relação ao ambiente de trabalho, Pereira destaca 03 (três) riscos à saúde do trabalhador que podem surgir das suas condições de trabalho: “jornada prolongada; ambiente inseguro, oferecendo risco de acidentes e doenças do trabalho; formas de trabalho suscetíveis de limitar a autonomia do trabalhador, dando lugar à depressão, ansiedade e falta de autoestima” (Pereira, 2006b, p. 78).

Doyal e Gough, mencionados por Potyara Pereira (2006b), afirmam que o ambiente físico saudável é aquele em que o meio ecológico é sadio, havendo disponibilidade de água potável, alimentos, serviços sanitários, habitação e emprego satisfatórios.

Os cuidados de saúde, segundo Pereira (2006b), poderão ser reduzidos se os satisfadores universais mencionados acima forem atendidos. Entretanto, enfatiza que além da atenção primária, os serviços de alta tecnologia e recursos de última geração devem estar disponíveis a todos, inclusive aos pobres.

Potyara Pereira menciona que a proteção à infância baseia-se “no reconhecimento da importância de uma infância segura para o desenvolvimento da autonomia e da personalidade do indivíduo” (Pereira, 2006b, p. 79), apesar das diversas culturas e da forma de educação das crianças.

A partir de um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), *Doyal e Gough* citados por Pereira, indicam quatro necessidades psicossociais da fase infantil, presentes em todas as culturas:

a) necessidade de carinho e segurança, que requer relações estáveis, contínuas e seguras com os pais ou responsáveis, a partir do nascimento; b) necessidade de novas experiências, que fomentem o desenvolvimento cognitivo, social e emocional (...); c) necessidade de reconhecimento e apreciação e de uma atenção positiva dentro do marco de normas claras e justas; d) necessidade de estender, paulatinamente, responsabilidades, começando com rotinas pessoais até alcançar tarefas mais complexas (PEREIRA, 2006b, p. 79).

Por relações primárias significativas, *Doyal e Gough* citados por Pereira, mencionam que são “uma rede de apoios individuais que podem oferecer um ambiente educativo e emocionalmente seguro” (Pereira, 2006b, p. 79).

A segurança econômica, segundo Pereira, deve “garantir a manutenção e o desenvolvimento da autonomia individual” (Pereira, 2006b, p. 80), pois pressupõe a possibilidade de planejamento do futuro ou “o indivíduo poder fazer isso tendo como referência uma série de normas, recompensas e relações humanas previsíveis e duradouras” (Pereira, 2006b, p. 80).

Segurança física, de acordo com Potyara Pereira, “refere-se, preponderantemente, à defesa contra ameaças arbitrárias, provenientes tanto da sociedade quanto do Estado” (Pereira, 2006b, p. 80).

Em relação à educação apropriada, Pereira afirma que ela “assume um papel fundamental para o fortalecimento e a expansão da autonomia” (Pereira, 2006b, p. 81). Não obstante, destaque que apenas a alfabetização e ensino fundamental não são suficientes para uma educação que favoreça a autonomia, faz-se necessário o conhecimento e o debate sobre outras culturas.

E finalmente, sobre o planejamento familiar, gravidez e parto destaca-se que é uma necessidade a qual afeta diretamente as mulheres, ameaçando de forma concreta o seu “bem-estar físico e à sua autonomia” (Pereira, 2006b, p. 82).

Sobre o bem-estar físico, *Doyal e Gough* citados por Pereira, mencionam que

(...) uma proporção muito significativa de enfermidades sofridas pelas mulheres surgem do sistema de reprodução feminino, dos perigos relacionados com o parto e com o nível de responsabilidade que se exige das mães sobre os cuidados dos filhos (...). Nos países do Terceiro Mundo, estas ameaças, associadas à pobreza, têm reproduzido a chamada “síndrome do esgotamento materno”, em que mãe e filho tornam-se muito mais vulneráveis às doenças (PEREIRA, 2006b, p. 82).

Já em relação à autonomia “tanto a gravidez como o parto podem ameaçar a capacidade de controle das mulheres sobre si mesmas e sobre seu entorno” (Pereira, 2006b, p. 83). A fim de garantir tal autonomia, as mulheres devem ter o direito de controlar a sua vida reprodutiva e “usar o planejamento familiar como

enriquecimento de sua existência e de suas formas de participação social” (Pereira, 2006b, p. 83).

Em razão disso, Pereira (2006b) destaca que saúde física e autonomia devem ser satisfeitas concomitantemente, a fim de que impeçam a ocorrência de prejuízos à participação social e à libertação do ser humano de qualquer forma de opressão.

Logo, para analisar os resultados das ações desenvolvidas no ASEMA será necessário verificar se estão ocorrendo melhorias na qualidade de vida das crianças e adolescentes atendidas por tal Serviço e em seus núcleos familiares.

1.3.3 Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais e ampliação do acesso a direitos socioassistenciais

A NOB-SUAS (2005) apresenta entre os princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a articulação intersetorial. A partir daí, prevê tal articulação entre as ações do SUAS e do Sistema Único de Saúde (SUS)

(...) por intermédio da rede de serviços complementares para desenvolver ações de acolhida, cuidados e proteções como parte da política de proteção às vítimas de danos, drogadição, violência familiar e sexual, deficiência, fragilidades pessoais e problemas de saúde mental, abandono em qualquer momento do ciclo de vida, associados a vulnerabilidades pessoais, familiares e por ausência temporal ou permanente de autonomia principalmente nas situações de drogadição e, em particular, os drogaditos nas ruas (MDS, 2005, p. 21)

A NOB/SUAS, ainda, prevê tal articulação entre as ações do SUAS e do Sistema Nacional de Previdência Social, gerando vínculos entre os sistemas contributivos e os sistemas não contributivos.

Prevê, também, a articulação intersetorial entre o Sistema de Educação e o SUAS, através de ações que visem ao desenvolvimento da autonomia dos usuários, a partir da ampliação da escolarização e do conseqüente ingresso no mercado de trabalho.

Conforme estabelece a PNAS/2004 são considerados direitos socioassistenciais

Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos;
 Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade;
 Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobre aqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas;
 Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses;
 Direito do usuário à oferta qualificada de serviços;
 Direito de convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 43).

Ao fazer parte do tripé da Seguridade Social¹⁰, a Assistência Social deve estar articulada com outras políticas do campo social com o objetivo de garantir direitos e condições dignas de vida aos usuários.

A partir daí, os serviços tanto da PSB quanto da PSE devem

- ser organizados de forma a garantir, aos seus usuários, o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa (ouvidorias, centros de referência, centros de apoio sociojurídico, conselhos de direitos, entre outros);
- conter normas que disponham sobre o seu funcionamento e o acesso aos benefícios, sob garantia de concretização dos direitos socioassistenciais (MDS, 2005, p. 25).

A NOB-SUAS menciona que o direito à cidadania necessita de processualidade, isto é, “precisa proceduralizar o acesso aos direitos na gestão da Assistência Social” (MDS, 2005, p. 25). Tais direitos devem fazer parte da dinâmica dos benefícios, serviços, projetos e programas socioassistenciais.

Ao terem os seus direitos violados, os cidadãos necessitam de locais apropriados a fim de que possam se manifestar sobre tal violação. E se esta for considerada procedente, medidas e procedimentos serão tomados (MDS, 2005).

Segundo a NOB-SUAS

O paradigma da universalização do direito à proteção social supõe a ruptura com idéias tutelares e de subalternidade, que identificam

¹⁰ A Assistência Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social forma o tripé da Seguridade Social.

os cidadãos como carentes, necessitados, pobres, mendigos, discriminando-os e apartando-os do reconhecimento como sujeitos de direito (MDS, 2005, p. 25).

Ao garantir a proteção social ativa, o SUAS estabelece “condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização” (MDS, 2005, p. 25), de acordo com a capacidade do usuário.

Sendo assim, a dinâmica da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania

- considera o cidadão e a família não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços;
- abre espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, atuando sob o princípio da reciprocidade, baseada na identidade e reconhecimento concreto;
- sustenta a auto-organização do cidadão e da família no desenvolvimento da função pública (MDS, 2005, p. 25).

A partir disso, a atenção ao núcleo familiar tem por objetivo o fortalecimento de laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, para que suas capacidades e qualidade de vida levem à concretização de direitos (MDS, 2005).

Sendo assim, faz-se necessário analisar se as ações desenvolvidas no ASEMA Castilhos garantem como resultado o acesso aos direitos socioassistenciais e a outros serviços setoriais, visto a mera previsão legal não ser suficiente para garantir protagonismo e autonomia aos usuários.

1.3.4 Inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino

Por inserção, reinserção e permanência na rede de ensino entende-se que os serviços desenvolvidos no ASEMA devem despertar nas crianças e

adolescentes a importância da educação formal para a vida em sociedade, além de facilitar o acesso ao mercado de trabalho¹¹.

A rede de ensino da qual fazem parte as crianças e adolescentes do ASEMA, cujas idades variam dos 07 (sete) aos 14 anos, é aquela definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de ensino fundamental, ou seja, aquele que compreende do 1º ao 8º ano. A LDB, também, estabelece que a educação infantil e o ensino médio fazem parte do sistema de ensino.

Para isso o ASEMA deve pautar-se por uma formação embasada na teoria de Paulo Freire, desenvolvendo uma educação voltada à formação do sujeito para a cidadania e que conseqüentemente estimule o gosto pela educação formal.

Paulo Freire propõe como modelo a educação libertadora, tendo por pressuposto que o conhecimento parte da realidade concreta do indivíduo e este entende e reconhece o seu caráter transformador (Freire, 1983).

Laércia Maria de Medeiros ao analisar a teoria de Freire ressalta

(...) a necessidade do homem entender sua vocação ontológica, como ponto de partida para se obter nessa análise uma consciência libertadora, isto é, o homem só chegará à consciência do seu contexto e do seu tempo na relação dialética com a realidade, pois só desta maneira terá criticidade para aprofundar seus conhecimentos e tomar atitudes frente a situações objetivas (MEDEIROS, 2009).

Isso significa nos dizeres de Paulo Freire, “a educação problematizadora, de caráter (...) reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade” (1978, p. 80). Menciona, também, que a educação para a liberdade “busca a emergência das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade” (Freire, 1978, p. 83).

Sendo assim, observa-se que a educação proposta por Paulo Freire leva em consideração o contexto em que o homem está inserido, e a partir daí ressalta que deve haver uma relação de reciprocidade entre educador e educando¹².

¹¹ Art. 1º, parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (LDB in CRESS 10º Região, 2009, p. 146).

¹² Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fossemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele (Freire, 2002, p. 127-128).

Esta relação de reciprocidade é o que transforma a realidade até então conhecida, ou seja, “tanto educador como educando aprofundam seus conhecimentos em torno do mesmo objeto cognoscível para poder intervir sobre ele” (Medeiros, 2009).

E é esta relação dialética que incitará educandos e educados a buscarem cada vez mais conhecimentos, transformando-os a partir daí em sujeitos do seu processo educativo.

É nesta perspectiva que o ASEMA, como um serviço em que são desenvolvidas atividades socioeducativas, deve desenvolver as suas ações, preparando as crianças e adolescentes para participarem como sujeitos, também, na escola.

2 ASEMA CASTILHOS: UMA PESQUISA AVALIATIVA

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em novembro de 2009, passou a denominar o serviço que atende crianças e adolescentes como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), até então denominado de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA). Entretanto, este estudo permanecerá utilizando a nomenclatura anterior, em razão do município de Pelotas/RS estar em fase de adequação a essa normativa, não tendo alterado, ainda, o nome deste serviço.

2.1 Caracterização do ASEMA Castilhos

O Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA) Castilhos é um serviço da Prefeitura Municipal de Pelotas/RS, onde são executadas atividades voltadas à garantia de direitos, promoção, proteção, desenvolvimento e socialização, complementado por ações com a família, escola e comunidade (Plano Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul 2000-2003), cujo público alvo são crianças e adolescentes entre 07(sete) e 14 anos de idade, que vivenciam situações de vulnerabilidade social.

Segundo documentos da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) do município de Pelotas/RS, o Projeto Político Pedagógico do ASEMA de 2003 foi elaborado a partir do ECA, como também do Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO) da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Jacques Delors¹³.

O ASEMA é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 90 desta lei, como uma medida de proteção, sendo aplicado quando os direitos das crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão do Estado, dos pais ou responsáveis ou por sua própria conduta (SANTOS, 2009).

¹³ Relatório editado sob a forma de livro “Educação: Um tesouro a descobrir” (1999).

No município de Pelotas/RS, segundo o Projeto Político Pedagógico da SMCAS, o ASEMA começou a ser implantado em 1999, nos bairros que apresentavam número expressivo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Em razão da inexistência de espaço físico próprio para o desenvolvimento das atividades do ASEMA, o município de Pelotas/RS realizou convênios com associações de bairros, igrejas e escolas que cederam o espaço físico, na garantia de bom atendimento à clientela e proteção do patrimônio.

Neste percurso vários núcleos de ASEMA foram inaugurados e atualmente o município conta com 06 (seis) programas em atividade: ASEMA Castilhos, ASEMA Porto, ASEMA Lindóia, ASEMA Z3, ASEMA Getúlio Vargas e ASEMA Navegantes. Esse último é o único desenvolvido nas dependências de um CRAS.

Inicialmente a proposta do ASEMA, segundo o Projeto Político Pedagógico da SMCAS, era de assistir crianças e adolescentes em suas necessidades básicas como alimentação, recreação e atividades socioeducativas. Posteriormente, a equipe técnica e a coordenação do ASEMA decidiram que a clientela deveria interagir em outros espaços educativos como patrimônios públicos e culturais, atividades de dança, oficinas de teatro, etc.

A partir disso, esse Serviço visa atender crianças e adolescentes na faixa etária de 07 (sete) a 14 anos de idade em situação de vulnerabilidade ou risco social e em especial aqueles decorrentes de situação de pobreza e do trabalho infantil. Por vulnerabilidade social o Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003 define aquelas “situações decorrentes da pobreza, do abandono, de maus tratos físicos e psicológicos, da fragilidade no papel de adultos responsáveis, da deficiência física, mental, visual e auditiva e da dependência química” (Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003 in Brasil, 1999, p. 22).

A proposta político-pedagógica do ASEMA deve basear-se

(...) em uma concepção do ser humano como sujeito transformador da realidade, buscando a autonomia das crianças e adolescentes e a construção, juntamente com o exercício, da cidadania. Conforme o Plano Estadual de Assistência Social (2003), entre os objetivos do ASEMA, encontra-se o propósito de assegurar o desenvolvimento e a proteção integral à criança, pela garantia de seus direitos fundamentais à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e

comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e a proteção ao trabalho (ECA, 1990), buscando atingir e desenvolver a sua emancipação, criando situações para trabalhar seus direitos e deveres (SANTOS, 2009).

Conforme descrito no Projeto Político Pedagógico do ASEMA da SMCAS, o apoio socioeducativo deve ser compreendido como espaço vivo e democrático, enfatizando a realização de práticas educativas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como possibilite o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades básicas (Projeto Político Pedagógico do ASEMA in SMCAS, 2003).

O Projeto descreve, também, as seguintes metas

- Investir energia, prazer e alegria no processo educativo, o reconhecimento dessa necessidade exigirá uma nova pedagogia, isto é, uma prática educativa que se realimenta através da própria experiência do profissional feliz, seguro e reconhecido em suas potencialidades.
- Ser compreendido como espaço aberto, criativo, estimulador e provocador da criatividade. A comunidade onde as crianças e adolescentes vivem e convivem passa a ser o local adequado para o desenvolvimento da proposta ASEMA. Junto à comunidade é possível captar os conflitos e contradições desencadeadas da reação/formação destes sujeitos neste espaço dinâmico-relacional, abrem-se as brechas para o desenvolvimento de uma metodologia problematizadora da realidade, bem como para as rupturas e mudanças.
- Buscar superar todo tipo de opressão, discriminação, exploração e obscurantismo de valores éticos de liberdade, respeito à diferença e à pessoa humana, solidariedade e preservação do meio ambiente natural.
- Contribuir através de objetivos estratégicos e articulados com outras organizações da comunidade, para a construção de uma sociedade diferente na justiça social, na igualdade e na democracia.
- Oportunizar o acesso ao conhecimento, à sua construção e recriação permanente, envolvendo a realidade dos educandos, suas experiências, saberes e culturas, estabelecendo relação entre teoria e prática.
- Resgatar a força e a beleza das crianças e adolescentes, sua autoestima e autoavaliação, permitindo assim a reconstrução de sua identidade.
- Oportunizar o desenvolvimento da criança no que diz respeito ao processo criador enquanto ela pensa, percebe, age, interage e produz esteticamente como cidadão ciente de seu papel na sociedade.

- Considerar os interesses e necessidades da criança e dos adolescentes, fazendo-os reconhecerem-se enquanto sujeitos/protagonistas de sua história.
- Envolver a família e comunidade em geral no exercício de qualificação do espaço educativo (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO ASEMA IN SMCAS, 2003, p. 07-08).

Como objetivos para as ações desenvolvidas no ASEMA, o Projeto da SMCAS destaca:

- Promover o autoconhecimento, a formação política e a capacidade de desejar um novo projeto de vida, na perspectiva do resgate e da construção de sua cidadania.
- Oportunizar aos educandos e educadores a exploração criativa de seus interesses e talentos individuais.
- Atender interesses e necessidades das crianças e adolescentes.
- Dar apoio psicossocioeducativo às famílias e às crianças e adolescentes incluídos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
- Propiciar a formação sistemática dos educadores da entidade para implementar uma proposta de caráter político-pedagógico.
- Ser interlocutores das crianças e dos adolescentes no que diz respeito à sua relação com a sociedade.
- Incluir crianças e os adolescentes na dinâmica social.
- Qualificar o ASEMA enquanto espaço educativo oportunizado a classe social mais desfavorecida.
- Prevenir ou tirar crianças e adolescentes das ruas, da ociosidade, da drogadição e da evasão escolar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO ASEMA IN SMCAS, 2003, p. 08-09).

O ASEMA tem suas atividades desenvolvidas sob a supervisão de um coordenador(a), vinculado(a) à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), já a execução dessas atividades fica a cargo de uma equipe composta por técnicos (assistente social, psicólogo, orientador educacional, nutricionista, professor de educação física, professor de educação artística e técnico agrícola) e funcionários (educadores sociais, cozinheira e auxiliar de serviços gerais).

O atendimento no ASEMA ocorre nos turnos da manhã e da tarde. No turno da manhã as atividades são desenvolvidas no horário das 8h às 12h e 30 minutos, no turno da tarde, as atividades são desenvolvidas no horário das 12h e 30 minutos às 17h.

As atividades são distribuídas em atividades de rotina como alimentação, higiene e auxílio nas tarefas escolares, além de atividades organizadas pelos educadores e/ou educandos e/ou equipe técnica como ações pedagógicas a partir de temas geradores, investigação temática, proposições educativas, ênfase nas habilidades cognitivas, atividades artísticas e físicas (Projeto Político Pedagógico do ASEMA in SMCAS, 2003).

O ingresso no ASEMA dar-se-á a partir de avaliação socioeconômica realizada pelo profissional do Serviço Social e terão preferência crianças e adolescentes que vivenciem situações de vulnerabilidade social, que participem do Programa Bolsa-Família (PBF)¹⁴, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁵ e aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar e Juizado da Infância e da Juventude (Projeto Político Pedagógico do ASEMA in SMCAS, 2003). Outro requisito essencial para ingresso no Serviço é a comprovação da frequência regular na escola.

Os pais ou responsáveis que desejarem inscrever seus filhos no ASEMA deverão apresentar, obrigatoriamente, certidão de nascimento, comprovante de frequência escolar, comprovante de residência, atestado médico e carteira de vacinação.

A fim de não ser desligado do ASEMA ou não ter o benefício pecuniário bloqueado, no caso de usuário vinculado ao PETI¹⁶, a criança ou adolescente deverá ter no mínimo 85% de frequência mensal ou apresentar justificativa por escrito das faltas excedentes.

Ao completar 14 anos o adolescente é desligado do ASEMA com exceção daqueles adolescentes vinculados ao PETI que são encaminhados para o Instituto Dom Antônio Zattera do município de Pelotas/RS até completarem 16

¹⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e>. Acesso em 27 de fevereiro de 2010.

¹⁵ O PETI é um dos programas do Governo Federal que articula um conjunto de ações visando retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/media-complexidade/sobre-o-peti/view>. Acesso em 28 de fevereiro de 2010.

¹⁶ A família que for inserida no PETI recebe uma bolsa mensal para cada filho com idade de 7 a 16 anos que for retirado do trabalho. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/media-complexidade/peti/manual_peti.zip/view>. Acesso em 24 de junho de 2009.

anos¹⁷. No Instituto Dom Antônio Zattera, os adolescentes participam de oficinas profissionalizantes de panificação, malharia, orientação em corte e costura, auxiliar de cozinha, pintura em madeira, pintura em tecido e oficinas de práticas esportivas. Essas atividades são desenvolvidas de 2 (duas) a 3 (três) vezes por semana e o adolescente também deve respeitar as condicionalidades de frequência regular na escola e a frequência de 85% nestas atividades.¹⁸

O ASEMA Castilhos conta com uma equipe de funcionários fixa de 04 (quatro) educadoras sociais, 01 (uma) cozinheira e 01 (uma) auxiliar de serviços gerais, e com uma equipe técnica fixa de 01 (uma) assistente social, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) orientadora educacional. Estas equipes recebem, ainda, orientações de 01 (uma) nutricionista e de 01 (uma) coordenadora.

A implantação do ASEMA Castilhos ocorreu no ano de 1999, em razão da localidade denominada de Vila Castilhos ser uma das áreas do município de Pelotas/RS que apresenta grande número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O ASEMA Castilhos está situado no prédio da Associação de Moradores da Vila Castilhos, cujo endereço é Rua Bernardo Pires, nº 370, entre Avenida Bento Gonçalves e Rua Dr. Amarante¹⁹.

As crianças e adolescentes que frequentam o ASEMA moram em quase sua totalidade no Loteamento Vila Castilhos, cuja delimitação física²⁰ compreende o seguinte quadrante: a sul a Avenida Bento Gonçalves, a leste Rua Marcílio Dias, a oeste Rua Jaime de Carvalho e ao norte apresenta limite com propriedades privadas²¹. Elas são oriundas, na sua maioria, das Escolas Nossa Senhora do Carmo, Dom Joaquim Ferreira da Silva e Colégio Municipal Pelotense.

Além das atividades de rotina, do auxílio nas atividades escolares e das ações desenvolvidas pela equipe técnica e de funcionários, as crianças e adolescentes que frequentam este ASEMA, realizam semanalmente aulas de

¹⁷ Fonte: Informações prestadas pela técnica da SMCAS responsável pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

¹⁸ Fonte: Informações prestadas pela Assistente Social do Instituto Dom Antônio Zattera do município de Pelotas/RS.

¹⁹ Vide Anexo 2.

²⁰ Vide Anexo 3.

²¹ Fonte: Informações obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

dança e teatro na Companhia (CIA) de Dança Afro Daniel Amaro, também localizada na Vila Castilhos. As aulas de dança e teatro são oferecidas voluntária e gratuitamente pelos professores da Cia.

Após a implantação do SUAS, em 2005, o ASEMA, que já fazia parte da política de Assistência Social do município de Pelotas/RS, passou a integrar os serviços de proteção social básica (PSB), estabelecidos pela NOB-SUAS/2005.

2.2 Motivações da pesquisa

A escolha do ASEMA Castilhos para objeto desta pesquisa avaliativa está associada à inserção profissional como assistente social neste serviço socioassistencial da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) do município de Pelotas/RS.

Ao iniciar as atividades profissionais, em março de 2009, primeiramente estabeleceu-se contato com os membros da equipe técnica e da equipe de funcionários do ASEMA Castilhos. E, logo em seguida, passou-se ao conhecimento das atividades a serem desenvolvidas, procurando entender a rotina do local e conhecer os usuários e suas famílias.

Após a primeira aproximação com este ASEMA, foi possível constatar a pouca adesão da comunidade ao trabalho nele realizado, visto a existência de 24 vagas em cada turno, naquela época (Março de 2009), apenas 18 crianças e adolescentes estavam frequentando. Devido a uma orientação da Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) foram realizadas visitas às escolas da comunidade, ao posto de saúde e visitas domiciliares pela equipe técnica, visando divulgar os serviços prestados e incentivar o ingresso de crianças e adolescentes.

A partir destas visitas, o número de usuários passou para 40, distribuídos nos dois turnos. Dessas crianças, algumas ingressaram com 06 (seis) anos de idade, em razão de já estarem em fase de alfabetização, ou seja, frequentarem o 1º ano do ensino fundamental.

Outra situação observada foi o agravamento da situação de vulnerabilidade social da comunidade vinculada ao ASEMA Castilhos em razão de ter sido fortemente atingida pela enchente de janeiro de 2009, em que grande parte dos

moradores ficou desabrigada por quase uma semana, além de terem perdido número expressivo de móveis, utensílios domésticos e roupas.

Essas observações no ASEMA Castilhos, decorrente do desenvolvimento das atividades profissionais e do conhecimento do cotidiano dos usuários, associadas ao estudo do Projeto Político Pedagógico do ASEMA da SMCAS, do Plano Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul 2000-2003 e do arcabouço teórico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), provocaram alguns questionamentos: Por que havia tão fraca adesão a este Serviço naquele local? Este Serviço socioassistencial estava enfrentando objetivamente os riscos e situações de vulnerabilidade social a que estão expostos os usuários e seus familiares? As atividades desenvolvidas por este Serviço conseguiam influir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários e seus familiares?

Conforme Maria Cecília Minayo

Como quaisquer fenômenos humanos, investigações sociais estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas. Pesquisas nascem de determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos (MINAYO, 2007, p. 47).

E, assim, diante da inserção na realidade do trabalho desenvolvido no ASEMA Castilhos surgiu o interesse em realizar esta pesquisa para avaliar os resultados das ações socioeducativas nos usuários e em seus núcleos familiares.

Ao utilizar a perspectiva de Maria Ozanira Silva (2008) para pesquisa avaliativa, destaca-se que avaliar significa emitir juízo ou julgamento sobre algo, embora esta simples avaliação ocorra no cotidiano das pessoas.

A autora enfatiza que as avaliações as quais se dão no campo profissional são “deliberadas, sistemáticas e complexas, orientando-se pelo método científico e apresentando caráter público” (SILVA, 2008, p. 112), além de possuírem uma dimensão técnico-metodológica e outra política. Trata-se, pois de uma pesquisa avaliativa que utiliza técnicas e métodos da pesquisa social.

A partir daí, Silva menciona que pesquisa avaliativa

(...) é uma aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para acessar a conceptualização, o desenho, a implementação e as utilidades de programas sociais de intervenção, de modo que os avaliadores se utilizam de metodologias de pesquisa social para julgar e aperfeiçoar, mediante as quais políticas e programas sociais são conduzidos desde o estágio inicial de sua definição, elaboração e implementação (2008, p. 113).

Esta pesquisa, ainda, segundo Silva (2008), apresenta uma função acadêmica, pois desvela as contradições presentes no processo e conteúdo das políticas públicas, além de evidenciar sua essência na busca da construção do conhecimento.

A autora ressalta que esse procedimento subsidia as necessárias modificações ou complementações para a materialização das ações, a partir das necessidades ou demandas apresentadas.

A pesquisa avaliativa tem, também, um papel importante no acompanhamento e avaliação do funcionamento dos programas e serviços, identificando possibilidades de manutenção ou modificação das ações desenvolvidas.

Cabe salientar, que ela não é um estudo finalizado, pois a realidade social é dinâmica e complexa, podendo sofrer intervenções e interferências a todo o momento.

Outro fator que serviu para reforçar o interesse por este estudo foi a análise da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por ela ser uma nova diretriz do SUAS e de contribuir para subsidiar a operacionalização da Assistência Social, tornando-se mais um passo rumo à consolidação da assistência social como política de direitos.

Além disso, Berenice Couto destaca que a cada avanço da política de assistência social torna-se necessário “analisar criticamente até que ponto é possível romper com as características clientelistas (...) e como referendar a Assistência Social, aferindo-lhe as características essenciais de política social pública” (2006b, p. 27).

De fato, considera-se que em razão dessa recente transição de “dever moral de ajuda a dever legal de garantia de benefícios e serviços sociais” (Boschetti, 2000, p. 140), acresce a importância de pesquisar sobre programas, projetos e serviços socioassistenciais, a fim de evidenciar dificuldades, limites

e/ou conquistas que possam contribuir para o avanço de uma política que realmente consiga proteger aqueles em situação de risco ou vulnerabilidade social, além de possibilitar-lhes a inclusão social.

Cabe ainda ressaltar a importância de uma pesquisa sobre o ASEMA, em virtude de não ter sido encontrado nos acervos virtuais nenhuma tese ou dissertação sobre esse tema no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)²² a partir do ano de 2005 e no Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)²³.

Localizou-se, apenas uma dissertação na biblioteca virtual do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)²⁴, intitulada Políticas Sociais Brasileiras: A situação dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) de 2009, que analisa a situação de crianças e adolescentes vinculados ao PETI em projetos e serviços socioassistenciais do município de Pelotas/RS, dentre eles o ASEMA²⁵.

Ressalta-se, finalmente, que os resultados apresentados pela pesquisa poderão contribuir para a atuação dos profissionais do Serviço Social, em decorrência da possibilidade de realizar uma análise crítica da realidade, além de compreender as situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano, visando uma prática profissional que garanta a efetivação de direitos (CFESS, 2009).

Além disso, serão importantes para a SMCAS do município de Pelotas/RS, a fim de que compreenda a realidade social da população atendida, bem como possa aprimorar os serviços prestados a ela. Em razão de o município ainda não ter-se inserido de forma objetiva nas disposições da Tipificação, este trabalho

²² Fonte: <<http://verum.pucrs.br/ppgss>>. Acesso em 09 de março de 2010.

²³ Fonte: Acervo da Biblioteca Central da Universidade Católica de Pelotas/RS. Disponível em: <http://biblioteca.ucpel.tche.br/tesesimplificado/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?ver=3&programa=3&ano_inicio=&mes_inicio=&mes_fim=&ano_fim=2009&grau=Todos>. Acesso em 01 de março de 2010.

²⁴ Fonte: <http://www.ufpel.edu.br/tede/tde_busca/processaPesquisa.php?nrPagina=1&pesqExecutada=0&nrExpressoes=1&campo%5B0%5D= TODOS&texto%5B0%5D=ASEMA&Submit=Buscar+%5B%5B&qtdRegPagina=5>. Acesso em 05 de março de 2010.

²⁵ Dissertação de mestrado de Leonardo Betemps Kontz, intitulada Políticas Sociais Brasileiras: A situação social dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. UFPel, Pelotas, 2009.

pretende, igualmente, destacar aspectos que deverão ser revisados pela gestão municipal, para que este Serviço possa avançar na consolidação de direitos.

Serão relevantes ainda para os usuários, em virtude de que a partir dos dados revelados será possível ratificar aquelas atividades que estão apresentando resultados positivos, ou modificar aquelas que não o estão.

Por fim, esta pesquisa será também relevante para contribuir com outros atores envolvidos na política de assistência social, na política de proteção à criança e ao adolescente, em especial, os conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Assistência Social, visto acompanharem, avaliarem e fiscalizarem os serviços da assistência social, além de definirem padrões de qualidade para o atendimento, conforme previsto no artigo 18 da LOAS/1993 (LOAS in CRESS 10ª Região, 2009).

2.3 Problema e objetivos da pesquisa

Ao ter em vista o interesse em responder as inquietações originadas pela inserção profissional no ASEMA Castilhos e considerando as mudanças operadas na política social em relação ao cuidado e proteção com as crianças e adolescentes, a inserção da política de Assistência Social no rol de políticas públicas e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais esta pesquisa avaliativa pretende responder a seguinte **questão: A partir dos novos parâmetros estabelecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, quais são os resultados operados com as ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA Castilhos nas crianças e adolescentes atendidos e em seus núcleos familiares?**

Para responder a essa questão, necessário será buscar respostas a outros questionamentos, a saber: Quem são os usuários do ASEMA Castilhos e seus núcleos familiares? As atividades oferecidas no ASEMA Castilhos estão prevenindo a ocorrência de riscos e vulnerabilidades sociais? Caso sim, de que forma? Os serviços desenvolvidos no ASEMA Castilhos estão aumentando o acesso a serviços socioassistenciais e setoriais, além de ampliando o acesso a direitos socioassistenciais? Caso sim, a quais serviços e direitos? As atividades

desenvolvidas no ASEMA Castilhos estão contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares? Caso sim, que mudanças foram ocasionadas? Os serviços desenvolvidos no ASEMA Castilhos promovem o aumento da inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino?

A partir disso, esta pesquisa apresenta como objetivo geral: Avaliar os resultados das ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA Castilhos nas crianças e adolescentes atendidos e em seus núcleos familiares.

Como desdobramentos deste objetivo apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- 1 Caracterizar os usuários do ASEMA Castilhos e seus núcleos familiares.
- 2 Conhecer as concepções dos usuários sobre a finalidade, as ações realizadas e os efeitos produzidos pelo ASEMA Castilhos.
- 3 Constatar se as atividades oferecidas no ASEMA Castilhos estão prevenindo a ocorrência de riscos ou vulnerabilidades sociais e promovendo: o aumento da inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino, a melhoria na qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares e o aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais além da ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

2.4 Método e procedimentos metodológicos

Esta pesquisa tem como orientação epistemológica o materialismo dialético, que “aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade” (Minayo, 2007, p. 107-108).

Minayo destaca

(...) a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos (MINAYO, 2007, p. 108).

Com esta perspectiva foi realizado o estudo de caso do ASEMA Castilhos para avaliar os resultados produzidos por um tipo de serviço da SMCAS do município de Pelotas/RS. Os estudos de caso, segundo Maria Cecília Minayo,

(...) evidenciam ligações causais entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção (MINAYO, 2007, p. 164).

Ainda sobre os estudos de caso, esta autora destaca que este tipo de estudo permite compreender processos sociais pouco conhecidos referente a grupos específicos e, assim, propiciar a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (Minayo, 2007).

Os sujeitos pesquisados são os pais ou responsáveis e as crianças e os adolescentes matriculados no Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA) Castilhos do município de Pelotas/RS.

Para melhor desenvolver o estudo, foi utilizada a observação participante e realizadas entrevistas semiestruturadas.

A observação participante ou ativa segundo Antônio Carlos Gil

(...) consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. (...) o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 1999, p. 113).

*Florence Kluckhohn*²⁶, citado por Gil, destaca que esta técnica de pesquisa facilita o acesso aos dados do cotidiano do grupo em análise, principalmente aqueles considerados de domínio privado. Além disso, “possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados” (GIL, 1999, p. 114).

Destaca-se que a observação participante foi primordial durante o processo desta pesquisa avaliativa, pois possibilitou para a pesquisadora o entendimento

²⁶ *KLUCKHON, Florence R.* O método da observação participante no estudo das pequenas comunidades. *Sociologia*. São Paulo: 8(2): 103-18, abr./jun. 1946.

das expressões não-verbais dos entrevistados, o que complementou as respostas dadas. Como também ampliou o conhecimento sobre a realidade do campo pesquisado devido à inserção no cotidiano da mesma, permitindo, inclusive, rever dados colhidos durante a entrevista, conforme será evidenciado nos relatos.

A entrevista semiestruturada ou também chamada de entrevista por pautas, segundo Gil

(...) apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem estar ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas (GIL, 1999, p. 120).

Para uma adequada realização da entrevista semiestruturada foi elaborado um roteiro para as entrevistas com os pais ou responsáveis²⁷ e outro para as entrevistas com as crianças e adolescentes²⁸ selecionados para participarem da pesquisa.

Estes roteiros foram construídos para obter dados sobre a caracterização das crianças e adolescentes que frequentavam o ASEMA Castilhos, bem como de seus núcleos familiares. Além disso, para obter dados que permitissem analisar os resultados do Serviço, a partir do especificado na NOB-SUAS (2005) e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2009, com as 15 crianças e adolescentes que frequentavam o serviço há mais de 01 (um) ano, requisito este estabelecido por esta pesquisa para poder aferir os resultados deste Serviço socioassistencial nos usuários e em seus núcleos familiares.

Enfatiza-se, que todos os entrevistados foram esclarecidos sobre a finalidade da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²⁹, atendendo às recomendações do Comitê de Ética em pesquisa.

Os pais ou responsáveis por estes usuários perfaziam um total de 12 pessoas, em razão de terem mais de 01 (um) filho frequentando o ASEMA

²⁷ Vide Apêndice 1.

²⁸ Vide Apêndice 2.

²⁹ Vide Apêndice 3.

Castilhos. No entanto, somente 09 (nove) pais ou responsáveis se disponibilizaram a participar de tal pesquisa. Os outros 03 (três), apesar das insistentes tentativas em realizar as entrevistas, negaram-se em fazê-las, alegando, repetidas vezes, falta de tempo.

Algumas entrevistas foram feitas nas dependências do ASEMA e outras foram realizadas nos domicílios dos usuários. Uma facilidade encontrada na realização das entrevistas foi a proximidade do Serviço com as casas dos entrevistados, visto a Vila Castilhos ser relativamente pequena, (conforme foto do quadrante físico apresentado no Anexo 3), fator este que garantiu agilidade na coleta de dados.

Cabe enfatizar que em determinado momento surgiu um sentimento de ambiguidade em relação ao vínculo dos entrevistados com a entrevistadora. Ora, este vínculo parecia um facilitador, haja vista a proximidade e o grau de confiabilidade entre os entrevistados e a pesquisadora, ora parecia uma dificuldade, em razão da possibilidade das respostas estarem sendo dadas com o objetivo de agradar a entrevistadora ou de serem passíveis de algum benefício.

Neste momento, a observação participante se mostrou de extrema importância, pois foi o elemento que possibilitou o discernimento daquelas respostas que suscitaram alguma dúvida. E isso se deu a partir das expressões não-verbais e do próprio relacionamento estabelecido no cotidiano das atividades desenvolvidas no Serviço, donde se pode concluir que o monitoramento pode oferecer conteúdos fundamentais para a realização de uma avaliação de programas, projetos e serviços socioassistenciais.

Após a realização de todas as entrevistas, foi feita a análise de todo o material obtido com os entrevistados e com a observação participante. Este momento, denominado de análise dos dados, segundo Maria Cecília Minayo deve atingir três objetivos

* ultrapassagem da incerteza: dando respostas às perguntas, hipóteses e pressupostos;

* enriquecimento da leitura: ultrapassando o olhar imediato e espontâneo em busca da compreensão de significações e de estruturas de relevantes latentes;

* integração das descobertas, desvendando a lógica interna subjacente às falas, aos comportamentos e às relações (Bardin, 1979, p. 29). (MINAYO, 2007, p. 300).

A análise dos dados foi desenvolvida em conformidade com a proposta de Minayo, passando por três momentos:

1) Ordenação dos dados: segundo Minayo neste momento é feito o “mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo” (Minayo, 2004, p. 78).

Neste primeiro momento, “se toma o material empírico (...) como um *corpus*, a ser tecnicamente trabalhado (...) visando-se uma leitura que busque homogeneidades e diferenciações por meio de comparações e contrastes” (Minayo, 2007, p. 356).

Na ordenação dos dados foi possível o agrupamento das respostas dadas pelos entrevistados a partir de elementos homogêneos, ou seja, houve a separação das respostas por semelhança, o que possibilitou a construção de um quadro de sistematização das mesmas, permitindo uma visualização das respostas agrupadas e, assim, uma melhor compreensão geral sobre os dados obtidos.

2) Classificação dos dados: após a ordenação dos dados foi feita a classificação, conforme a orientação de Minayo: “através de uma leitura exaustiva e repetida dos textos, estabelecemos interrogações para identificarmos o que surge de relevante” (Minayo, 2004, p. 78).

Assim, após uma leitura exaustiva foram construídas as categorias empíricas constituídas pelas informações com coerência interna “para confrontá-las com as categorias analíticas, teoricamente estabelecidas como balizas da investigação, e buscar as interrelações e interconexões entre elas” (Minayo, 2007, p. 358).

A partir deste momento, a pesquisadora estabeleceu, de acordo com o agrupamento das respostas, aquelas categorias relevantes que foram expressas pelos entrevistados, para posteriormente serem confrontadas com as categorias norteadoras da investigação.

3) Análise final: neste momento foram estabelecidas “articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos” (Minayo, 2004, p. 78-79).

Desta forma, neste último momento, é que foi promovida a relação entre “o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática” (Minayo, 2004, p. 79).

Os resultados sistematizados do processo de análise dos dados obtidos através da observação participante e da aplicação de instrumentos serão apresentados a partir do próximo capítulo.

3 DESCOBERTAS DA PESQUISA AVALIATIVA SOBRE AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO ASEMA CASTILHOS

Entende-se que uma avaliação requer uma caracterização geral que possibilite compreender melhor a realidade que está sendo foco de análise. Por isto, inicia-se este capítulo com uma caracterização geral dos sujeitos pesquisados.

3.1 Caracterização geral dos sujeitos pesquisados

Os dados apresentados, a seguir, foram obtidos através das entrevistas realizadas com os pais ou responsáveis e com as crianças e adolescentes. As perguntas direcionadas aos entrevistados eram de cunho descritivo com o objetivo de obter algumas características dos pais ou responsáveis e das crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos. Segundo Gil, as pesquisas de natureza descritiva apresentam como foco principal a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações de variáveis” (GIL, 1999, p. 44).

Inicialmente, apresenta-se a caracterização geral dos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos.

Destaca-se que todos os entrevistados são do sexo feminino e mães. Portanto, as mães são as responsáveis pelas crianças ou adolescentes que frequentam o ASEMA Castilhos.

Este resultado demonstra, segundo os dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) intitulada “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira de 2008”³⁰, que a pessoa de referência da família é eleita a partir da livre indicação de seus membros, independente de quem seja o provedor principal, como ocorria no passado³¹. Segundo Sarti a mulher desempenha o papel de “manter a unidade do

³⁰ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadore_sminimos/sinteseindicsoais2008/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em 07 de dezembro de 2009.

³¹ Esta questão já está sendo alvo de estudos para implementação de uma nova proposta, especialmente visando ao Censo 2010. Essa nova proposta certamente possibilitará uma melhor

grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar” (2008, p. 28). Isso corrobora o resultado apresentado pelas entrevistadas, visto todas serem mães e responsáveis pelas crianças e adolescentes.

A idade das entrevistadas predomina na faixa dos 30 aos 40 anos, declarando-se nesta faixa etária 06 (seis) entrevistadas. A idade das demais entrevistadas se mostrou variada, uma das entrevistadas declarou que possui 28 anos, outra 44 anos e a última mencionou que possui 58 anos.

Em relação ao estado civil das entrevistadas prevalece a união estável, reconhecida como entidade familiar pela Constituição Federal de 1988³², atingindo o número de 06 (seis) entrevistadas. Em seguida, 03 (três) entrevistadas se declararam solteiras e 01 (uma) declarou-se separada.

O grau de escolaridade das entrevistadas é baixo, apresentando-se 05 (cinco) entrevistadas com ensino fundamental incompleto. O ensino fundamental completo aparece em segundo lugar, com 03 (três) entrevistadas. Em último lugar, aparece apenas 01 (uma) entrevistada com ensino médio completo.

Em relação à ocupação das entrevistadas constata-se a predominância no que se refere à ausência de trabalho formal e com ocupações que pressupõem salários baixos. Observa-se, que 05 (cinco) das entrevistadas declararam-se catadoras de material reciclável, atividade esta muito comum entre os moradores da Vila Castilhos. As demais entrevistadas declararam-se: empregada doméstica, serviços gerais e desempregadas. Percebe-se que estas entrevistadas que estão presentes no mercado formal de trabalho, ocupam postos de trabalho que apontam para uma renda baixa.

Destaca-se que após a realização das entrevistas e fora das dependências do ASEMA, determinada mãe após ter mencionado ser sua ocupação a coleta de material reciclável, relatou que o companheiro tinha como ocupação a venda de substâncias psicoativas, entretanto em razão da prisão dele, a família estava vivendo apenas com o benefício do Programa Bolsa-Família. No entanto, este

compreensão dos processos envolvidos na determinação dos papéis que representam chefia ou referência, ou responsabilidade pela família. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores sociais2008/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2009.

³² Artigo 226, § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988, 2003, p. 140).

havia sido bloqueado por descumprimento de condicionalidades, conforme o relato a seguir:

Ele “caiu”³³ semana passada, agora dependemos só do Bolsa, que está cortado por um deles não ter ido ao colégio (DR)³⁴

Esta situação traz ao debate a fragilidade inerente às pesquisas sociais embasadas apenas em dados objetivos obtidos diretamente dos sujeitos pesquisados, pois devido à manutenção de vínculo da entrevistada com a entrevistadora, fora do momento específico da entrevista, é que foi revelada a real situação da família.

Quando perguntadas sobre a renda familiar atual, 07 (sete) das entrevistadas mencionaram que recebem até 01 (um) salário mínimo mensal e apenas 02 (duas) declararam que recebem mais de 01 (um) salário mínimo mensal, em razão de estarem no mercado formal de trabalho. Salienda-se que de acordo com o Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico) do MDS, o benefício do Programa Bolsa-Família ou do PETI não são considerados renda, portanto, não estão inclusos nos valores das rendas das famílias entrevistadas.

Ao considerar estes dados e de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais de 2008 as famílias das crianças e adolescentes atendidas no ASEMA Castilhos são pobres, em razão de tal análise considerar pobres aquelas pessoas que vivem com renda familiar mensal de até ½ (meio) salário mínimo *per capita*.

Constatou-se, também, que todas as entrevistadas são beneficiárias do Programa Bolsa-Família e destas, 06 (seis) têm seus filhos vinculados ao PETI. Esses dados são compatíveis ao estabelecido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, segundo a qual o atendimento no Serviço será preferencialmente para

- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; serviço de proteção social especial a indivíduos e famílias; reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; e outros);

³³ “Caiu” é a expressão popularmente utilizada para designar a prisão de determinada pessoa.

³⁴ Estas siglas correspondem a um código estabelecido pela pesquisadora para evitar a identificação dos entrevistados. Portanto, não se referem às iniciais dos nomes dos entrevistados.

- Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
- Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 10).

Em relação a quem reside no domicílio com as crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos, as entrevistadas responderam o seguinte: 05 (cinco) entrevistadas declararam que residem apenas com os filhos, o que reforça uma tendência surgida a partir dos anos de 1990, o “aumento significativo das famílias monoparentais”³⁵ (Miotto, 1997), com predominância das mulheres como provedoras do núcleo familiar. As demais entrevistadas declararam que residem com companheiro e filhos. Este resultado juntamente com os dados revelados quanto ao estado civil demonstra o aumento das famílias recompostas³⁶, “consequência do aumento das separações e dos divórcios nos últimos anos” (Miotto, 1997, p. 119).

Outro dado que surgiu a partir desse questionamento é o número de filhos por entrevistada. Uma entrevistada declarou que possui 05 (cinco) filhos e as demais declararam que possuem de 02 (dois) a 03 (três) filhos.

Por fim, em relação ao tempo em que as crianças e adolescentes são atendidos pelo ASEMA Castilhos, 5 (cinco) entrevistadas relataram que seus filhos frequentam o ASEMA entre 5 (cinco) e 7 (sete) anos, 03 (três) entrevistadas mencionaram de 01 (um) a 3 (três) anos e apenas 01 (uma) entrevistada relatou que seus filhos frequentam o ASEMA há 01 (um) ano, período mínimo estabelecido como critério para participação na pesquisa.

Sendo assim, pode-se definir como perfil das pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos o seguinte: todas as responsáveis são mulheres e especialmente mães. A maioria delas tem idade

³⁵ De acordo com a PNAD 2007 houve um crescimento da proporção daquelas famílias que são do tipo monoparental: passando de 19,2% para 21,8%. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2008/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2009.

³⁶ Estamos perante uma família recomposta simples (grupo doméstico) quando um casal, casado ou não, vive no mínimo com uma criança nascida de uma união precedente de pelo menos um dos cônjuges. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a07.pdf>>. Acesso em 08 de dezembro de 2009.

entre 30 e 40 anos, 2 (dois) a 3(três) filhos, baixo grau de escolaridade e possuem baixa renda. A ocupação está relacionada à coleta de material para reciclagem.

As crianças e adolescentes que frequentavam o ASEMA Castilhos nos meses de outubro e novembro de 2009 eram 10 do sexo feminino e 05 (cinco) do sexo masculino.

Quanto à idade dos usuários, constatou-se que 03 (três) entrevistados estavam na faixa etária entre 07 (sete) e 09 (nove) anos de idade, 07 (sete) tinham entre 10 e 12 anos e 05 (cinco) entrevistados tinham entre 13 e 14 anos, portanto, a maioria eram crianças.

Desse total de 15 crianças e adolescentes, cabe ressaltar que 09 (nove) entrevistados estavam vinculados ao PETI e os outros 06 (seis) vinculados apenas ao Programa Bolsa-Família.

Destaca-se, também, que dentre os entrevistados que frequentavam o ASEMA Castilhos havia 06 (seis) entrevistados que possuíam irmãos frequentando o Serviço.

Por fim, enfatiza-se que todos os entrevistados frequentavam a escola.

3.2 Sistematização da análise realizada pelas mães entrevistadas sobre o ASEMA Castilhos

Após a caracterização geral sobre as crianças e adolescentes participantes do ASEMA Castilhos, e de suas mães, apresenta-se a seguir, a sistematização da análise realizada pelas mães sobre o ASEMA Castilhos, selecionadas para participar da pesquisa.

3.2.1 Motivo de ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA Castilhos

Ao serem perguntadas sobre o motivo que as levaram a matricular os seus filhos no ASEMA Castilhos, foram encontrados 03 (três) grupos de respostas:

1º Grupo: Mães que não tinham com quem deixar os filhos para que pudessem sair para trabalhar

Cinco mães explicitaram que não tinham com quem deixar as crianças ou adolescentes para poderem sair para o trabalho. Entre estas se obteve as seguintes respostas:

“Para que eu pudesse trabalhar, pois não tinha com quem deixar” (IR)

“Eu não tenho nenhum familiar que possa repará-lo” (JQ)

Isso denota que a responsabilidade pelo cuidado com os filhos está a cargo das mães, conforme já destacado anteriormente.

2º Grupo: Para que seus filhos não fossem para rua ou para que não fossem trabalhar

As entrevistadas relataram extrema preocupação com as crianças e adolescentes quanto ao tempo ocioso, visto a possibilidade de envolverem-se com substâncias psicoativas ou trabalho infantil.

Cabe, ainda, ressaltar que aqueles usuários vinculados ao PETI são obrigados a frequentar o ASEMA e os pais responsáveis em garantir a frequência das crianças e adolescentes, sob pena do benefício ser num primeiro momento bloqueado e num segundo, cancelado.

Outro fator importante, no caso de usuários vinculados ao PETI, é o fato de que geralmente são encaminhados ao Serviço — via Conselho Tutelar. Este órgão expede um termo de responsabilidade para os pais cumprirem o compromisso de evitar que os filhos permaneçam em situação de risco, no caso o trabalho infantil, como também, garantir a presença das crianças e adolescentes no ASEMA.

Dessa forma, há que se ressaltar que algumas mães matricularam os seus filhos no ASEMA por entender que é um espaço de proteção e de socialização e outras por ordem do Conselho Tutelar temendo possíveis sanções.

A partir daí, destacam-se os seguintes relatos:

“Para eles não pedirem dinheiro na rua e para não irem ao lixão” (DR)

“Para ficarem longe das drogas” (SJ)

Estes dados demonstram a realidade de muitos moradores da Vila Castilhos, a qual foi amplamente retratada em reportagens apresentadas pelo Jornal Diário Popular de Pelotas/RS no ano de 2009.

Em uma série de reportagens intitulada “Catadores de Esperança”, apresentada entre os dias 30 de agosto a 02 de setembro de 2009 (vide Anexo 4), foram narradas, no jornal, histórias daquelas famílias que vivem da coleta do lixo, ocupação esta de 05 (cinco) das 09 (nove) entrevistadas.

Já em outras reportagens veiculadas pelo mesmo jornal nos dias 18 de novembro de 2009 e 10 de março de 2010 (vide Anexo 5), foi mencionada outra realidade da Vila Castilhos, o tráfico de substâncias psicoativas, em especial o *crack*.

Em relação a este tema, percebe-se muita preocupação por parte das entrevistadas, visto o tráfico de substâncias psicoativas também ser uma fonte de renda para algumas famílias.

Além disso, mencionam que vários adolescentes da comunidade já ingressaram no tráfico (Vide Anexo 4) em razão da facilidade no comércio de tais substâncias. Isso pode ser percebido neste relato de uma entrevista:

Eles ganham muito dinheiro e vários estão presos ou morreram por causa das dívidas com os traficantes. E morreram, também, porque não avisaram do ataque³⁷ da polícia (SJ)

3º Grupo: Para que as crianças e adolescentes tivessem uma boa alimentação

Este grupo expressou que o motivo para a matrícula das crianças e adolescentes era o de receberem uma boa alimentação, conforme os seguintes relatos:

“Às vezes passamos fome e o projeto³⁸ nos ajuda” (JE)

“Para receberem as refeições” (SJ)

As respostas das entrevistadas reforçam a questão da dificuldade financeira enfrentada por estas famílias, uma vez que a maioria percebe menos de 01 (um) salário mínimo mensal. Ainda, cabe destacar o quanto essas

³⁷ Nome popularmente utilizado para as operações policiais.

³⁸ O ASEMA em Pelotas/RS antigamente era considerado um projeto, no entanto, a partir da implantação do SUAS passou a designar-se como um serviço, visto o seu caráter de continuidade, conforme preconiza a NOB-SUAS (2005) e o artigo 23 da LOAS (1993).

dificuldades afetam uma das necessidades humanas básicas para a sobrevivência humana: a alimentação nutritiva (Pereira, 2006b).

O termo “ajuda” denota o quanto estes serviços socioassistenciais ainda são carregados da concepção de “favor” e “benesse” pelos usuários e familiares evidenciando a não superação do assistencialismo, apesar do que preceitua a LOAS/1993

Artigo 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS IN CRESS, 10º Região, 2009, p. 124).

A seguir, observa-se o que as entrevistadas entendem por finalidade do ASEMA.

3.2.2 Finalidade do ASEMA Castilhos

Quanto à finalidade do ASEMA, também foram identificados 03 (três) grupos de respostas:

1º Grupo: Auxílio nas tarefas escolares

Cinco entrevistadas relataram que a finalidade do ASEMA é auxiliar nas tarefas escolares, o chamado “tema”. A partir daí, ressalta-se as seguintes respostas:

“Ajuda a fazer os temas” (CQ)

“Dar um apoio para a escola, incentiva o estudo” (BE)

Estas respostas demonstram o pouco entendimento das entrevistadas quanto à finalidade do Serviço, visto que o percebem apenas como um suporte para a educação formal.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais este Serviço deve desenvolver ações “pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e

proteção social” (MDS, 2009, p. 09), ou seja, são atividades que têm por objetivos a socialização de crianças e adolescentes, além de prevenir situações de risco social.

Porém, apesar das mães valorizarem nas respostas algo que não é objetivo do ASEMA, cabe ressaltar que elas revelam uma necessidade sentida, pois devido a sua baixa escolaridade, elas expressam que não podem auxiliar os filhos nas tarefas solicitadas pela escola, o que poderia ser feito no ASEMA.

2º Grupo: Espaço de convivência que evita a ida de crianças e adolescentes para a rua.

Este grupo de respondentes tem um maior entendimento sobre a finalidade do ASEMA, visto perceberem o Serviço como um local de socialização e prevenção de riscos. A partir disso, destacam-se as seguintes respostas:

“Ajuda na educação para a vida” (DR)

“Para que as crianças brinquem com crianças da mesma idade e aprendam valores” (JE)

Percebe-se neste grupo de respondentes uma ampliação do conceito de educação, ou seja, as entrevistadas demonstraram que apenas a educação formal é insuficiente para que seus filhos alcancem um futuro melhor. Observa-se, também, que as entrevistadas possuem interesse em que sejam despertados em seus filhos princípios e valores considerados como necessários para a formação de um cidadão.

No entanto, as entrevistadas complementavam tais respostas da seguinte forma:

“E segurança, não ficam perambulando pela rua” (JE)

“E para que as crianças não fiquem na rua aprendendo o que não devem” (IR)

Estas respostas demonstram que as mães associam a valorização da educação informal à preocupação com a permanência das crianças e adolescentes na rua no período em que elas estão no trabalho, conforme já comentado anteriormente.

3º Grupo: Contribuição às famílias na alimentação das crianças e adolescentes

Quatro das entrevistadas responderam que a finalidade do ASEMA é alimentar crianças e adolescentes. A partir disso, observam-se as seguintes respostas:

“Ajuda às famílias a alimentar as crianças” (DR)

“Dar alimentação o que ajuda as crianças a se desenvolver” (BN)

Este grupo de respondentes também concebe o Serviço como uma benesse, visto utilizar o termo “ajuda”. O grupo, também, não compreende a finalidade do ASEMA, pois o considera como um auxílio e neste caso, na alimentação de crianças e adolescentes.

A seguir, destacam-se as mudanças percebidas pelas entrevistadas no núcleo familiar após o ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA.

3.2.3 Mudanças percebidas no núcleo familiar após ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA Castilhos

Em relação às mudanças ocorridas no núcleo familiar após o ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA, constataram-se, também, 03 (três) grupos de respostas:

1º Grupo: Aquisição de bens de consumo

Das 09 (nove) entrevistadas, 07 (sete) mencionaram que após o ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA, elas puderam ter acesso a alguns bens de consumo, como televisão, geladeira, roupas, material de construção, etc. Além da aquisição de alguns gêneros alimentícios como frutas, sucos, iogurtes, etc., antes não consumidos. Dentre as respostas dadas, destacam-se as seguintes:

“Em função do PETI e do PBF eu pude comprar geladeira, TV, vídeo *game*, cobertores, etc.” (IR)

“Eu pude comprar roupas, sapatos, frutas, leite e material escolar” (DR)

“Estou construindo minha casa aos poucos” (SJ)

Estas respostas indicam que as famílias utilizam o valor do benefício pecuniário proveniente do PBF ou do PETI para adquirirem outros bens ou para realizarem melhorias no domicílio. Demonstrem, ainda, as dificuldades financeiras

enfrentadas por estas famílias, uma vez que estão adquirindo o básico para sobreviver, como gêneros alimentícios.

Cabe salientar que este aspecto já foi constatado em outra pesquisa realizada em alguns serviços socioassistenciais do município de Pelotas/RS, dentre eles o ASEMA, no período de setembro de 2008 e maio de 2009³⁹, na qual duas entrevistadas cujos filhos eram vinculados ao PETI e que frequentavam o ASEMA Castilhos mencionaram que antes da entrada dos filhos no PETI tinham dificuldade no consumo de alimentos. No entanto, após o ingresso dos filhos, tal dificuldade foi sanada, conforme parte do relato de uma entrevistada: “Com a entrada no PETI a quantidade de comida melhorou e dá para comprar algumas coisas a mais: carne, feijão e arroz” (Kontz, 2009, p. 75).

Em relação à aquisição de bens como televisão ou vídeo *game* foi possível perceber que ela está diretamente ligada mais uma vez à questão de evitar que as crianças e adolescentes tenham interesse em ir para rua, conforme parte do relato da fala de uma das mães:

Faço de tudo para eles não irem para a rua, até comprei um vídeo *game* nos camelôs⁴⁰ para ver se ficam mais em casa (IR)

2º Grupo: Melhoria na convivência familiar

Cinco entrevistadas relataram que após o ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA a convivência familiar melhorou. Algumas entrevistadas se expressaram da seguinte forma:

“O ambiente em casa melhorou” (JE)

“Eles estão mais amigos dos irmãos, brigam menos” (CQ)

Estas respostas podem estar associadas à aquisição de bens de consumo, conforme mencionado pelo grupo anterior, visto muitos destes bens serem utilizados por todos os membros do domicílio, como por exemplo, geladeira, TV, vídeo *game*, etc.

³⁹ Dissertação de mestrado de Leonardo Betemps Kontz, intitulada Políticas Sociais Brasileiras: A situação social dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. UFPEL, Pelotas, 2009.

⁴⁰ Camelô ou vendedor ambulante é o nome comum dado aos vendedores de rua do comércio informal ou clandestino, com banca improvisada, em especial nas grandes cidades. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Camel%C3%B4>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2010.

3° Grupo: As mães conseguiram trabalhar fora de casa

Um terceiro grupo, (06) seis entrevistadas, apresentou como resposta a condição de elas poderem sair para trabalhar após o ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA.

“Eu saio e trabalho tranquila” (JO)

“Consegui trabalho na cooperativa” (SJ)

Estas respostas ilustram a possibilidade das entrevistadas trabalharem, além da despreocupação quanto à permanência das crianças e adolescentes fora das ruas, já que estavam seguras no ASEMA.

A seguir, observam-se as mudanças ocorridas nas crianças e adolescentes após o ingresso no ASEMA.

3.2.4 Mudanças percebidas nas crianças e adolescentes após ingresso no ASEMA Castilhos

Quanto às mudanças percebidas nas crianças e adolescentes após o ingresso no ASEMA, também se identificou 03 (três) grupos de respostas:

1° Grupo: As crianças e adolescentes melhoraram na escola

Oito entrevistadas responderam que após o ingresso no ASEMA as crianças e adolescentes melhoraram na escola. Enfatizam-se as seguintes respostas:

“As crianças se interessaram pela escola” (JO)

“Estão sempre com os temas feitos” (BE)

“Passaram de ano com mais facilidade” (IR)

Estas respostas explicitam as dificuldades enfrentadas pelas mães em relação à vida escolar de seus filhos, conforme o que foi mencionado a respeito da finalidade do ASEMA.

2° Grupo: As crianças e adolescentes estão mais sociáveis

Este grupo de respondentes declarou que as crianças e adolescentes ficaram mais sociáveis após o ingresso no ASEMA.

“Estão mais calmos, mais sociáveis” (CQ)

“Passaram a ser elogiados pelo comportamento” (DR)

Este grupo de respondentes aponta para uma maior socialização das crianças e adolescentes, visto conviverem com pessoas da mesma idade e de realizarem diversas atividades, como por exemplo: atividades esportivas, oficinas de dança e teatro, jogos lúdicos e educativos, etc.

Enfatiza-se, também, o trabalho desenvolvido pelas educadoras sociais, que devido ao convívio diário com os usuários, sentiram a necessidade de incentivar hábitos de boas maneiras, de higiene, de alimentação saudável, assim como cuidar do meio ambiente e valorizar datas comemorativas. Além de relacionarem tudo isso com jogos ou atividades educativas a temas como a amizade, o respeito mútuo e com os familiares, saber ganhar e perder, etc.

3° Grupo: As crianças e adolescentes estão mais bem alimentadas

Cinco entrevistadas mencionaram que as crianças e adolescentes estão mais bem alimentadas após o ingresso no ASEMA. As seguintes respostas apontam nesta direção:

“Com a alimentação dada no ASEMA, as crianças se desenvolveram” (JE)

“A minha filha está mais bem alimentada” (SJ)

“Estão mais alimentados” (BE)

Estes relatos confirmam as dificuldades financeiras apontadas pelas entrevistadas nas respostas anteriores.

Cabe salientar a importância da alimentação para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, em razão da alimentação saudável e nutritiva ser o propulsor de um bom desenvolvimento psíquico e físico de qualquer ser humano. Pereira menciona que o indivíduo desnutrido “quedará em um estado de atonia e debilidade gerador de uma espiral de privação e de incapacidades crescentes” (2006b, p. 77). E essas privações e incapacidades serão, provavelmente, o primeiro estágio da exclusão do indivíduo, visto dificultarem o pleno desenvolvimento humano.

Portanto, com o intuito de evitar este primeiro estágio da exclusão faz-se necessário a satisfação das necessidades humanas básicas, como alimentação

nutritiva e água potável, as quais são uma das condições prévias para o exercício da cidadania (Pereira, 2006b).

Por fim, apresenta-se como as mães avaliam a influência da participação no ASEMA para o futuro das crianças e adolescentes.

3.2.5 Expectativa quanto à repercussão das ações socioeducativas no futuro das crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos

Quando perguntadas se a participação no ASEMA influirá no futuro das crianças e adolescentes, as entrevistadas revelaram 03 (três) grupos de respostas:

1º Grupo: As crianças e adolescentes permanecerão por mais tempo na escola

Este grupo declarou que em virtude das crianças e adolescentes participarem das ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA permanecerão mais tempo na escola. As respostas que ilustram tal entendimento são as seguintes:

“O ASEMA desperta o interesse em continuar estudando” (BE)

“Eles vão terminar a escola” (CQ)

“Terão mais estudo que os pais” (DR)

Estas respostas foram dadas por 06 (seis) entrevistadas, e estão em conformidade com um dos objetivos específicos previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para o serviço destinado aos usuários de 06 (seis) a 15 anos, ou seja, “contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional” (MDS, 2009, p. 11).

A inserção, reinserção ou permanência de crianças e adolescentes na educação formal é de suma importância e isto se deve ao fato de a escola transmitir conhecimentos e possibilitar a formação de cidadãos, o que se constitui, também, em um elemento que pode facilitar a sua a inserção no mercado de trabalho.

2º Grupo: As crianças e adolescentes ingressarão no mercado formal de trabalho

Quatro entrevistadas mencionaram que a participação das crianças e adolescentes no ASEMA facilitará o acesso ao mercado formal de trabalho, conforme as respostas a seguir:

“As crianças falam em fazer cursos no futuro” (JO)

“Após o ASEMA eles irão para as oficinas profissionalizantes do Instituto de Menores e terão uma profissão” (IR)

“Terão um futuro melhor com um emprego de carteira assinada, um emprego digno” (DR)

Estas respostas revelaram a preocupação das mães quanto ao futuro de seus filhos em relação ao trabalho formal, já que 06 (seis) entrevistadas estão na informalidade. Ainda, relataram as consequências de não possuírem um trabalho formal:

“Não posso ficar doente, se eu ficar como vamos comer?” (SJ)

“A carteira assinada ajuda muito” (IR)

As entrevistadas expressaram conhecimento dos direitos advindos de um trabalho formal, como por exemplo, o auxílio-doença.

Isso reforça ainda mais a preocupação das mães com as crianças e adolescentes devido ao fato de vivenciarem cotidianamente a instabilidade de um trabalho informal e o quanto desejam evitar este tipo de trabalho para os seus filhos.

3º Grupo: A participação das crianças e adolescentes no ASEMA evitará a utilização de substâncias psicoativas.

Sete entrevistadas relataram extrema preocupação quanto ao uso de substâncias psicoativas e o quanto à participação no ASEMA poderá evitar a sua utilização. As respostas abaixo ilustram esta questão:

“Não pensarão em drogas, ficarão longe da pedra⁴¹” (SJ)

“Serão pessoas decentes, enxergarão um mundo sem drogas, sem álcool e sem violência” (JE)

Estas respostas reforçam as respostas anteriores dadas pelo 2º Grupo de respondentes do item 3.2.1, a qual especifica o motivo de ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA.

⁴¹ Pedra é o termo popularmente utilizado para designar o *crack*.

Em meio aos dados fornecidos foi possível conhecer e entender as entrevistadas, organizando-se em grupos de respostas semelhantes.

A seguir apresenta-se o Quadro 1 com uma sistematização geral destas respostas para possibilitar uma melhor visualização das mesmas.

QUADRO 1

Motivo de ingresso, finalidade, mudanças percebidas no núcleo familiar e nas crianças e adolescentes atendidos e expectativa quanto às ações socioeducativas no futuro dos usuários

MOTIVO DE INGRESSO NO ASEMA CASTILHOS		FINALIDADE DO ASEMA CASTILHOS		MUDANÇAS PERCEBIDAS NO NÚCLEO FAMILIAR APÓS INGRESSO NO ASEMA CASTILHOS		MUDANÇAS PERCEBIDAS NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES APÓS INGRESSO NO ASEMA CASTILHOS		EXPECTATIVA QUANTO AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS NO FUTURO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Para que as mães pudessem trabalhar, pois não havia entre os familiares quem cuidasse das crianças e adolescentes	05	Auxiliar nas tarefas escolares	05	Aquisição de bens de consumo: TV, roupas, material escolar, cama, geladeira, etc.	07	Melhoraram na escola	08	As atividades desenvolvidas estimularão a permanecerem mais tempo na escola	06
Para que as crianças e adolescentes não fossem para rua ou para que não fossem trabalhar	04	Espaço de convivência para que as crianças e adolescentes não fiquem na rua	04	A convivência familiar melhorou	05	Estão mais sociáveis	04	Serão estimulados a ingressarem no mercado formal de trabalho	07
Para que as crianças e adolescentes tivessem uma boa alimentação	06	Contribuição às famílias na alimentação dos filhos	04	As mães conseguiram trabalhar fora de casa	06	Estão mais bem alimentados	05	As atividades desenvolvidas irão evitar o uso de substâncias psicoativas	04

Fonte: Sistematização das entrevistas realizadas com as mães das crianças e adolescentes que frequentavam o ASEMA Castilhos.

Obs. Na apresentação, a soma do número de respostas dadas para cada questão supera o número dos entrevistados. Isto ocorre porque as respostas passaram por uma decomposição para possibilitar o agrupamento de alternativas iguais, embora emitidas por pessoas diferentes.

3.3 Sistematização das entrevistas com as crianças e adolescentes atendidos no ASEMA Castilhos

Apresenta-se, a seguir, a sistematização dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes do ASEMA Castilhos, selecionados para participar da pesquisa.

3.3.1 Atividades realizadas durante o turno livre antes de ingressar no ASEMA Castilhos

Quando perguntados sobre as atividades realizadas no turno livre antes de ingressar no ASEMA, os entrevistados revelaram 02 (dois) grupos de respostas:

1º Grupo: Brincava ou saía para a rua

Dez usuários mencionaram que antes de ingressarem no ASEMA brincavam na rua durante o tempo livre. Destacam-se as seguintes respostas:

“Fugia para ir brincar na rua” (IU)

“Saía para a rua” (LC)

Estes dados estão em conformidade com os dados obtidos nas entrevistas com as mães dos usuários, visto um dos motivos indicados para o ingresso das crianças e adolescentes no ASEMA ter sido para evitar que eles fossem para a rua ou realizassem trabalho infantil.

O trabalho infantil atualmente é fortemente combatido em razão de comprometer a saúde física, o grau de escolaridade, bem como a qualidade de vida de crianças e adolescentes (Carvalho, 1997).

No entanto, Souza (2005) destaca que no século XVIII o trabalho trazia benefícios para as crianças, inclusive era considerado responsável pela formação de seu caráter.

(...) este mito permanece arraigado na sociedade capitalista, ou seja, o trabalho continua com um valor ético e moral. O caráter formativo do trabalho em que a criança que trabalha fica mais esperta torna o homem do futuro mais digno, com melhores

oportunidades de inserção no mercado de trabalho e como prevenção de marginalidade (SOUZA, 2005, p. 226).

A infância e a adolescência são tempos de “socialização e aprendizagem de habilidades para a vida cotidiana partilhada na família, comunidade e sociedade” (Carvalho, 1997, p. 108). Portanto, não é período adequado para a realização de trabalho.

Cabe salientar que simples atividades domésticas, como por exemplo, arrumar a cama ou realizar uma arrumação no quarto, não configura trabalho infantil, mas sim atividades que auxiliam a formação e o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes.

2º Grupo: Não lembra

Cinco entrevistados disseram que não lembravam o que faziam antes de ingressar no ASEMA. Salienta-se, no entanto, que todos estes respondentes eram vinculados ao PETI. Observou-se, também, entre estes, certo desconforto para responder às perguntas, bem como, uma apreensão quanto à possibilidade da perda do benefício pecuniário, devido às respostas que fossem dadas às questões.

Isso já não foi observado com os demais usuários, visto não serem obrigados a frequentar o ASEMA. Estes são apenas vinculados ao PBF, cuja condicionalidade para receber o benefício é somente ter frequência mensal na escola igual ou superior a 85%.

Esta obrigatoriedade, ou não, em frequentar o ASEMA será mais bem visualizada nas questões seguintes, visto ser um ponto de tensão no desenvolvimento das atividades socioeducativas.

A seguir apresentam-se as mudanças positivas e negativas nas atividades diárias realizadas após o ingresso no ASEMA, segundo a percepção das crianças e adolescentes.

3.3.2 Percepção de mudanças positivas e negativas nas atividades diárias após o ingresso no ASEMA Castilhos

Ao serem perguntados sobre as mudanças positivas e negativas em suas atividades diárias após o ingresso no ASEMA, foram encontrados 03 (três) grupos de respostas:

1º Grupo: Auxílio nas tarefas escolares

Este grupo declarou como mudança positiva após o ingresso no ASEMA o auxílio prestado pelas educadoras sociais nas tarefas escolares. Dentre as respostas destacam-se as seguintes:

“As tias me ajudam a fazer o tema” (QN)

“Agora faço mais os temas” (SR)

Estes relatos estão de acordo com as respostas dadas pelas mães — auxiliar nas tarefas escolares — quando foram perguntadas quanto à finalidade do ASEMA cujas respostas foram auxiliar nas tarefas escolares. Isso, conforme dito anteriormente pode estar relacionado à baixa escolaridade das próprias mães, as quais enfrentam dificuldades para orientar os filhos em tais atividades ou relacionado ao fato da maioria das mães trabalharem à noite na coleta do material reciclável.

Aqui novamente surge a questão do não entendimento da finalidade do ASEMA e isso muitas vezes é corroborado pelas educadoras sociais, visto que os “temas escolares” acabam por substituir outras atividades que deveriam ser propostas pelas educadoras, como por exemplo, jogos educativos, atividades de cunho lúdico, atividades esportivas, etc.

Percebe-se que o auxílio nestas atividades propostas pela escola é uma necessidade sentida não só pelas mães, mas pelas próprias crianças e adolescentes. E isso acaba fazendo parte do cotidiano do ASEMA, em razão de os próprios usuários já chegarem “com os cadernos nas mãos” e solicitarem o auxílio, inclusive dos técnicos. Por isso, observa-se a realização deste tipo de atividade como um hábito já estabelecido no ASEMA.

2º Grupo: Brincar com os amigos

Sete usuários também responderam como mudança positiva a possibilidade de brincar com pessoas da mesma idade. As seguintes respostas ilustram tal questão:

“Agora brinco com os amigos que eu fiz aqui. E converso bastante com eles” (SR)

“Aqui eu me divirto, tenho amigos” (CE)

Estas respostas ilustram a importância da convivência de crianças e adolescentes e o quanto esta interação é relevante para a socialização dos mesmos. Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais este tipo de serviço realizado em grupo e por percurso “assegura o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo” (MDS, 2009, p. 11), fundamentais para a socialização de indivíduos e formação de cidadãos.

3º Grupo: Não poder sair e ir para a rua

Este grupo de 05 (cinco) respondentes destaca como mudança negativa após o ingresso no ASEMA o impedimento de ir para a rua. Destacam-se as seguintes respostas deste grupo:

“Não tenho mais tempo para fazer o que quero” (LS)

“Às vezes quero sair com os meus amigos e não posso, porque se não levo falta” (HN)

“Prefiro ficar na rua” (HR)

Estas respostas foram dadas apenas por usuários vinculados ao PETI e denotam a questão da obrigatoriedade em frequentar o serviço. Observa-se que as crianças e adolescentes são pressionadas pela família a garantir o mínimo de frequência para garantir o pagamento do benefício, o que causa resistência para com o tipo de serviço recebido.

Outro elemento que surge sobre esta obrigatoriedade está relacionado ao fato de que quando o PETI foi implantado, em 1996, o benefício pecuniário era individualizado. Ou seja, se determinada criança ou adolescente frequentasse o Serviço ou a escola, recebia o seu benefício, mas caso seu irmão não, este tinha o benefício bloqueado. Porém, após a unificação do PETI ao PBF, em 2006, a condicionalidade foi alterada, ou seja, se um dos beneficiários do mesmo grupo familiar não cumprir com os 85% de frequência na escola ou no Serviço, o benefício, que agora é unificado, é bloqueado.

Isto acaba gerando uma série de dificuldades para as famílias, entre elas o conflito entre irmãos ou membros do grupo familiar, conforme observado no ASEMA Castilhos, pois aquele que frequenta assiduamente se sente prejudicado quando o outro não frequenta e o benefício acaba por ser bloqueado.

Essa é uma das questões que torna o Serviço não atrativo para os usuários vinculados ao PETI, diferentemente daqueles que não precisam cumprir esta condicionalidade, cujo índice de frequência mensal fica em torno de 95%.

A seguir apresentam-se as respostas quanto à preferência pelo cotidiano antes ou depois de ingressar no ASEMA.

3.3.3 Preferência pelo cotidiano antes ou depois de ingressar no ASEMA Castilhos

Em relação à preferência pelo dia de antes ou por aquele depois de ingressar no ASEMA Castilhos, também foi possível agregar as respostas em 02 (dois) grupos, aqueles que preferem o dia após o ingresso e aqueles que preferem antes:

1º Grupo: Depois. Por realizar atividades e as tarefas escolares e, também, por brincar com os amigos

Neste grupo 04 (quatro) respondentes mencionaram que preferem o dia após o ingresso no ASEMA, em razão das atividades desenvolvidas e também pelo auxílio dado pelas educadoras sociais na realização dos “temas escolares”, conforme as seguintes respostas:

“Gosto mais de agora, porque aqui têm brincadeiras, jogos” (RN)

“Agora, aqui as tias me ajudam a fazer os temas” (IU)

“Hoje, eu acho legal o projeto, tem brincadeiras legais, a gente vê filmes, desenha” (BR)

Ainda, nesta mesma pergunta, 07 (sete) usuários relataram que preferem o dia após o ingresso no ASEMA por neste espaço poderem brincar com os amigos, conforme as respostas ilustradas a seguir:

“Hoje, aqui tenho amigos” (BJ)

“Agora, porque eu fiz amizades” (BR)

“Hoje, aqui tem pessoas da minha idade para brincar” (DE)

Estas respostas foram dadas por usuários não vinculados ao PETI, ou seja, são crianças e adolescentes que passaram a frequentar o Serviço de forma espontânea ou por solicitação da família.

Neste grupo, conforme dito anteriormente, não há obrigatoriedade em frequentar o Serviço e percebe-se a diferença nas atitudes dessas crianças e adolescentes, como por exemplo, fácil adesão às atividades propostas pela equipe. Estes usuários por diversas vezes são os propositores das atividades a serem desenvolvidas, além de convidarem outros familiares, colegas de escola e vizinhos para frequentar o ASEMA.

Ainda, salienta-se que por mais que dificuldades sejam enfrentadas pelo Serviço, como reduzida equipe técnica, falta de reparos necessários no imóvel, esses usuários demonstram-se satisfeitos em frequentar o ASEMA.

2º Grupo: Antes. Por ter mais tempo para sair e ficar na rua

Este grupo de 04 (quatro) respondentes declarou que tem preferência pelo cotidiano de antes do ingresso no ASEMA, de acordo com as respostas ilustradas a seguir:

“Antes. Porque eu tinha mais tempo para sair e brincar” (LS)

“Antes. Eu fazia o que eu queria, ia para rua e voltava de noite” (HN)

Cabe salientar que todos os respondentes estão vinculados ao PETI e conforme já destacado anteriormente a questão da obrigatoriedade em frequentar é sentida de forma negativa por aquelas crianças e adolescentes que eram livres e não possuíam obrigações.

A seguir apresentam-se as propostas de mudança das crianças e adolescentes para o ASEMA Castilhos.

3.3.4 Mudanças propostas pelos usuários para o ASEMA Castilhos

Ao serem perguntados quanto a propostas de mudanças no ASEMA Castilhos, também, foi possível agregar as resposta em 02 (dois) grupos:

1º Grupo: Melhorar a aparência do imóvel

Neste grupo 06 (seis) usuários relataram que gostariam que a aparência do imóvel fosse melhorada. A seguir destacam-se as seguintes respostas:

“Eu gostaria que as paredes fossem pintadas de colorido” (BJ)

“Melhoraria a pintura” (QN)

“Só a pintura” (DC)

Estas respostas indicam uma preocupação dos usuários em estar em um lugar organizado que remeta ao mundo infanto-juvenil, visto que eles permanecem 04 (quatro) horas diárias de segunda a sexta-feira no local.

No entanto, no final do mês de dezembro de 2009 o imóvel foi pintado por dentro com várias cores e foi possível perceber a satisfação dos usuários a partir desta pintura, inclusive daqueles vinculados ao PETI.

2º Grupo: Não mudaria nada

Este grupo de 09 (nove) usuários expressou que não mudaria nada no serviço, conforme as respostas a seguir:

“Não mudaria nada” (LS)

“Tá bom assim” (HN)

Os respondentes deste grupo, mais uma vez, são vinculados ao PETI e isso denota que o simples fato de ter que frequentar o Serviço de forma obrigatória gera um sentimento de indiferença, além do sentimento de repulsa já anteriormente comentado.

A seguir apresenta-se o Quadro 2 com a sistematização das respostas para uma melhor visualização geral das mesmas e, desta forma, melhor percepção dos aspectos mais relevantes indicados pelos usuários deste ASEMA.

QUADRO 2

Atividades realizadas antes de ingressar no ASEMA, mudanças positivas e negativas após o ingresso, preferência pelo cotidiano antes ou após o ingresso e mudanças propostas para o serviço

ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O TURNO LIVRE ANTES DE INGRESSAR NO ASEMA CASTILHOS		MUDANÇAS POSITIVAS E NEGATIVAS NAS ATIVIDADES DIÁRIAS APÓS O INGRESSO NO ASEMA CASTILHOS		PREFERÊNCIA PELO COTIDIANO ANTES OU DEPOIS DE INGRESSAR NO ASEMA CASTILHOS		MUDANÇAS PROPOSTAS PARA O ASEMA CASTILHOS	
Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº	Respostas	Nº
Brincava na rua	10	Mudanças positivas: 1. Auxílio nas tarefas escolares 2. Brincar com os amigos	04 07	Depois. 1.Em razão de realizar atividades e as tarefas escolares. Depois. 2.Por brincar com os amigos.	04 07	Nova pintura nas paredes	06
Não lembra	05	Mudanças negativas: Não poder sair e ir para a rua	04	Antes. Por ter mais tempo para sair e ficar na rua	04	Não mudaria nada	09

Fonte: Sistematização das entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes que frequentavam o ASEMA Castilhos.

Obs. Na apresentação, a soma do número de respostas dadas para cada questão supera o número dos entrevistados. Isto ocorre porque as respostas passaram por uma decomposição para possibilitar o agrupamento de alternativas iguais, embora emitidas por pessoas diferentes.

3.4 Avaliação do ASEMA Castilhos e propostas para um melhor atendimento a partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Uma vez sistematizados os dados obtidos com a pesquisa, é chegado o momento de realizar uma leitura crítica da realidade manifestada pelos entrevistados.

Para isso, foi feito um confronto entre a sistematização das entrevistas com o cruzamento dos dados da observação participante, e o objetivo específico previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para o SCFV da faixa etária de 06 (seis) a 15 anos: contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino, tendo como critérios os resultados esperados deste tipo de serviço os quais foram apresentados no item 1.3 do capítulo 1.

Conforme a sistematização das entrevistas realizadas com as mães e com as crianças e adolescentes que frequentam o ASEMA Castilhos, e o constatado na observação participante, as ações socioeducativas diminuem a possibilidade dos usuários sofrerem riscos sociais.

Isso pôde ser analisado, num primeiro momento, no fato das crianças e adolescentes estarem frequentando o Serviço no turno inverso ao da escola, o que inviabiliza a ida destes para a rua, local permeado de riscos para crianças e adolescentes. Observa-se que na rua crianças e adolescentes não estão sob a vigilância de um adulto, e a partir daí, todos os atrativos oferecidos por ela lhes parecem inofensivos, como pedir dinheiro, confiar em adultos desconhecidos, comercializar ou fazer uso de substâncias psicoativas, frequentar a *lan house*⁴² e utilizar a rede mundial de computadores sem restrições, entre outros.

Além disso, frequentar este tipo de Serviço torna-se importante para as crianças e adolescentes da Vila Castilhos, visto estarem no turno inverso ao da escola participando de atividades socioeducativas, o que pode possibilitar que estes usuários fortaleçam a sua capacidade de respostas a riscos e não façam uso ou comercializem substâncias psicoativas.

⁴² LAN significa *Local Area Network*, ou seja, rede local de computadores. LAN HOUSE é o estabelecimento no qual é oferecido o uso destes computadores ligados em rede para acesso à Internet e programas em geral, como os jogos eletrônicos. Normalmente, é cobrada uma taxa dos usuários proporcional ao tempo de uso. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/LAN_house>. Acesso em 20 de março de 2010.

Conforme o relato das próprias mães e do narrado nas reportagens jornalísticas apresentadas no Anexo 5, o tráfico de substâncias psicoativas naquela localidade é muito intenso, em razão disso, os riscos tornam-se iminentes não só para crianças e adolescentes, mas para a população local como um todo.

Outro fator que aponta para a diminuição de riscos e vulnerabilidades sociais é o impedimento ao retorno às atividades do trabalho infantil, visto a presença no ASEMA garantir o benefício pecuniário mensal para as famílias que retiram as crianças e adolescentes do trabalho infantil.

Ainda, outro fator que possibilita a diminuição da fragilização dos vínculos familiares são as aquisições de bens de consumo, possibilitados pelo benefício pecuniário, haja vista serem bens de uso coletivo, como por exemplo, aparelho de televisão, vídeo *game*, etc. A aquisição desse tipo de bens, proporciona momentos de lazer para toda a família, além de evitar que as crianças e adolescentes procurem apenas diversão na rua.

No entanto, os pais ou responsáveis devem ser vigilantes quanto ao tempo de uso do vídeo *game* ou da própria televisão, pois estes podem substituir o espaço do diálogo, de passeios, das brincadeiras entre pais e filhos, etc., as quais fazem parte de um convívio familiar saudável e favorecem o desenvolvimento sadio com segurança afetiva, além de evitar que crianças e adolescentes sejam expostos a riscos, prevenindo situações de vulnerabilidade social.

Como aspecto positivo das ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA, visualiza-se a sociabilidade das crianças e adolescentes, visto o convívio com outras pessoas da mesma faixa etária refletir nos usuários em questões como afetividade e no aprendizado de valores como amizade, respeito mútuo, etc., além do fortalecimento dos laços de solidariedade, extremamente importantes na busca de uma sociedade mais justa.

Todavia, observa-se que este convívio, muitas vezes, acaba sendo prejudicado, em razão daqueles usuários do Serviço vinculados ao PETI. Esses por serem obrigados a frequentar a escola e o ASEMA, em contrapartida do recebimento do benefício, acabam por não aderir em alguns momentos às atividades propostas, verbalizando, inclusive que preferiam estar na rua. E isso se torna um ponto de tensão no desenvolvimento das atividades, pois os demais

usuários acabam, também, não aderindo de forma efetiva às atividades ali desenvolvidas, o que acaba desmotivando esses usuários a frequentar o ASEMA.

Um fator que reflete positivamente na questão da melhoria na qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares está relacionado à alimentação. Ao realizarem 02 (duas) refeições por dia no ASEMA as crianças e adolescentes, segundo relato dos próprios familiares, estão mais bem alimentados.

Além disso, o valor do benefício do PBF ou do PETI possibilitou a estas famílias a compra de gêneros alimentícios antes não consumidos (carne, feijão e arroz), e, a partir daí, melhorar a alimentação não só dos usuários do ASEMA, mas de todos os membros dos núcleos familiares, visto o consumo desses alimentos garantirem uma alimentação mais saudável e nutritiva⁴³.

As melhorias realizadas nos domicílios, também, refletem de forma positiva na qualidade de vida das famílias, tendo em vista a construção de um banheiro ou a aquisição de uma geladeira, por exemplo, além de evitarem uma série de prejuízos à saúde humana, garantem um ambiente físico saudável para o núcleo familiar.

Nesse sentido, observaram-se outras “necessidades intermediárias” (Pereira, 2006b) as quais estão num processo de satisfação. Destaca-se, entre estas, a questão da proteção à infância, visto ser o ASEMA um espaço de interação, aprendizagem, socialização para crianças e adolescentes, as quais busca resgatar a autoestima e a reconstrução de suas identidades, acabando por protegê-los dos riscos presentes na rua.

O Serviço, além de evitar que essas crianças e adolescentes estejam expostos a riscos e situações de vulnerabilidades sociais, conforme já mencionado, garante, ainda, outra satisfação intermediária, a chamada segurança física, em virtude de proporcionar atividades no turno inverso ao da escola, evitando que crianças e adolescentes realizem trabalho infantil ou sofram ameaças arbitrárias ou riscos como, por exemplo, a utilização ou tráfico de substâncias psicoativas.

Em relação à educação apropriada, destaca-se que o ASEMA contribui para que crianças e adolescentes sejam inseridas ou reinseridas na rede regular

⁴³ Disponível em: <<http://www.bancodesaude.com.br/dieta/piramide-alimentar>>. Acesso em 27 de março de 2010.

de ensino, visto ser um dos requisitos para o ingresso ser a frequência regular na escola. No entanto, a permanência na mesma encontra obstáculos difíceis de serem vencidos, como a repetência escolar e a dificuldade de aprendizagem, as quais acabam por desmotivá-los a continuar estudando, além de influenciar diretamente na questão da baixa autoestima.

Ainda, em relação à melhoria na qualidade de vida, percebe-se que o fato de crianças e adolescentes estarem frequentando o ASEMA não significa melhoria em relação ao ambiente de trabalho dos pais ou responsáveis, em razão desses, em sua maioria trabalhar no aterro sanitário da cidade de Pelotas/RS. Este local, além de ser inseguro⁴⁴, oferece sérios riscos à saúde dos catadores, em razão da exposição a resíduos tóxicos e de nos processos de manuseio do lixo sofrerem acidentes, os quais geralmente acontecem

(...) em decorrência da precarização e falta de condições adequadas de trabalho, traduzidos em ferimentos e perdas de membros por atropelamentos e prensagem em equipamentos de compactação e veículos automotores, além de mordidas de animais (cães, ratos) e picadas de insetos (CAVALCANTE E FRANCO, 2007, p. 217).

A luta diária destes trabalhadores pela sobrevivência, também, reprime qualquer possibilidade de questionamento a cerca da sua condição enquanto sujeito de direitos, conforme destaca Battini

Situações adversas em que se encontra parcela significativa da sociedade brasileira que luta e desgasta todas as suas energias na busca de condições materiais e físicas de sobrevivência, que limitam e absorvem o tempo e a capacidade necessários para exercer a sua cidadania (BATTINI, 1998, p. 43-44)

⁴⁴ Segundo a Cartilha do PETI de 2004, as atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes são: Na área urbana: comércio em feiras e ambulantes: lixões; engraxates, flanelinhas; distribuição e venda de jornais e revistas; comércio de drogas. Na área rural: culturas de sisal, algodão e fumo; horticultura; cultura de laranja e de outras frutas; cultura de coco e outros vegetais; pedreiras e garimpos; salinas, cerâmicas, olarias; madeiras, marcenarias; tecelagem; fabricação de farinha e outros cereais; pesca; cultura da cana-de-açúcar; carvoaria; cultura do fumo. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-especial/servicos-e-usuarios/programas/rede-suas/protacao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/manual_peti.pdf/view>. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

Esta ocupação também não garante a segurança econômica dessas famílias, o que compromete diretamente a questão da autonomia, pois o trabalho na coleta do lixo não permite “planejamentos futuros” (Pereira, 2006b).

Destaca-se a inauguração, em março de 2010⁴⁵, na Vila Castilhos, de um galpão para seleção do lixo limpo e preparado para a venda, que será adquirido através da coleta seletiva de porta em porta realizada pelos próprios catadores, já iniciada no município em fevereiro deste ano. Salienta-se, ainda, o anúncio da abertura de uma usina de triagem e compostagem, à qual será destinado todo o lixo doméstico do município (Vide Anexo 4).

Contudo, os frutos a serem colhidos por este novo modelo de gestão do lixo doméstico da cidade de Pelotas/RS levará algum tempo, até refletir de forma efetiva nas famílias catadoras de material reciclável.

Constatou-se que todas as famílias são beneficiárias do Programa Bolsa-Família (PBF) e algumas são vinculadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Destaca-se que as dificuldades encontradas não estão relacionadas ao acesso ao benefício, mas sim na forma de como as ações vinculadas a ele são realizadas nas comunidades.

Percebe-se, a partir das respostas dos entrevistados e da própria observação participante que em razão do ASEMA Castilhos não ser referenciado a um CRAS, não se viabilizam a formação de grupos para a realização de oficinas profissionalizantes, grupos de geração de renda ou, ainda, de grupos de convivência intergeracionais. E isso ocorre, também, em razão da falta de espaço físico, pois o ASEMA utiliza 03 (três) peças (banheiro, cozinha e sala de atividades) da Associação de Moradores da Vila Castilhos, o que dificulta a aproximação de outros membros da família ou da comunidade ao trabalho desenvolvido no ASEMA.

A comunidade não visualiza o ASEMA Castilhos como um serviço que desenvolve ações socioeducativas para crianças e adolescentes, e que estas ações também refletem nos demais membros e da comunidade. Mas visualiza como uma espécie de “creche”, onde são realizadas as atividades solicitadas pela escola, além de garantir 02 (duas) refeições diárias. E isso reflete diretamente no

⁴⁵ Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas/RS. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/noticia.htm?codnoticia=20886>>. Acesso em 21 de março de 2010.

não-entendimento do que seja o Serviço e dos reais objetivos a que esse se propõe.

Cabe salientar, ainda, que apesar dos esforços individuais dos profissionais que trabalham neste ASEMA, nas escolas de seu entorno e do posto de saúde da Vila Castilhos para a formação de grupos, para integrar a comunidade a estas 03 (três) políticas: Assistência Social, Educação e Saúde, bem como discutir sobre educação dos filhos, saúde, relacionamento interpessoal, direitos e deveres, etc., é possível afirmar que a rede socioassistencial é muito frágil e isso significa dizer que a intersetorialidade praticamente inexistente.

Isso pode ser percebido no fato de que não bastam esforços individuais se não existir uma vontade coletiva para que essas crianças e adolescentes tenham um atendimento de qualidade em toda a rede socioassistencial. Salienta-se que esses esforços individuais podem acabar realizando apenas ações pontuais e, de certa forma, privilegiando um usuário em detrimento dos outros, o que reforçará a questão da subalternidade dos usuários.

Observa-se ainda, hoje, que as políticas públicas trabalham de forma isolada, não havendo comunicação sistemática no desenvolvimento do trabalho com estas famílias.

O fato das mães dos usuários do Serviço o entenderem como uma “ajuda” à comunidade revela que, ainda, reconhecem a política de assistência social como benesse, favor àqueles “cidadãos necessitados”, e não como política pública, a qual garante direitos, conforme preceitua a Carta Magna de 1988, a qual foi posteriormente regulamentada pela LOAS, em 1993.

Sendo assim, em razão desse entendimento equivocado, torna-se evidente a identificação da Assistência Social com o assistencialismo, o clientelismo, “formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas, o que reproduz a “cidadania invertida”⁴⁶ e relações de dependência” (YASBEK, 2003, p. 50).

⁴⁶ A noção de “cidadania invertida” é proposta por Sônia Maria Fleury Teixeira. Parte de uma análise da natureza compensatória e punitiva de medidas assistenciais que submetem os “assistidos” a rituais comprobatórios de sua condição de carência e miséria. Para a autora, nesta condição política “o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como um não-cidadão”. É pelo reconhecimento de sua incapacidade de exercer a condição de cidadão que o indivíduo recorre a assistência social e, como necessitado, estabelece com o Estado uma relação de beneficiário, uma relação de cidadania invertida (YASBEK, 2003, p. 50).

Além disso, Yasbek (2003) destaca que a vinculação histórica da assistência social com o voluntarismo e a escassez de recursos garantem um atendimento precário aos seus usuários.

Em razão disso, Colin destaca

Sob este entendimento, as ações e serviços se caracterizam por um atendimento pontual e emergencial, através de medidas assistencialistas, caritativas e filantrópicas, favorecendo a manutenção do *status quo* vigente (1998, p. 141).

Portanto, os usuários na condição de subalternos vivem imersos na exclusão social, conforme esclarece Robert Castel “é o estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais” (2000, p. 22). E mais, os excluídos apresentam trajetórias com inúmeras rupturas como, por exemplo, o precário acesso à renda, a reprodução do ciclo de pobreza, os postos de trabalho no mercado informal, e estas acabam por gerar o conformismo reforçando a questão da subalternidade. Isso foi possível observar no ASEMA Castilhos a partir da fala de uma das mães, visto que não vislumbrava para o seu futuro nada além da coleta de material reciclável:

A minha vida é isso aí, só o lixão (JE)

Essa fala é um reflexo da subserviência do “não-cidadão” à exclusão social, a qual apenas lhe oferece as sobras de uma sociedade que faz vistas grossas à massa de pessoas que estão sobrevivendo do lixo nas cidades brasileiras.

Quanto à inserção e reinserção na rede formal de ensino, destaca-se que além de ser um dos requisitos para a melhoria da qualidade de vida dos usuários, também, é um resultado esperado pelo SCFV. E a partir daí, observou-se que a frequência no ASEMA reflete de forma positiva nestas situações, em razão de ser necessário para frequentar o Serviço estar frequentando assiduamente a escola.

Já em relação à permanência no sistema de ensino, identificou-se a seguinte situação: foi possível perceber que durante o período em que crianças e adolescentes frequentam o ASEMA dos 07 (sete) aos 14 anos eles permanecem na escola. O mesmo ocorre com aqueles vinculados ao PETI, que ao

completarem 14 anos são encaminhados às oficinas profissionalizantes, pois até os 16 anos ainda recebem o benefício pecuniário, desde que frequentem a escola e às oficinas.

Após esse período ou em relação àqueles usuários não vinculados ao PETI o que ocorre, inclusive por parte das famílias, é uma expectativa de que eles permaneçam no sistema regular de ensino e, logo após, ingressem no mercado formal de trabalho. Porém, sabe-se das dificuldades financeiras enfrentadas por estas famílias e que tais adolescentes, muitas vezes, são vistos pelos pais como mais um membro que pode trabalhar e contribuir com as despesas da família. Por isso, a permanência no sistema de ensino, com frequência, não passa de uma mera expectativa das famílias.

Apesar do pouco entendimento por parte das mães dos usuários sobre a finalidade do ASEMA, observou-se que, em razão da solicitação dos usuários e das próprias mães o Serviço passou a auxiliar na realização das tarefas ou temas escolares, mesmo não sendo uma atividade a ser desenvolvida no ASEMA, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Entretanto, a baixa escolaridade das mães e a própria jornada de trabalho da maioria ser extremamente intensa, acaba justificando a manutenção deste hábito no Serviço. E cabe ressaltar que, segundo os próprios usuários, esta é uma das mudanças positivas que encontraram no seu cotidiano, após o ingresso no ASEMA Castilhos: ter auxílio para realizar as tarefas escolares, pois isto lhes permite aprender o que muitas vezes não conseguiram na aula da escola formal.

Diante desta avaliação questiona-se: Por que não incorporar esta atividade a esse Serviço, já que é uma necessidade externada pelos usuários em consequência de um sistema de ensino, que não disponibiliza uma educação adequada, efetiva e inclusiva a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social? Entende-se que o adequado é a escola dar conta da educação formal. Mas, o que aqui se propõe é evitar o prejuízo do não aprendizado, enquanto a educação formal não consegue responder satisfatoriamente a esta realidade.

Outro aspecto positivo das ações desenvolvidas neste ASEMA está centrado no fato de o Serviço também estar focado na formação de cidadãos, a partir da educação informal.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) educação informal

É um tipo de educação que recebe cada indivíduo durante toda sua vida ao adotar atitudes, aceitar valores e adquirir conhecimentos e habilidades da vida diária e das influências do meio que o rodeia, como a família, a vizinhança, o trabalho, os esportes, a biblioteca, os jornais, a rua, o rádio, etc.⁴⁷

O ASEMA Castilhos, ao desenvolver atividades socioeducativas, embasadas em valores e em princípios possibilita aos usuários se reconhecerem enquanto protagonistas de sua história, além de despertá-los para o respeito à diferença, para a solidariedade, etc. Aliadas aos conhecimentos adquiridos na educação formal, essas atividades podem influir para a formação de indivíduos críticos e emancipados em relação ao exercício de seus direitos.

Cabe, no entanto, ressaltar que mesmo com o fato de no ASEMA as crianças e adolescentes realizarem as tarefas escolares diariamente e de receberem auxílio para as avaliações escolares, elas não demonstraram avanços significativos na redução do índice de repetência e do número de usuários com dificuldades de aprendizagem. Entende-se que isto não invalida o trabalho de auxílio do ASEMA, e, sim, denuncia a fragilidade da educação formal dispensada a crianças e adolescentes que frequentam a rede pública de ensino.

Apesar do PBF e do PETI garantirem o acesso de um número expressivo de crianças e adolescentes à rede regular de ensino, conforme destaca a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁸, percebe-se que a metodologia de ensino a essas crianças e adolescentes deve ser diferenciada, em razão de vivenciarem dificuldades, relativas a alimentação, a moradia, ao acesso à saúde, entre outros.

Destarte, o alto índice de alunos matriculados nas escolas não significa um nível satisfatório de aprendizagem, e mais, não basta estarem matriculados e

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=122350&te3=37527>> Acesso em 07 de março de 2010.

⁴⁸ A implementação de programas de transferência social assentes na realização de transferências monetárias para as famílias mais carentes, sob condição de que estas enviem os seus filhos para a escola. Na América Latina e em outras regiões estes programas tiveram um impacto significativo no trabalho infantil. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

frequentando a escola se estas crianças e adolescentes assistidas por programas, projetos ou serviços socioassistenciais, não tiverem uma educação que realmente possibilite a aprendizagem dos conteúdos e que lhes deem condições de se desfazerem das mazelas da exclusão social.

Outro ponto que não produz um resultado positivo está diretamente ligado àqueles usuários vinculados ao PETI, visto a obrigatoriedade em frequentar a escola e o ASEMA. Sabe-se da importância da frequência na escola para o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes, além da existência de um Serviço em que sejam realizadas atividades socioeducativas, principalmente para aqueles usuários que vivem em situações de riscos ou vulnerabilidades sociais.

Ocorre que para essas crianças e adolescentes entre 07 (sete) e 14 anos de idade a obrigatoriedade em frequentar a escola e o ASEMA, torna-se um condicionamento exaustivo, devido à pressão exercida pelos pais ou responsáveis que repassam a responsabilidade na manutenção da família a estas crianças ou adolescentes.

Salienta-se, também, que aqueles usuários vinculados ao PETI não podem ausentar-se do Serviço no período das férias escolares, ou seja, nos meses de janeiro e fevereiro os usuários estão de férias escolares, mas para que o benefício não seja bloqueado eles devem, neste interstício, participar das atividades socioeducativas.

E isso torna o ASEMA ainda menos atrativo a esses usuários as quais estão dispensados das atividades escolares, mas são “obrigados” a frequentar o Serviço, diferentemente dos demais usuários. Ou seja, aqueles não vinculados ao PETI, que além de estarem em férias escolares, também, podem nesse período não frequentar o ASEMA.

Esse fato acaba não permitindo que estas crianças e adolescentes saiam da rotina. Isso denota uma perversidade com os usuários, pois além de vivenciarem situações de vulnerabilidade social, são tolidos de aproveitarem as férias como qualquer criança e adolescente e, ainda, são discriminados por terem que frequentar o Serviço, enquanto os demais usuários não.

Essa obrigatoriedade acaba sendo inoperante, em razão de muitos dos usuários terem baixo aproveitamento escolar, bem como alto índice de repetência, conforme destacado anteriormente e, também, do desinteresse pelas

atividades desenvolvidas no ASEMA. Esse desinteresse pode estar associado ao fato de que as mesmas atividades desenvolvidas no Serviço atingem toda a faixa etária atendida, ou seja, não são desenvolvidas atividades diferenciadas para cada faixa etária.

Observa-se que cada idade apresenta interesses específicos quanto à realização de atividades, tanto socioeducativas quanto pedagógicas ou esportivas.

A obrigatoriedade de frequentar o Serviço pode tornar-se ineficaz aos usuários visto estarem frequentando uma escola e um Serviço socioeducativo que dificilmente lhes encaminhará futuramente para o mercado formal de trabalho e para uma inclusão social efetiva.

Ao ter em vista esta avaliação, entende-se como necessário a implantação de algumas mudanças para que as ações socioeducativas realizadas no ASEMA Castilhos possam se adequar ao previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e produzir mudanças significativas nos usuários e em seus núcleos familiares.

Inicialmente, percebe-se que as atividades socioeducativas para crianças e adolescentes devem ser realizadas nas dependências de um CRAS, em razão de este espaço possibilitar a convivência intergeracional entre os membros da comunidade, o que fortaleceria os laços comunitários e familiares.

Além disso, as famílias poderão visualizar o CRAS como “A casa das Famílias” e por ser um espaço que abrange diversos programas e serviços da política de Assistência Social, será possível trazer não apenas a família dos usuários para dentro do Serviço, mas toda a comunidade local e aí sim, oportunizar atividades e estratégias que possibilitem a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, a melhoria na qualidade de vida das famílias, a promoção do acesso a outros serviços socioassistenciais, assim como a ampliação do acesso a direitos socioassistenciais.

No entanto, não sendo possível a realização deste serviço dentro de um CRAS, este centro ou núcleo da Assistência Social para crianças e adolescentes deve estar referenciado a um CRAS e corresponder às diretrizes da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Dentre elas, destacam-se: a preparação do espaço físico para o atendimento por faixa etária, visto a dificuldade de realizar

atividades que deem conta dos interesses e das habilidades de crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 anos. O espaço deverá ser adequado para o recebimento de crianças e adolescentes com deficiência, conforme estabelece a Tipificação e o próprio Ministério da Educação (MEC), ao inserir nas escolas as salas de recurso multifuncionais⁴⁹, deflagrando a educação inclusiva.

Apesar de a SMCAS proporcionar capacitações sistemáticas aos educadores sociais, observa-se, ainda, a necessidade da continuidade dessas capacitações para os funcionários e equipe técnica, a fim de que possam acolher corretamente os novos usuários e, também, para que prestem um serviço adequado e de qualidade a estes.

Em relação às condicionalidades para aqueles usuários vinculados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) entende-se que, primeiramente, deva ser ofertada uma educação adequada para estes usuários, em função de vivenciarem dificuldades, inclusive para se alimentar, em relação à moradia, etc. E este modelo de educação deve possibilitar que essas crianças e adolescentes tenham condições de se emancipar, de construir projetos pessoais, além do desenvolvimento de sua autonomia, a partir da afirmação de seus direitos.

Além disso, propõe-se que no período das férias escolares os usuários vinculados ao PETI sejam dispensados de frequentar o ASEMA, assim como os demais usuários. No entanto, estas famílias deveriam ser acompanhadas, a fim de que os usuários não retornem neste período a realizar trabalho infantil.

Salienta-se, ainda, a questão da rede socioassistencial a qual deve ser fortalecida a partir da intersetorialidade. No entanto, esse fortalecimento exige “mudanças na cultura e nos valores da rede de proteção social, das organizações gestoras das políticas sociais e das instâncias de participação” (Carvalho, 2006,

⁴⁹ O programa apóia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. A intenção é atender com qualidade alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&ativo=596&Itemid=595>. Acesso em 22 de março de 2010.

p. 129), isto é, que efetivamente ocorra um trabalho em rede de forma articulada, a fim de evitar ações pontuais e excludentes aos usuários.

Por isso, Bidarra (2009) destaca que trabalhar na perspectiva da intersectorialidade significa ter capacidade de compartilhar responsabilidades, pautando-se no desenvolvimento e fortalecimento de atitudes cooperativas entre todos os atores sociais.

Além disso, percebe-se que estas mudanças cabem, também, aos trabalhadores, isto é, aos executores das políticas, pois esses, muitas vezes, permanecem no seu *locus* de trabalho, não compreendendo que apenas encaminhamentos não garantirão o acesso a direitos. O trabalho em rede é um movimento que deve ser tecido permanentemente pelos trabalhadores, gestores, e outras instâncias de participação, a fim de que através da construção coletiva viabilizem a proteção social aos usuários.

Em relação aos sistemas de monitoramento e avaliação, destaca-se a importância de estarem em constante funcionamento, pois é a partir deles que haverá a “circulação de informações, apropriação e avaliação da política pelos sujeitos envolvidos (incluindo público-alvo), construção do conhecimento sobre a política” (Carvalho, 2006, p. 129), além do seu aprimoramento, visando sempre à efetivação da Assistência Social.

No entanto, estes sistemas não devem servir apenas para controle do gestor, mas sim para apropriação e construção coletiva de toda a rede socioassistencial.

Portanto, destaca-se que o ASEMA Castilhos apresenta aproximações em relação à socialização das crianças e adolescentes atendidos, bem como a aquisição de outros gêneros alimentícios antes não consumidos, a proteção contra riscos, além da educação informal, a qual subsidia a formação de sujeitos críticos e apropriados de seus direitos.

No entanto, observaram-se, também, os seguintes distanciamentos: o não fortalecimento dos vínculos comunitários, haja vista o Serviço não possibilitar a aproximação dos demais membros da comunidade, além da ausência de um trabalho em rede efetivo e intersectorial. Como tensões, visualizou-se a obrigatoriedade dos usuários vinculados ao PETI em frequentar o ASEMA e a

inadequada e precária educação dispensada pelo ensino público a crianças e adolescentes que vivenciam situações de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das atividades profissionais como assistente social e a pesquisa avaliativa, realizada junto aos usuários do ASEMA Castilhos e de seus núcleos familiares possibilitaram conhecer a dinâmica social do Serviço e da comunidade atendida, além de ampliar perspectivas para uma abordagem diferenciada a esta população.

Inicialmente, este estudo permitiu um olhar além do aparente, possibilitando compreender os processos sociais que estão presentes no ASEMA em questão, como por exemplo, as condicionalidades impostas aos usuários vinculados ao PETI, a precariedade do sistema regular de ensino ministrado pela rede pública e o intenso tráfico de substâncias psicoativas existente na Vila Castilhos.

Este Serviço socioassistencial de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais passou a ser chamado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e necessitará enquadrar-se nesta nova diretriz, visto a política de assistência social vir passando desde a Constituição Federal de 1988 e da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, por um processo de rompimento com as práticas “clientelísticas e populistas, de mecanismo reforçador da pobreza tutelada, da concretude da injustiça social” (Sposati, 1999, p. 04).

A partir daí, em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social, visando efetivar a Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Com o objetivo de regulamentar e organizar a política de assistência social foi implantado em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou seja, modelo de gestão para todo o território brasileiro, cujo objetivo é consolidar a descentralização e a participação popular.

Nessa trajetória de consolidação da assistência social como política pública, foi aprovada em 2009 a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, cujas diretrizes visam à padronização de todos os serviços socioassistenciais no território nacional.

Em razão disso, o ASEMA necessitará enquadrar-se nestas normativas, visto ser um serviço da proteção social básica e cujo público alvo são crianças e adolescentes que vivenciam situações de riscos ou vulnerabilidades sociais.

Ao realizar este estudo, foi possível averiguar se as ações desenvolvidas até então no ASEMA Castilhos estão produzindo ou não os resultados operados por esta nova diretriz nos usuários atendidos e em seus núcleos familiares.

A partir das falas dos entrevistados observou-se que a assistência social ainda é percebida pelos usuários como uma benesse do Estado e não como um direito previsto na legislação, o que dificulta a transposição da subalternidade tão arraigada na imensa massa de excluídos, as quais sobrevivem em condições extremamente precárias.

Cabe ressaltar que o ASEMA auxilia na prevenção da ocorrência de riscos sociais, uma vez que oferece um espaço de proteção, aprendizagem e socialização para crianças e adolescentes, além de possibilitar o acesso a bens de consumo e outros gêneros alimentícios não consumidos anteriormente.

No entanto, a melhoria na qualidade de vida está muito além da aquisição de alguns bens de consumo ou outros gêneros alimentícios, mas sim na satisfação concomitante de saúde física e autonomia, visto estas serem precondições para o alcance da participação social.

Além disso, a ausência de conexão da rede socioassistencial não permite a intersectorialidade entre as políticas da Assistência Social, da Saúde e da Educação, e entre os programas ou serviços da própria política de assistência social, o que acaba por evidenciar práticas e atendimentos pontuais.

Percebeu-se, também, o quanto as condicionalidades dos programas sociais são perversas com os usuários, tornando-os reféns do pagamento do benefício pecuniário. Isso se dá a partir do momento em que esses beneficiários são obrigados a frequentar o Serviço em contrapartida do pagamento do benefício.

Ocorre que, por muitas vezes, essas crianças e adolescentes se sentem pressionados pela família a frequentar o ASEMA, gerando durante o desenvolvimento das ações socioeducativas tensionamentos e recusas na realização das mesmas.

Além disso, esses mesmos usuários são obrigados a frequentar uma rede de ensino que não proporciona uma educação compatível com as dificuldades enfrentadas por eles, gerando um *déficit* de aprendizagem e expressivo número de repetências. E isso acaba por desestimular estes usuários a frequentar a escola e o próprio ASEMA, empurrando-os de volta à rua, ao trabalho infantil e outros riscos sociais, como a utilização ou tráfico de substâncias psicoativas.

Ao mesmo tempo, não se pode negar a existência de aspectos positivos quanto aos resultados das ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA Castilhos. A pesquisa demonstra que eles existem, no entanto, são pontuais e frágeis frente ao pretendido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que prevê: melhoria na qualidade de vida dos usuários; inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino; redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social; prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais e ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

Portanto, as ações socioeducativas contribuem para a aquisição de alguns bens de consumo, proporciona uma alimentação diária aos usuários, preenche o tempo ocioso com o desenvolvimento de atividades socioeducativas, evitando que essas crianças e adolescentes voltem à rua ou ao trabalho infantil, além de enfatizar aspectos importantes como valores e princípios necessários a formação de um cidadão.

Dentre as propostas de melhoria para o desenvolvimento das ações socioeducativas destaca-se que estas devem ser realizadas nas dependências de um CRAS, a fim de que a família e a comunidade participem das atividades ali realizadas para fortalecer os laços familiares e comunitários, possibilitando a prevenção de riscos e situações de vulnerabilidade social.

Salienta-se, ainda, a necessidade da efetivação de um trabalho em rede articulado e intersetorial, pois a partir disso poderá ser superado o atendimento de questões pontuais e focalistas em detrimento de um atendimento de qualidade aos usuários dos serviços, com possibilidades reais de inclusão social.

Além disso, o Serviço deve adequar-se à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, visto esta nova diretriz prever o atendimento a crianças e

adolescentes com deficiência, a partir daí o espaço físico deve estar adequado para este novo usuário e devem ser realizadas capacitações para a equipe de funcionários, a fim de que possam prestar um atendimento adequado e de qualidade.

Enfatiza-se, ainda, a relevância do monitoramento e da avaliação das ações socioeducativas realizados permanentemente, pois este acompanhamento evidenciará os entraves, os facilitadores encontrados no Serviço para que sejam proporcionadas atividades que de fato produzam efeitos positivos nas crianças e adolescentes.

Em relação às condicionalidades do Serviço para os usuários vinculados ao PETI entende-se que, inicialmente, faz-se necessário uma educação formal adequada a essas crianças e adolescentes que vivenciam situações de vulnerabilidade social.

A partir daí, a escola e o SCFV atuando de forma integrada poderão oferecer um atendimento a esses usuários que possibilite a reconstrução das identidades e da autonomia dos mesmos, cabendo ao SCFV o desenvolvimento das atividades previstas na Tipificação, isto é, de ações socioeducativas pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. E a escola, garantindo o desenvolvimento de atividades que propiciem o aprendizado de novos conhecimentos, hábitos e habilidades adequados a cada faixa etária. Assim, ambos poderão contribuir de forma mais incisiva para a formação integral das crianças e adolescentes.

No que tange ao período de férias escolares, observa-se que aqueles usuários vinculados ao PETI poderiam ser dispensados das atividades desenvolvidas no ASEMA, assim como os demais usuários. Entretanto, em razão de terem vivenciado uma situação de risco social, propõe-se a realização de um acompanhamento a estas famílias, a fim de evitar que esses usuários retornem ao trabalho infantil durante o período de férias.

A partir disso, este trabalho pretendeu apontar aquelas atividades desenvolvidas no ASEMA Castilhos que não propiciam os efeitos desejados, bem como reafirmar aquelas ações que produzem um atendimento de qualidade aos

usuários e seus núcleos familiares, visando a formação de cidadãos e a sua emancipação.

Sendo assim, cumpre reforçar o avanço da assistência social de mera ajuda aos desvalidos, à política pública de responsabilidade do Estado para todo e qualquer cidadão que dela necessitar e da importância do desenvolvimento de ações socioeducativas, desde que atentem para as diretrizes do SUAS.

No entanto, avalia-se que ainda há vários desafios a serem enfrentados a fim de que esta política produza resultados qualitativamente diferenciados das ações assistencialistas, paliativas e pontuais, apontando para a autonomia dos usuários e, conseqüentemente, para a culminância de um processo de superação das marcas históricas da política de assistência social no Brasil.

REFERÊNCIAS

BATTINI, Odária. Das referências teórico-metodológicas. In: BATTINI, Odária (Org.) **Assistência Social: constitucionalização representações práticas**. São Paulo: Veras, 1998. (Temas 02)

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia dos direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Ano XXX, n. 99, p. 483-497, jul/set. 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. As políticas brasileiras de seguridade social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

BRASIL. **Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003**. Porto Alegre, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BUSSO, Gustavo. *Vulnerabilidad Social: Nociones e implicâncias de políticas para Latinoamerica a inícios del siglo XXI*. In: **Seminario Internacional Las Diferentes expresiones de la Vulnerabilidad Social em América Latina y el Caribe**, 2001, Santiago de Chile. p. 01-39.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Ano XVIII, n. 55, p. 105-113, nov. 1997.

_____. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Ano XXVII, n. 87, p. 123-131, especial 2006.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. Criança e Adolescente. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

CASTEL, Robert. *et al.* **Desigualdades e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

CAVALCANTE, Sylvia; FRANCO, Márcio Flávio. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. In: **Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, n. 01, p. 211-231, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.unifor.br/notitia/file/1787.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2010.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Finalgrafica.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2009. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

COLIN, Denise Ratmann Arruda. Representação Política: conceito, configurações e paradoxos. In: BATTINI, Odária (Org.) **Assistência Social: constitucionalização representação práticas**. São Paulo: Veras, 1998. (Temas 02)

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. A Assistência Social como política pública: do sistema descentralizado e participativo ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz (Orgs.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da Implantação**. Porto Alegre: EDIPUC, 2006b.

GRESS 10ª Região – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de Leis Revista e Ampliada**. Porto Alegre: Ed. Dacasa, 2009.

FRANÇA, Júnia Lessa. *et al.* **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. (Coleção Aprender).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Educação Informal**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=122350&te3=37527>> Acesso em 07 de março de 2010.

KONTZ, Leonardo Betempz. **Políticas Sociais Brasileiras**: A situação dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Dissertação (Mestrado), UFPEL, Pelotas, 2009.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano, XXVII, n. 87, p.76-95, especial 2006.

MEDEIROS, Laércia Maria Bertulino de. **Paulo Freire**: construtor de uma Educação Transformadora. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/paulofreire/paulofreire.shtml#bi>>. Acesso em 19 de agosto de 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Norma Operacional Básica – NOB-SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em < http://www.mds.gov.br/suas/legislacao-1/nob/nob-versao_final.zip/view >. Acesso em 12 de setembro de 2009.

_____. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas>>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

_____. Proteção Social Básica (PSB). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-basica>>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

_____. Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-basica/paif/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**, Ano XVIII, n. 55, p. 114-130, 1997.

_____. **Família e Política Social**. Pelotas: UCPEL, nov. 2008. Slide.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Brasília**, OIT, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS/2004), versão oficial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXV, n.80, nov. 2004. (Encarte)

SANTOS, André Michel. **A proposta político-pedagógica do Projeto ASEMA: possibilidades de intervenção do Serviço Social**. Brasil Escola. Disponível em < <http://www.meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-proposta-politicopedagogica-projeto-asema-possibilidades-.htm> >. Acesso em 11 de junho de 2009.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Estampa, 1997. (Temas de Sociologia).

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana, VITALE, Maria Amália (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PELOTAS/RS – SMCAS. **Projeto Político Pedagógico do Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA)**. 2003. (Projeto).

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: discontinuidades e continuidades. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXVI, n. 83, p. 30-48, especial 2003.

SILVA, Maria Ozanira *et al.* Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira. **Pesquisa Avaliativa: Aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras, 2008.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS DE 2008. IBGE. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2008/indic_sociais2008.pdf >. Acesso em 07 de dezembro de 2009.

SOUZA, Maria Terezinha Gonçalves de. **A exploração do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos – São Leopoldo.** Dissertação (Mestrado) UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A política de assistência social: começando o debate. In: REZENDE, Ilma, CAVALCANTI, Ludmila (Orgs.). **Serviço Social e Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. (Série didáticos).

SPOSATI, Aldaísa; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS – Resolução CNAS n° 109 de 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/suas/noticias/livro_tipificacao_nacional_internet.pdf/view>. Acesso em 21 de fevereiro de 2010.

TORRES, Célia *et al.* Política da infância e juventude: estatuto da criança e do adolescente e serviço social. In REZENDE, Ilma, CAVALCANTI, Ludmila (Orgs.). **Serviço Social e Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. (Série didáticos).

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Pró-Reitoria de Graduação. Biblioteca Central. **Proposta de Normalização para trabalhos técnico-científicos da Universidade Católica de Pelotas.** Pelotas: UCPEL, 2009, 44p.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ZIMMERMANN, Clovis, ANDRADE, Fabrício. Sistemas de Proteção Social e o SUAS: análise de um sistema e construção. **Emancipação.** n. 08, p. 65-78. 2008. Disponível em: < <http://www.uepg.br/emancipacao/pdfs/revista%208-1/Clovis-artigo-5-p.65-78.pdf> >. Acesso em 01 de junho de 2009

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS

Vínculo com a criança/adolescente

Idade

Estado civil

Escolaridade

Trabalho

Renda

Recebe algum benefício?

Com quem reside

Há quanto tempo a criança/adolescente está no ASEMA?

Motivo da matrícula da Criança/adolescente no ASEMA?

Para você qual é a finalidade do ASEMA?

Em sua opinião o que mudou depois do ingresso no ASEMA? (moradia, relações familiares, acesso a direitos, relações com a comunidade, outros serviços, como saúde....)

Percebeu mudanças na criança/adolescente após o ingresso no ASEMA? Caso sim, quais?

Você pensa que a participação no ASEMA influirá no futuro da criança/adolescente? Por quê? De que forma?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Lembras o que fazias durante “o teu dia” antes de ingressar aqui no ASEMA?

Mudou alguma coisa? Caso sim, o quê?

Gostas mais do teu dia agora que estás no ASEMA, ou de como era antes? Por quê?

Tem alguma “coisa” no ASEMA que gostarias que fosse diferente? O quê? Por quê?

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Avaliação dos resultados operados com as ações socioeducativas desenvolvidas no ASEMA Castilhos nas crianças e adolescentes atendidos e em seus núcleos familiares.

1. Esta pesquisa tem por objetivo caracterizar os usuários do ASEMA Castilhos e seus núcleos familiares; Conhecer as percepções dos usuários sobre a finalidade, as ações realizadas e os efeitos produzidos pelo ASEMA Castilhos; Constatar se as atividades oferecidas no ASEMA Castilhos estão prevenindo a ocorrência de situações de risco e vulnerabilidade social e promovem a inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino; Verificar se os serviços desenvolvidos no ASEMA Castilhos promovem a melhoria na qualidade de vida dos usuários e de seus núcleos familiares; Averiguar se as atividades desenvolvidas no ASEMA Castilhos promovem o aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais, além da ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.
2. O entrevistado possui a liberdade total de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto acarrete algum prejuízo;
3. Estaremos dispostos a esclarecer qualquer dúvida referente aos procedimentos solicitados;
4. O entrevistado tem a garantia de não ser identificado quando ocorrer a divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados a presente Pesquisa.

Eu,.....
(pesquisado) fui informado dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Recebi informações a respeito do Projeto de Pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu desejar. A pesquisadora Fernanda Machado Prestes Delgado (pesquisadora responsável) certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, face a estas informações.

Assinatura do pesquisado

Assinatura da pesquisadora

Data: ____ / ____ / ____

ANEXOS

ANEXO 1

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 MATRIZ PADRONIZADA PARA FICHAS DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

NOME DO SERVIÇO: Termos utilizados para denominar o serviço de modo a evidenciar sua principal função e os seus usuários.

DESCRIÇÃO: Conteúdo da oferta substantiva do serviço.

USUÁRIOS: Relação e detalhamento dos destinatários a quem se destinam as atenções. As situações identificadas em cada serviço constam de uma lista de vulnerabilidades e riscos contida nesse documento.

OBJETIVOS: Propósitos do serviço e os resultados que dele se esperam.

PROVISÕES: As ofertas do trabalho institucional, organizadas em quatro dimensões: ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social essencial ao serviço. Organizados conforme cada serviço as provisões garantem determinadas aquisições aos cidadãos.

AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS: Trata dos compromissos a serem cumpridos pelos gestores em todos os níveis, para que os serviços prestados no âmbito do SUAS produzam seguranças sociais aos seus usuários, conforme suas necessidades e a situação de vulnerabilidade e risco em que se encontram. Podem resultar em medidas da resolutividade e efetividade dos serviços, a serem aferidas pelos níveis de participação e satisfação dos usuários e pelas mudanças efetivas e duradouras em sua condição de vida, na perspectiva do fortalecimento de sua autonomia e cidadania. As aquisições específicas de cada serviço estão organizadas segundo as seguranças sociais que devem garantir.

CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO: Procedência dos (as) usuários (as) e formas de encaminhamento.

UNIDADE: Equipamento recomendado para a realização do serviço socioassistencial.

PERÍODO DE FUNCIONAMENTO: Horários e dias da semana abertos ao funcionamento para o público.

ABRANGÊNCIA: Referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço.

ARTICULAÇÃO EM REDE: Sinaliza a completude da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais.

IMPACTO SOCIAL ESPERADO: Trata dos resultados e dos impactos esperados de cada serviço e do conjunto dos serviços conectados em rede socioassistencial. Projeta expectativas que vão além das aquisições dos sujeitos que utilizam os serviços e

avançam na direção de mudanças positivas em relação a indicadores de vulnerabilidades e de riscos sociais.

REGULAMENTAÇÕES: Remissão a leis, decretos, normas técnicas e planos nacionais que regulam benefícios e serviços socioassistenciais e atenções a segmentos específicos que demandam a proteção social de assistência social.

ANEXO 2

LOCALIZAÇÃO DO ASEMA CASTILHOS, PELOTAS/RS



Fonte: *Google Earth*. Acesso em 23 de agosto de 2009.

ANEXO 3

QUADRANTE FÍSICO DO LOTEAMENTO VILA CASTILHOS, PELOTAS/RS



Fonte: *Google Earth*. Acesso em 23 de agosto de 2009.

ANEXO 4

DIÁRIO POPULAR

R\$ 3,50 | ANO 120 | 1890-2010 | Nº 3 | DOMINGO | 30 DE AGOSTO DE 2009 | PELOTAS, RS | Acesse o novo portal WWW.DIARIOPOPULAR.COM.BR

AUTOMOBILISMO

Depois de um jejum de dez anos, os momentos de aventura estão de volta com a realização do Rally das Charqueadas

Página 29



Foto: Diário Popular - 17/9/08

POLÍTICA

Com emendas, Plano Plurianual entrará em votação na Câmara amanhã

Página 17



Foto: Diário Popular - 29/8/09

TECNOLOGIA

Empresa pelotense dá novo destino à casca de arroz ao fabricar material igual à madeira e com durabilidade do plástico

Página 14



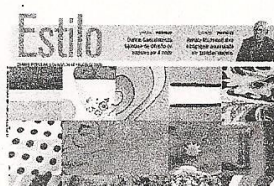
Catadores de esperança

Foto: Diário Popular - DP

Primeira reportagem da série de quatro capítulos mostra vida de famílias que buscam no aterro sanitário o melhor do expurgo de toda uma cidade. Páginas 2 e 3

Leia Hoje

A estação das cores se aproxima e, quando ela chegar, promete mudar paisagens e comportamentos



JANPES ADVOCACIA
 Janbas André Pedrosa dos Santos - OAB-52583

- Recuperamos benefícios negados pelo INSS (Forças Armadas)
- Revisão de aposentadorias iniciadas entre 8/77 até 12/10/88 e 2/94 a 3/97
- Defesas judiciais / Ações trabalhistas
- Evite busca e apreensão - revisamos seu contrato

• Rua Mal. Deodoro, 415 - Fone: 3225-0183
 • Av. Duque de Caxias, 349 - Fone: 3227-9499
 PELOTAS/RS

ÓTICA POPULAR

40 anos com 40% de desconto

em todos os produtos de óculos

Calçada 854, 1870 / 33222-1203

FRMÓ geral

5 Marias

Toda loja de R\$ 9,90 a R\$ 99,00.

Nota, entre XV e Anchieta
 (51) 3222.2211



DIÁRIO POPULAR
DOMINGO, 30 DE AGOSTO DE 2009

Para garantir a vida, lixo não

Com o filho no ventre uma mulher se vê obrigada a trocar o descanso da noite pelo garimpo do lixo na madrugada, no aterro sanitário de Pelotas; a cena vira síntese do que o Diário Popular apresenta de hoje até quarta-feira

Michele Ferreira

Pelotas. Ainda é madrugada. As mãos jovens, mas calejadas abrem a sacola, remexem o lixo e se transformam num recorte da realidade. É assim todos os dias. Em nome da sobrevivência, milhares de homens e mulheres vão às ruas, criam rotas e aprendem atalhos para ficar com o melhor do expurgo de toda uma cidade. Sem coleta seletiva instituída, que force a organização do serviço, a disputa funesta se acirra. De lixeira em lixeira. De calçada em calçada. A busca ultrapassa a catação de resíduos. Cada vez que uma sacola se abre e a cena se repete, um novo cidadão luta para se manter íntegro.

Ao longo de quatro dias, o Diário Popular apresentará a série *Catadores de esperança*. Atrás da história guardada em cada par de mãos, a equipe de reportagem irá trazer um universo de persistência. A relação de apego com os cavalos, companheiros de jornada. Os preços em queda, na hora de negociar com os depósitos ou cooperativas. O futuro desses trabalhadores.

Gente que toma o lugar dos animais de tração e puxa carrocinhas durante horas, para voltar para casa com o dinheiro que irá garantir a próxima refeição da família. Gente que entra nos contêineres, para não deixar escapar um único item. Gente que ganha noções de matemática, com números, gramas e peso sobre as costas.

São os operários do mercado da exclusão, que não ousará dizer novos não. Faixa etária, experiência anterior, qualificação profissional, cor ou aparência. Nada mais importa. Eles não precisam sequer ser vistos. E é exatamente assim, nesse cenário de escuridão, que o DP abre a série.

No capítulo deste domingo, *Catadores de esperança* traz a vida, crua, de quem se agarra ao lixo, direto na fonte. O aterro sanitário vira ponto de sobrevivência - ou local de trabalho - todas as noites, a partir das 21h. Em meio à produção diária de aproximadamente 150 toneladas de lixo, homens e mulheres, às vezes até crianças, agem com naturalidade. E nem poderia ser diferente. São mais de duas décadas em que pais criam seus filhos com o ruído do trator de esteira como pano de fundo, na região da Colina do Sol, Zona Norte de Pelotas.



Na hora em que chega o caminhão, os catadores não perdem tempo: tratam de subir na carga para ficar com o que há de melhor; é lucro estar ali

Um garimpo na escuridão

A escuridão não assusta. O frio não espanta ninguém. De domingo a domingo. Para quem está acostumado a se equilibrar sobre o chorume e a apalpar sacolas, na maioria das vezes, não são necessárias nem luvas de proteção ou botas de borracha. A pele já ganhou resistência. O único acessório que costuma compor o kit do catador do aterro é uma lanterna, para dar agilidade ao processo e, quem sabe, possibilitar que ele volte para casa com algo a mais do que os recicláveis.

"Já aconteceu de o pessoal encontrar até dinheiro no meio do lixo", conta César Juliana de Oliveira Barbosa, 31, morador da vila Castilho. Aliás, o aterro sanitário poderia ser considerado uma extensão do beco da Casti-

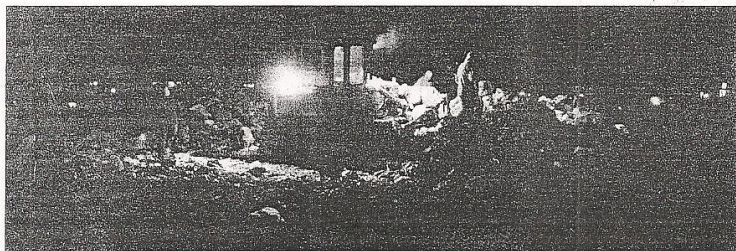
lho, a partir das 21h. São de lá, praticamente, todas as famílias que desbravam o lixo até as primeiras horas do dia. A escuridão se vai. O expediente se encerra, por volta das 6h.

Na segunda-feira, 10 de agosto, o Diário Popular acompanhou o trabalho desses *Catadores de esperança*. E é preciso admitir: a cena arrepia. Por mais que eles lutem para permanecer ali - naquele ambiente insalubre - e assegurem não haver jornada mais lucrativa, se comparado ao cata-cata em lixeiras, a cada sacola aberta, escraça-se: direitos constitucionais rasgados. Soterrados. Ganha-se a vida com o lixo, no meio dele. Restos de comida, papel higiênico, material cortante. Tudo misturado, até aparecerem os resíduos recicláveis. Enfim.

Para não perder tempo nem o melhor do lixo, à medida que o caminhão chega e começa a despejar a carga, compacta, os trabalhadores sobem no monte e dão início à garimpagem. Dali, por diante, quem está munido de lanterna pode ficar mais ao longe. Quem está sem, permanecerá próximo ao trator de esteira, que emite uma única luz em todo o terreno.

É preciso atenção. Escorregões, tropeços, tombos. Pés congelados. Rotina comum. "Antigamente, quando colocavam só as casquinhas (dos engenhos) em cima do lixo, várias pessoas quase sumiram em buracos, no lixo", conta Carlos José Vieira de Araújo, 28. E não é preciso muito tempo ali, no aterro ou mesmo na Castilho, para logo ouvir histórias de acidentes ocorridos sobre o lixo produzido em Pelotas. Histórias de vida. Histórias de superação, enquanto corre a madrugada.

Sacolões cheios acomodados na carroça. É hora de voltar para casa. Assim que os depósitos de reciclagem abrirem as portas, eles estarão prontos para negociar a produção da noite e abastecer uma cadeia de atravessadores que só se encerrará em Porto Alegre, na região Metropolitana e na Serra gaúcha, com o beneficiamento do lixo limpo. Eles estão na ponta de uma linha em que a regra são os preços baixos, como os R\$ 0,07 pagos pelo quilo do papelão. "É a vida do povo castilhano", resume Araújo.



Maioria dos trabalhadores é de moradores do beco da Castilho; cerca de 65 famílias vivem dessa empreitada diária

é resto

Fotos Carlos Queiroz - GP



Caminho longo até a inclusão

Os projetos de inclusão dos catadores de lixo e de implantação parcial da coleta seletiva em Pelotas estão definidos. O diretor-presidente do Sanep, Ubiratan Anselmo, fala com fluência nas propostas da autarquia, cita números e afirma: "É um assunto complicado, mas temos que encarar e não ficar só achando que vai ser difícil."

É preciso agilidade. As ações do Poder Público têm prazo para deslanchar. O Ministério Público (MP) cobra uma solução da prefeitura para os catadores deixarem o aterro sanitário. O local só tem capacidade de armazenar as cerca de 150 toneladas diárias de lixo até o final de 2010. Depois - mesmo que o MP desse o aval - não existiriam novos terrenos para negociar a desapropriação e ampliar a área. Pela Lei do Saneamento (11.445/07), em fase de regulamentação, os municípios que não instituírem a coleta seletiva, não poderão se candidatar a recursos federais para investimentos na política de resíduos sólidos. "Sabemos que o trabalho social na coleta contará pontos."

E, dentro desse contexto, o Sanep definiu as medidas, divididas em dois momentos. Primeiro, a instalação de três galpões para seleção do lixo limpo e preparo para venda. Segundo, a abertura de uma usina de triagem e compostagem. Nas duas iniciativas, a mão de obra deve ser dos próprios catadores.

Como vai funcionar?

A previsão é de que, ainda em setembro, os galpões - na vila Castilho, no Getúlio Vargas e na zona do Porto - estejam abertos, em paralelo com o começo da coleta seletiva de porta em porta. Os cerca de 60 catadores, devidamente unifor-



Vila Castilho será um dos três locais que irão receber os galpões para separação, preparação e venda dos recicláveis

mizados e com crachá de identificação, irão passar em aproximadamente dez mil residências e condomínios para recolher o material reciclável em dias e horários específicos - devidamente divulgados à comunidade. Os recicláveis, então, serão levados aos galpões para classificação, prensagem e preparação dos lotes, vendidos a atravessadores ou direto a representantes das indústrias da capital do Estado.

Os catadores, organizados em associações ou cooperativas - em formação - terão autonomia para definir seus clientes. O Sanep, em contrapartida, irá responder pela manutenção dos galpões e pagará aluguel, luz e água e disponibilizará equipamentos de proteção, além de uma ajuda de custo para reforçar a renda dos catadores até os grupos se tornarem autossustentáveis. Tudo durante um ano, num investimento de aproximadamente R\$ 45 mil por mês.

"Queremos oferecer um incentivo ao catador que vai para o aterro e tira em torno de R\$ 30,00, por dia, não entrar mais", explica o diretor-presidente, ciente de que o funcionamento dos galpões de reciclagem irá tirar da catação uma parcela muito pequena desses trabalhadores. O restante deles irá travar uma disputa pelo material, enquanto a população não se educa a separar o lixo e a entregar direto aos recolhedores de porta em porta.

Os 400 contêineres, espalhados pela ci-

dade, continuarão no foco. Hoje, todos eles, mesmo os cem destinados aos recicláveis, são depósito a todo o tipo de resíduos: limpo e orgânico e caminhão não faz distinção: a carga inteira é despejada no aterro. Com o projeto em prática, o material dos cem contêineres de resíduos recicláveis será encaminhado direto aos galpões e deverá decretar uma disputa ainda mais acirrada. Os catadores tenderão a se antecipar ao serviço de limpeza urbana. "Sabemos que será um processo lento e difícil, mas não temos como impedir que eles catem se o governo não tem em prego a todos", afirma Anselmo.

Quando a Usina de Triagem e Compostagem estiver em operação - possivelmente entre o final de 2010 e o início de 2011 - outros cerca de 150 catadores devem integrar o trabalho. A ideia é que as 150 toneladas diárias de lixo sejam levadas ao local, para a devida classificação. Os recicláveis serão comercializados. O orgânico, que não virar adubo, será encaminhado ao aterro sanitário; provavelmente o novo. Entre as alternativas, um consórcio com as cidades da região de Bagé e a viagem até Minas do Leão, a 83 quilômetros de Porto Alegre, para onde mais de cem municípios encaminham seu lixo.

A estimativa é de que após toda a seleção e o tratamento, restem em torno de 50 toneladas para destino ao aterro. O certo, no entanto, é que o local terá de ser outro.



Catadores ocupam a ponta mais fraca de uma cadeia com preços em queda. O outro extremo, de beneficiamento e lucro alto, concentra-se na região de Porto Alegre

A palavra da Promotoria

O aterro sanitário de Pelotas tem de ganhar novo local, independentemente da capacidade de armazenagem. Os catadores não poderiam ultrapassar as porteiras da rua Marçílio Dias, que dão acesso à garimpagem da madrugada. São determinações da ação civil pública, proposta pelo Ministério Público no início da década de 90, e que, até hoje, gera acordos entre a Promotoria e o Executivo. O impasse segue.

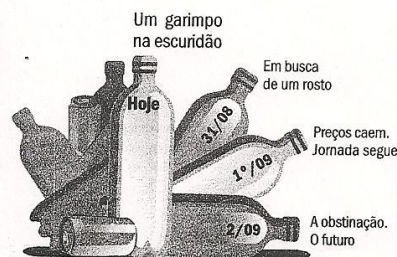
"É preciso achar uma solução", afirma o promotor Paulo Charqueiro. "Sabemos que a escolha do local ao aterro não é fácil, existe o aspecto ambiental, mas a ação não vai durar 20 anos." A decisão do governo em utilizar a mão de obra dos próprios

catadores no processo de implantação da coleta seletiva foi destacada pelo promotor, que acompanha o passo a passo dos projetos. "É importante integrá-los, senão haverá uma disputa, uma guerra, ainda maior pelo lixo", enfatiza Charqueiro.

O Ministério Público do Trabalho também está atento às negociações, principalmente, à formação das cooperativas. "Cooperativa que tem dono, não é cooperativa." Enquanto as ideias não saem do papel, entretanto, dois prejuízos se mantêm. O ambiental: "Revolvendo o lixo eles deixam o material que está passando por compactação exposto e há contaminação do meio ambiente." E o social, mais difícil de resolver.

“ Já aconteceu de o pessoal encontrar até dinheiro no meio do lixo.”

César Barbosa, 31 anos



Um garimpo na escuridão

Em busca de um resto

Preços caem. Jornada segue

A obstinação. O futuro

2 Catadores de esperança

DIÁRIO POPULAR
SEGUNDA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2009

Em busca de um rosto

No segundo capítulo da série, o Diário Popular transita num cenário impreciso, de poucas informações, mas histórias profundas de vida; fica o convite para você também ser guiado por estes catadores de esperança

Michele Ferreira

Pelotas. Não há estatísticas. Não existem balanços ou levantamentos precisos que indiquem quantos nem quem está nas ruas escondido atrás de garrafas pet, papelões, latas e caixinhas Tetra Pak. Filme branco, plástico misto, PAD, PP, Junto a siglas e expressões que fogem ao domínio popular perde-se também um perfil, desconhecido não só da população. Autoridades e lideranças estão - ou deveriam estar - em busca desse cenário de desencontro de números, que vão dos 500 aos quatro mil catadores. Sem rostos. E com um consenso: a alternativa que sobrou foi o lixo, mas eles querem mais do que apenas sobreviver.

Hoje, no segundo capítulo da série *Catadores de esperança*, o Diário Popular apresenta um pouco mais do dia-a-dia desses trabalhadores. O contexto que os levou à atividade. A falta de oportunidades que decretou o futuro. A resignação que os faz seguir adiante. A rotina que os coloca entre olhares. Opostos. De uma mesma comunidade. Dos que os veem como cidadãos empenhados em pautar a vida pela honestidade e dos que os enxergam como estorvo ou sinônimo de sujeira.

Espremidos, então, entre pontos de vista eles cumprem suas rotas e conquistam a solidariedade, levada para dentro de casa como reforço da renda familiar.

Na preocupação, o alento da solidariedade

O semblante não esconde a preocupação. Ao acomodar o material na carroça, no calçadão da rua 7 de Setembro, Maria Braga, 43, não estava temerosa apenas pela sequência de dias chuvosos, que costumam se tornar um dos principais inimigos dos catadores. Era o estado de saúde de Guri, o cavalo que a acompanha na lida há mais de uma década, que se transformava em dor



Maria Braga não escondia a preocupação com o cavalo Guri, companheiro há mais de uma década



César Barbosa é um dos trabalhadores que entram nas lixeiras, para não perder nada de valor que possa estar mais ao fundo; na rota a avenida Bento

de cabeça naquele final de tarde de junho. "Tô gastando mais de R\$ 20,00 em remédios para ele; tenho mais cuidados com o Guri do que comigo", garante.

Há 29 anos como catadora, Maria está habituada a trabalhar com dores no corpo. "As vezes até com hemorragia." Ficar sem o companheiro de jornada, no entanto, poderia inviabilizar a rotina e abalar o orçamento, que não alcança nem meio salário mínimo, apesar de ela e o marido se dividirem em escalas, em busca dos recicláveis,

pela manhã ou aos finais de tarde. O empréstimo do cavalo que a transportava quando conversamos era provisório. Maria não poderia atrapalhar o dia-a-dia do compadre. Guri teria de superar a infecção urinária o mais rápido possível.

"Não tenho dúvida, se eu não contasse com todos esses comerciantes que me ajudam, estaríamos passando fome", sustenta, com a vivência de quem administra um lar com três filhos, nora e a neta de um ano de idade. Aliás, quando se refere à prole, Maria faz questão de enfatizar: "Eles ajudam em casa, na separação do lixo, mas não deixam eles virem para rua catar." Com 15, 16 e 20 anos de idade, a prioridade, agora, são a sala de aula e os livros - defende a mãe, que ainda adolescente deixou o interior de Canguçu, sem estudos, para tentar a vida em Pelotas.

Sem espaço no mercado formal, viu-se, ainda menina, com as mãos de pele fina agarradas a sacos e sacolas que, até hoje, permanecem na mira dos Braga, para garantir o sustento da terceira geração.

Entender o mercado traz diferença ao bolso

A naturalidade choca. É verdade. Escorada a tampa do contêiner - com apoio de uma garrafa pet - e, em um impulso, César Juliano de Oliveira Barbosa, 31, está em meio

às sacolas de lixo para que, mesmo que outro colega já tenha passado por ali, ainda possa arrecadar o material perdido, mais ao fundo. "Aqui nessa volta (na avenida Bento Gonçalves), só eu e mais uns dois que entramos", conta, orgulhoso.

E, enquanto conversa com o DP, apalpa e abre as sacolas. Uma rotina insalubre, mas vantajosa - garante. É assim, diante das instabilidades da vida de catador, que o jovem tem sustentado a família: mulher e três filhos. "Está valendo mais a pena do que como pintor profissional." Nos meses de maior lucratividade chega a transformar o lixo em R\$ 700,00, R\$ 800,00.

Para atingir esse patamar - conta ele - é preciso entender como funciona o mercado e desenvolver pequenas manhas que façam engordar o dinheiro. No inverno, por exemplo, cresce a disputa pelas garrafas pet. Com consumo dos refrigerantes em queda, devido ao frio, o quilo passa a valer R\$ 0,40. Quando consegue juntar gramas de cobre (como em fios de telefone) também sabe a hora certa de vender: "Deixo para oferecer no sábado, que costumam pagar melhor", explica Barbosa. E, para completar, uma boa relação com a comunidade é fundamental: a sujeira espalhada por outros catadores é colocada de volta à lixeira e, em troca, o apoio dos moradores, seja com doação de alimentos ou roupas. Por isso, a importância de manter a rota - ensina e vai adiante.

Associação deve sair do papel e servir de apoio

Um modelo de ficha pronto, pendurado à prancheta, e o mapeamento da categoria estará prestes a começar. As saídas de campo, para traçar um perfil dos trabalhadores, devem ser uma das primeiras atividades oficiais da Associação de Catadores da Região Sul Fonte da Vida, ainda em fase de registro do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Será um trabalho básico, mas fundamental para tirar da invisibilidade muitos desses homens e mulheres; alguns não têm sequer documentos de identidade.

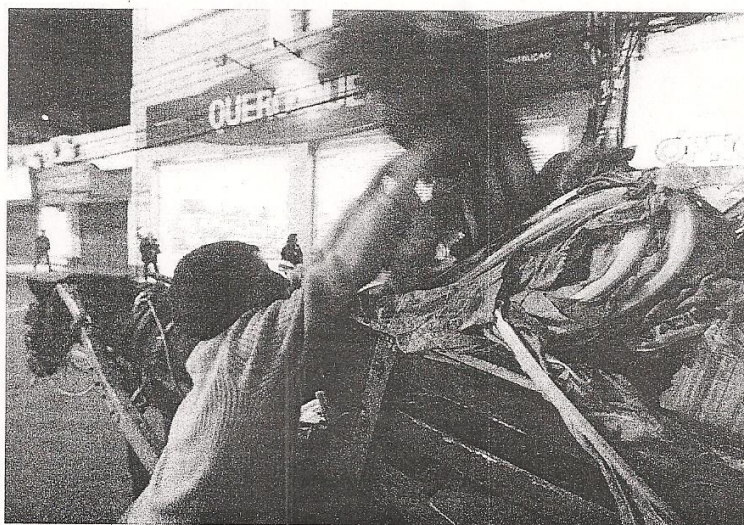
"É preciso identificar esses trabalhadores que, muitas vezes, estão escondidos na margem", ressalta um dos fundadores da Associação, João Carlos Oliveira dos Santos. Com esses dados à disposição será possível estabelecer mais do que um traçado. As informações ajudarão a identificar necessidades, a elencar prioridades aos catadores e - claro - a definir os passos da própria Associação.

“ Não tenho dúvida, se eu não contasse com todos esses comerciantes, estaríamos passando fome.”

Maria Braga,
43 anos

A entidade funcionará como um interlocutor. Um intermediário que correrá atrás de programas, cursos profissionalizantes, financiamentos e clientes aos recicláveis. "Seremos um veículo, não uma empresa", enfatiza Santos. O primeiro desafio deve ocorrer, em breve, em parceria com o Sanep, para instalação de galpão na vila Castilho, que funcionará como unidade para seleção, preparação e prensagem do material reciclável a ser comercializado. A prefeitura arcará com a manutenção da estrutura durante um ano - como apresentado no capítulo de ontem -, ajudará a garantir a chegada dos resíduos pré-classificados nos galpões e ainda dará ajuda de custo a catadores, envolvidos no processo de implementação da coleta seletiva em Pelotas.

O governo do Estado também deverá se envolver no processo. Reuniões com representantes da Defesa Civil têm colocado na pauta a fabricação de telhas a partir do lami-



Maria faz questão de dividir a jornada com o marido, para que os filhos possam se dedicar ao estudo e desenhar outro futuro

No desencontro de números, um cidadão

A realidade é mensurada por prognósticos que se distanciam. A Associação Fonte da Vida trabalha com a projeção de que cerca de quatro mil catadores atuem nas ruas de Pelotas. O Sanep calcula que o número não ultrapasse os 500 trabalhadores. Na Secretaria de Cidadania não há sequer estimativas; muito menos um esboço de perfil. Os cursos de qualificação de mão de obra e geração de renda, que poderiam apontar um outro futuro a esses cidadãos, são dirigidos aos beneficiários do Bolsa Família, o que não significa que os catadores poderão se habilitar a uma vaga.

"Se são beneficiários do Bolsa Família poderão ser contemplados, mas não necessariamente com algo específico na área deles", explica a secretária Elizabeth Marques Dias. Hoje, das 29 mil famílias cadastradas na prefeitura, cerca de 15 mil recebem o benefício federal. Um repasse médio de R\$ 93,00 por mês para cada uma delas.

“ Está valendo mais a pena do que como pintor profissional.”

César Barbosa,
31 anos

nado das caixinhas Tetra Pak, como as embalagens de leite - nos moldes do que já ocorre em Santa Cruz. "Entendemos o receio dos catadores em trabalhar no formato de cooperativas e associações, mas conversando eles irão entender que, organizados, ganharão mais", defende Santos.

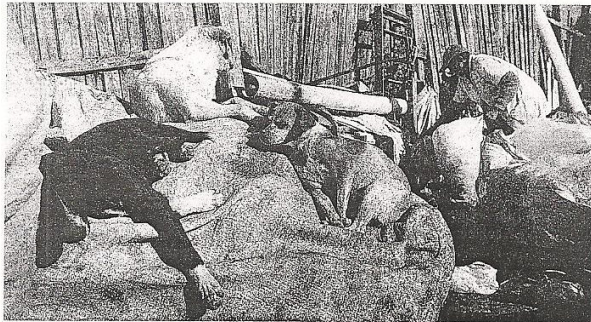
A previsão é de que, enquanto processos mais rentáveis como o beneficiamento não vêm, os grupos - também do Getúlio Vargas e da zona do Porto - possam funcionar como balcões de resíduos e vender as matérias-primas direto à região de Porto Alegre. Sem atravessadores, os trabalhadores teriam possibilidade de negociar e obter preços mais elevados do que hoje, ao entregarem a produção aos depósitos.

Estrutura de rede para além do lixo

A Fonte da Vida não deverá se restringir a abrir e a ampliar mercados aos catadores. A ideia dos fundadores é atuar também na área de educação ambiental, com palestras nas escolas e alerta às crianças e aos adolescentes sobre a importância da coleta seletiva e do destino correto do lixo.

A associação deverá ser um facilitador também na hora em que os trabalhadores encontrarem eventuais dificuldades no acesso a remédios ou a vagas nas escolas para os filhos. Tudo para garantir um novo futuro à categoria, o que passa também por um novo olhar da sociedade. "Ainda falta sensibilidade da comunidade em enxergar a catção como um meio de trabalho".

ros são arceiros abalho, o aterro ou nos itos de imento icláveis



Um garimpo na escuridão



Em busca de um rosto

Preços caem. Jornada segue

A obstinação. O futuro



DIÁRIO POPULAR
TERÇA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2009

Preços caem, mas jornada segue

A turbulência financeira que afeta o mercado do lixo; as iniciativas pessoais e coletivas em busca de uma vida melhor; são o cenário do terceiro capítulo da série

Michèle Ferreira

Pelotas. Em frente à balança, os pesos variam. Os materiais nem tanto. Os preços, por sua vez, têm registrado queda desde outubro e novembro do ano passado. A crise mundial que ainda causa estragos na economia e gera desemprego, em Pelotas, traz turbulências também à comercialização do lixo. Do catador aos depósitos de reciclagem. Do atravessador às indústrias da região metropolitana de Porto Alegre e da Serra gaúcha.

É um mercado simples, em que também existe espaço para galgar posições. Ficam as cicatrizes. Vem o desafio de gerenciar o próprio negócio ou de fazer funcionar estruturas de associação ou cooperativa. A tendência, ao certo, é a organização em grupos, que não signifique apenas partilhar os lucros - o que desagrada boa parte dos trabalhadores -, mas principalmente compartilhar responsabilidades e dividir preocupações.

No terceiro capítulo da série *Catadores de esperança*, o Diário Popular apresenta exemplos de quem fica no meio dessa cadeia e negocia com as duas pontas: a de quem ganha menos e a de quem acumula mais. Gente que prensa plásticos, picota e prensa papéis, compra cobre, metal, alumínio... Estão rodeados de recicláveis, como começava a ocorrer na década de 80. Naquela época, no entanto, os olhares se voltavam ao ferro, ao vidro e até a ossos, orgânicos, vendidos para se transformar em ração. É um mercado em constante mutação.



Lameirão (de frente, na foto) comemora o negócio próprio, depois de 20 anos como catador

No lixo, também é possível galgar posições

Relógio em frente à porta. Lista de preços afixada na parede. Balanças, prensa e dois funcionários a postos, para preparar a carga que ainda passará por um segundo atravessador antes de chegar ao destino final: as indústrias de Porto Alegre. Lixo por todos os lados e, finalmente, os dedos não estarão ardidos. Depois de 20 anos como catador, Marcelo Farias Lameirão, 33, agora ocupa a cadeira de chefe. Claro que o volume de trabalho e a estrutura enxuta não permitem ficar sentado, mas o morador da vila Castilho exibe um sorriso de satisfação, ao narrar a conquista: há mais de um ano é dono de um depósito.

"Às vezes, a gente corta os dedos em um pedaço de vidro e começa a arder bastante, mas como se precisa de dinheiro, a gente pensa: 'Vamo de novo'", conta e mostra as cicatrizes acumuladas em duas décadas como catador. Agora está do outro lado: faz o preço e negocia com conhecimento de causa. Se vai comprar papelão, por exemplo, é hora de redobrar a atenção: se estiver molhado é preciso dar um desconto ao peso.

Quanto ao valor pago ao quilo, não adianta choradeira. Todos receberão o mesmo, até porque grande parte de quem para em frente à balança não é apenas freguês. A

maioria é também vizinho de Lameirão. Ali, no beco da Castilho, praticamente a metade dos habitantes vive, de alguma forma, ligada à coleta de resíduos sólidos. "Se algum deles está precisando, posso até emprestar um dinheiro, mas não farei preço especial em função de amizade", garante.

E, embora o comerciante afirme que o número de depósitos tenha caído de aproximadamente 45 para 15, a movimentação que se vê nas ruas - das primeiras horas do dia ao início da madrugada - não parece indicar negócios em queda (apesar da redução nos preços) ou nova perspectiva de vida a essas famílias. É o que também aponta o levantamento da Associação Fonte da Vida, em fase de criação. A estimativa é de que, hoje, em torno de quatro mil pessoas vivem como catadores em Pelotas. Um aumento de 50%, 60% em relação à década de 80 - calcula um dos fundadores da entidade, João Carlos Oliveira dos Santos.

"É uma saída, um emprego", resume Marcelo Lameirão. "Como teria serviço para todo mundo?", questiona, com a experiência de quem estudou até a 4ª série e viu várias portas se fecharem na hora de integrar as estatísticas do mercado formal. "É uma salvação.



Na hora da pesagem, a expectativa para saber quanto cairá no bolso, depois de um dia-a-dia desgastante

Muitas mãos para um mesmo lixo

Não é preciso circular muito para, em seguida, um novo tom de voz indicar: o personagem é outro. As histórias. As dificuldades. As barreiras. Os dilemas. Até os sonhos se cruzam entre uma mão e outra, tão diferentes, mas que vasculham a mesma lixeira, num mesmo dia, com um mesmo objetivo: fazer a vida andar.

Carlos José Vieira de Araújo, 28, entrou para o mundo do lixo por volta dos 13 anos de idade. Foi assim, à cata de objetos descartados, que o morador da vila Castilho passou da condição de filho para a de pai, viu a pele enrijecer - ainda na juventude - e tirou da mira objetos que hoje perderam valor, como vidros e até ossos.

"Às vezes aborrece, a gente trabalha, trabalha e não vê resultado", admitiu naquela manhã gelada de 17 de julho. E isso que Araújo divide a atividade com a companheira: "Uma guerreira, que na gravidez dos nossos dois filhos, continuou catando", destacou o popular Marrom, ao se preparar ao nascimento da caçula Maichele.



Em meio à rotina dura, o bom humor de Marrom

Crise mundial traz efeitos à cadeia produtiva da reciclagem

s Carlos Queiroz - DP

A queda nos preços do chamado lixo limpo ainda traz reflexos ao grupo liderado por Jesús Salgado Kickofel, no bairro Fragata. Na carona de salários reduzidos, o número de trabalhadores também caiu, nos últimos dez meses. Ao invés dos usuais R\$ 400,00 recebidos, por mês, os parceiros de jornada não têm conseguido atingir o patamar de R\$ 280,00. Resultado? Quatro deles optaram pela saída.

Pressas e picotadeira seguem em operação de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 14h às 18h. Não houve alterações no expediente. Trabalho existe. Material para preparar aos compradores também. O que todos eles sabem, no entanto, é que na hora de negociar o preço, pouco dinheiro tem chegado no fundo do bolso. A consequência vale também aos cerca de 70 catadores que oferecem suas cargas ao grupo Agentes Ambientais, prestes a completar oito anos.

O papelão é um exemplo. Até outubro de 2008, o quilo era repassado ao atravessador - que faz a matéria-prima chegar a Porto Alegre e à região da Serra - por uma média de R\$ 0,26, R\$ 0,28. Agora, em meio aos efeitos da crise mundial, o valor estacionou nos R\$ 0,16. Na outra ponta da cadeia, do lado mais fraco da corda, o catador, que alimenta todo o sistema, tem recebido R\$ 0,08 pelo quilo.

"É pouco, é verdade, mas é uma renda garantida", enfatiza Kickofel. Ana Leopoldina Cavalheiro da Silva, 45, já viveu a experiência de deixar o grupo. Ficou dois anos fora e pediu para retornar: "O sapato apertou e voltei. Graças a Deus, estou aqui de novo há dois anos." Como catador, o marido não estava conseguindo ultrapassar os R\$ 40,00, por mês - conta. Era urgente reforçar a renda, para não ver os dias difíceis da infância se repetirem: "Não tenho vergonha de dizer, quando criança, em Canguçu, passei fome com meus irmãos." Hoje, gananciosa, como se intitula, Ana tem um sonho: "Nunca deixar faltar nada na minha casa." E o todo, resume, são alimento e saúde.

“

Não tenho vergonha de dizer, quando criança, em Canguçu, passei fome com meus irmãos.”

Ana da Silva,
45 anos

Para o coletivo, um novo paradigma

Nesses quase oito anos de trajetória, o grupo Agentes Ambientais adotou os princípios de cooperativa, mas nunca chegou a ser registrado como tal. Na hora de repartir os lucros, o que vale é o ponto, que comprova a assiduidade. Quanto mais dias trabalhados, maior será o valor na partilha. Se o cooperado, entretanto, ocupa a vaga, mas faz corpo mole para dividir as tarefas, existe um mecanismo em que ele pode ser excluído. Antes, "fazemos uma reunião para chamá-lo no apito", ensina Kickofel, ao prezar pela saúde financeira do grupo.

Foi ao lado dos colegas que já passaram pelos Agentes Ambientais que o também canguçuense - criado na localidade da Sangra Funda - obteve a oportunidade de retor-

nar ao mercado de trabalho, apesar do pouco estudo. "Só tenho até a 3ª série e, como já estava com mais de 40 anos, não estava conseguindo nada", relembra. "Admito que me senti discriminado. Me senti uma pessoa descartada." O Agentes Ambientais, então, nasceu como alento. E, nos primeiros tempos, Jesús Kickofel unia-se a outros companheiros para ir às ruas catar o lixo que ajudaria a garantir o sustento das 18 famílias que deram início ao grupo. Hoje funcionam como revendedores.

E, apesar dos preços em queda, os trabalhadores vivem nova fase, com acompanhamento do Núcleo de Economia Solidária e incubação de Cooperativas (Nesic), da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Há

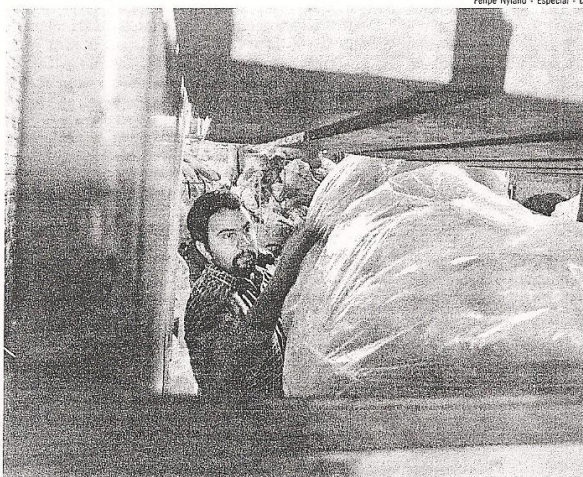


Picotadeira despedaça o conteúdo do material doado por escritório de advocacia, no Fragata

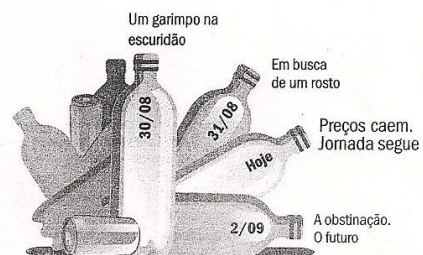
sete meses recebem informações que pas- sam por autogestão, liderança, análises de mercado, captação de recursos e contabilidade. É um processo que deve culminar, em breve, com a regularização jurídica. Tudo para que, depois dos dois anos de incubação, possam estar mais qualificados para caminharem sozinhos - explica o professor Reinaldo Tillmann.

Quanto ao receio de grande parte dos catadores em trabalhar de forma associativa, o advogado ressalta: não é uma característica única de pelotenses ou brasileiros e, muito menos, específica dos catadores. É uma visão que caminha junto ao individualismo, em qualquer ponto do globo. "O ser humano está com o pensamento voltado para si, para os problemas de seu círculo restrito", lamenta o professor de Direito Público. O que falta é uma predisposição cultural para o trabalho coletivo, que faça o cidadão enxergar outra forma de organização econômica, em que busque as soluções em conjunto e entenda a vida como uma inter-relação cultural, integrada inclusive ao meio ambiente - defende Tillmann. "Depende de uma mudança de paradigma."

Grupo recebe orientação do Núcleo de Incubação de operativas, da UCPel, e se prepara para regularização jurídica



Felipe Nyland - Especial - DP



2 Catadores de esperança

DIÁRIO POPULAR
QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2009

Enquanto os projetos não saem do papel e signifiquem avanços reais, crescem os projetos e adubam-se iniciativas voltadas a crianças e jovens, que possam imprimir novo ritmo ao mercado socioambiental do lixo

Michele Ferreira

Pelotas. Quando o pequeno Rodrigo Ávila Urguim, aluno da 1ª série da Escola Mário Meneghetti, entra no auditório e sobe ao palco, um bom sinal está por vir. Com livretos em mãos, ele declama crianças e adolescentes a refletir sobre o tripé reutilizar, reduzir e reciclar e, por instantes, transforma-se em emblema de um processo lento, mas positivo: o destino correto dos resíduos sólidos.

São leis federais. Projetos do município para implementação da coleta seletiva, em respeito às exigências da União e do Ministério Público (MP). São apostas na educação ambiental. Iniciativas de organização que deem aos catadores características de categoria. Esse é o universo do quarto capítulo da série *Catadores de esperança*, que se encerra hoje. São contrapesos na balança das desigualdades sociais, pano de fundo ao mercado do lixo.

Só empenho não basta

A figa tem lugar de destaque. Não está guardada em um bolso ou presa à corrente, por debaixo da roupa. O amuleto está afixado na carrocinha que, todos os dias, Adão Laerte trata de puxar, em geral das 16h30min às 22h. E, nessas cinco horas e meia de trabalho, ele assegura: não bastam empenho e força de vontade. Com cada vez mais catadores nas ruas, é necessário também uma boa dose de sorte. Daquelas, de quem se depara com pilhas de papelão recém-colocadas em frente às lojas.

"É brabo", encurta, com a experiência de quem tem 15 dos 48 anos de idade dedicados à atividade. Em dias de fartura, a renda chega aos R\$ 10,00. Em outros, fica em torno dos R\$ 6,00, R\$ 7,00. De volta a Pelotas, depois de morar um ano e três meses na vila Chocolateão, em Porto Alegre, Laerte mantém o princípio que o move diariamente, apesar da falta de oportunidades: "Quer o estar limpo. De cara erguida." É, sem dúvida, um preceito moral. Do contrário, abreviaria caminhos que o levassem mais rápido aos mesmos R\$ 0,07 pagos pelo quilo do papelão, por exemplo. É uma decisão que o mantém, sim, de cabeça erguida para buscar não apenas novos resíduos recicláveis, mas para escrever sua história com dignidade.

Antes da coleta, crescem os planos

A coleta seletiva, parcial, ainda nem começou em Pelotas, mas já fomenta projetos e tende a contribuir na organização do setor. O desafio será reduzir o contingente de trabalhadores que ficarão excluídos do processo. Entre as lideranças que atuarão em parceria com o Sanep, para fazer funcionar as três unidades de triagem, os planos não param de crescer.

Para chegar ao futuro, obs



Atrás de cada trabalhador, informalidade se expande e, como reação, gera a criação de associações, cooperativas e movimentos que amenizem dificuldades

Na Cooperativa Ambiental Prestação de Serviços e Ação Social - que estará por trás do galpão instalado na zona do Porto - dois pontos entusiasmas. Primeiro, a possibilidade de repassar (através de contratos) seis prensas para facilitar o trabalho de outras comunidades de catadores, que venderiam suas produções à cooperativa. Segundo, a garantia de jogar preços mais elevados ao mercado. Em parceria com a empresa Incopec, a Cooperativa projeta pagar até R\$ 0,16 pelo quilo prensado do papelão, por exemplo - adianta o presidente Soni Fagundes.

Na Cooperativa de Trabalho Reciclagem, Integração e Ação Social, do Getúlio Vargas,

as atenções também se voltam a dois pontos: as vendas em bloco, junto a outras cooperativas e associações, para aumentar o poder de negociação e garantir um preço mais alto na hora de entregar a produção, e o beneficiamento de garrafas pet para confecção de vassouras e cordas de roupa, em prováveis tratativas com empresa de Londrina, no Paraná, que dispõe da tecnologia. "Hoje contamos com 20 cooperados, mas temos outros 40, na espera, para quando começar a coleta de porta em porta", afirma Giovane Lessa.

Na Associação de Catadores Fonte da Vida, que atuará junto ao galpão da vila Cas-

tilho, os olhares também apontam ao beneficiamento. Um dos focos são as caixinhas Tetra Pak, que poderiam se transformar em telhas, em possível parceria com a Defesa Civil, do governo do Estado.

São esforços para, em primeiro lugar, tirar os catadores do aterro sanitário de Pelotas, colocar a coleta seletiva em prática e organizar o setor. O difícil será não repetir os episódios de Porto Alegre, como teme o diretor-presidente do Sanep, Ubiratan Anselmo. Lá, na capital, apenas 700 trabalhadores foram incluídos no modelo de coleta seletiva tradicional. "Os outros cerca de 15 mil permanecem excluídos e subjugados a péssimas condições de trabalho impostas pelos sucateiros", preocupa-se o articulador da Frente de Apoio aos Catadores, Cristiano Oliveira. "Eles acabam competindo contra os caminhões que executam essa coleta, o que também diminui o volume de recicláveis que as empreiteiras coletam a serviço do Poder Público", afirma. "E, no recrudescimento desse conflito, perde toda a sociedade."

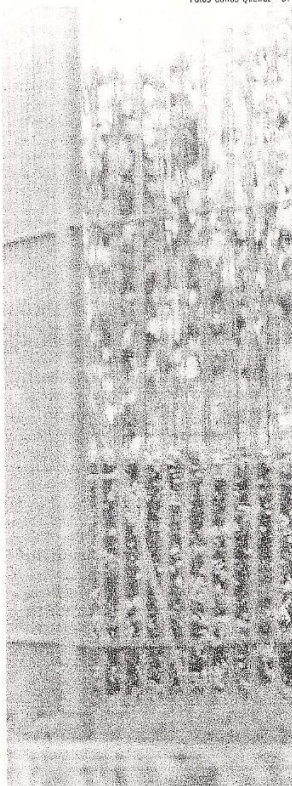
Em Pelotas, fica a expectativa às consequências, enquanto os projetos abarcarem um número ínfimo de catadores. Pouco mais de 60 trabalhadores devem ser incluídos nesse processo inicial, que colocará na rota da coleta em torno de dez mil residências, em dias e horários alternados. Outras cerca de quatro mil pessoas devem permanecer na catação diária pela sobrevivência, com cabeças e mãos enfiadas em lixeiras.



Adão Laerte, chegou a tentar a vida em Porto Alegre, mas voltou a Pelotas e seguiu como catador

inação

Fotos Carlos Queiroz - DP



Aposta no amanhã

O trabalho é simples, mas está focado à base: a educação ambiental de crianças e adolescentes. E o melhor: as lições não se restringem à sala de aula. Desde o início do ano, alunos de 1ª a 6ª séries, das escolas Getúlio Vargas e Mário Meneghetti, têm participado de oficinas, palestras e brincadeiras como amigos da natureza. Eles são os agentes ambientais mirins. Uma gurizada disposta a proteger os animais, a plantar mudas de árvores ou a transformar o lixo em arte.

Em frente aos colegas, Rodrigo Ávila Uguim e Natasha Ferrari falam na importância da coleta seletiva e deixam a mensagem: reutilizar, reduzir e reciclar. As latas de tinta vazias, por exemplo, logo, ganhariam as coberturas verde e laranja e se transformariam em lixeiras à instituição. O coordenador do trabalho, Carlos Alberto de Oliveira, 19, comemora a motivação da gurizada, que não se intimida: ao ver vizinhos, amigos ou familiares jogarem lixo no chão, os estudantes tratam de corrigi-los.

"Quería fazer alguma coisa para ajudar, para tirar as crianças e os jovens das ruas", ressalta o presidente do Projeto Educacional Unidos da Comunidade (Peuc),

criado há sete anos. Ao tomar a iniciativa de buscar apoiadores ao reforço escolar e ao programa de férias, Oliveira era aluno da 4ª série da Escola Getúlio Vargas. Era uma criança preocupada com os seus iguais. Nada que diminuísse a seriedade da proposta, tanto que novos braços seguem a surgir: os agentes ambientais mirins são mais uma alternativa. E a ideia é de que novas escolas possam aderir ao trabalho, como ocorreu recentemente com a Francisco Caruccio (Caic).

Destino dentro da lei

Um galpão simples instalado no campus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Capão do Leão, coloca em prática uma obrigação legal: a coleta seletiva solidária. É o decreto presidencial 5.940, de outubro de 2006, que estabelece que órgãos e entidades da administração pública federal - direta e indireta - devem destinar o material reciclável a associações e cooperativas de catadores que, entre outros pré-requisitos, possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos. Para garantir o caráter social, o decreto fixa também que, de seis em seis meses, um outro grupo deve ser responsabilizado pelo serviço - obedecido todo o regramento.

Os resíduos orgânicos produzidos no campus, entretanto, são encaminhados ao aterro de Capão do Leão, conforme convênio firmado com a prefeitura. Isso enquanto o "Resíduo Zero" não sai do papel. O projeto prevê a estabilização e a transformação do material orgânico em adubo, altamente nutritivo para aplicação em solo agrícola, além de elevado valor comercial.

"O interesse inicial não é pela venda, mas pela utilização interna", afirma um dos integrantes da Coordenadoria de Saneamento Ambiental, Pablo Mendes. Hoje, projetos do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG) e dos cursos de Agronomia e Engenharia Agrícola, que fazem o manejo do solo, usam adubo comprado.



Morador de rua, Renato Ribeiro, encontrou, no mercado da reciclagem, única fonte certa de sobrevivência

O lixo que move um milhão de pessoas

Não há divisões por gênero, mas é a rotina verificada nas ruas e nas unidades de triagem, em todo o Brasil, que demonstra a segmentação natural. De um lado, na coleta, a maioria é de homens. As mulheres reservam-se, mais, às atividades de separação e classificação do material. Quando estão nos pavilhões, os homens, em geral, dedicam-se ao enfiamento de resíduos e ao carregamento de caminhões.

São homens e mulheres de perfis heterogêneos. Dos 14 aos 75 anos de idade e históricos de vida igualmente distintos. É assim em todo o país e não são poucos os cidadãos que se espalham de uma ponta a outra do território em busca de lixo. A pedido do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) apontou: são cerca de um milhão de trabalhadores; em torno de 80 mil só no Rio Grande do Sul.

"São remanescentes de catadores históricos que descendem de índios e negros que tiveram negado o acesso a propriedades e a garantias de um trabalho formal", enfatiza o sociólogo Cristiano Benites Oliveira. Outros são fruto do êxodo rural e não encontraram ocupação nas cidades. Há também, principalmente nos dias atuais, os trabalhadores que provêm da classe operária: "São pessoas que vêm sofrendo com os processos de desindustrialização e de reestruturação produtiva que geram grandes contingentes de desempregados nos anos 80 e 90", complementa o articulador da Frente de Apoio aos Catadores, vinculada ao MNCR. São cidadãos como Renato Ribeiro, que encerra a série *Catadores de esperança*.

Empreitada acaba num prato de comida

A jornada não tem hora certa para encerrar. O corpo pode estar cansado. Às vezes com cerca de 20 quilos sobre as costas, mas a realidade manda prosseguir. É justamente o peso, que enfraquece e debilita, que significará o alimento. Ou nem ele. "Dá mal para comer", resume Renato Ribeiro, 38. A peregrinação de lixeira em lixeira, em percursos aleatórios, não tem regras nem traz certezas.

Nas ruas há cerca de dois anos, praticamente sem conviver com os seis filhos e sem qualquer bico em obras ou pinturas em vista, Ribeiro não tem enxergado outra saída: por volta das 7h, 8h, embaixo de chuva ou sol, é preciso enfrentar o novo dia. "Dá um aperto no coração." Sente-se à beira da depressão - admite. "Tem que encarar mesmo."

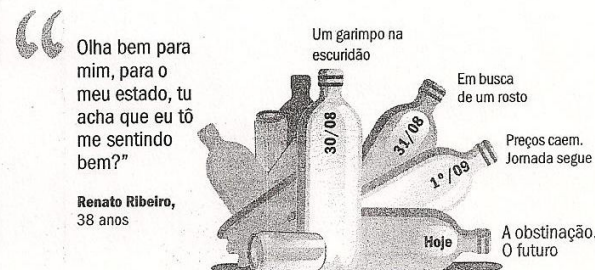
Cobertas, papelões e as poucas peças de roupa que possui são acomodados em um

canto - também aleatório - e, logo, se o dia não for de escassez, os sacos há de estar cheios do lixo-sobrevivência. Para os sacos não castigarem demais o físico, todos ao mesmo tempo, a estratégia é interromper a coleta quando o volume de material compensa a caminhada até os depósitos. Negócio fechado, venda consolidada, é hora de começar tudo de novo: preparar-se a novos longos trajetos, que se transformem em mais seis, sete ou oito sacos cheios sobre as costas.

Antes de seguir caminho e traduzir a vida num oscilar de altos e baixos, Ribeiro lança a indagação, crua: "Olha bem para mim, para minha jaqueta suja, para o meu estado, tu acha que eu tô me sentindo bem?" Em resposta, o silêncio. "Isso não é vida para ninguém." Em respeito, o silêncio.



Agentes ambientais dão exemplo de cidadania



“Olha bem para mim, para o meu estado, tu acha que eu tô me sentindo bem?”

Renato Ribeiro, 38 anos

ANEXO 5

DIÁRIO POPULAR

R\$ 1,50 | ANO 120 | 1890-2010 | Nº 78

QUARTA-FEIRA

18 DE NOVEMBRO DE 2009 | PELOTAS, RS

Acesse o novo portal
WWW.DIARIOPOPULAR.COM.BR**SOLIDARIEDADE**

Em mais uma edição, a campanha Bouquet do Amor chega ao fim este ano com 13 mil novelos de lã arrecadados

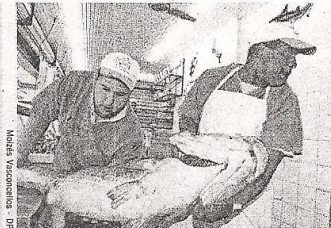
Página 10



Cristina Quintoz - DP

LEGISLATIVO

Vereadores derrubam veto e promulgação da Lei Antifumo fica mais próxima

Página 17

Mônica Vasconcelos - DP

CURIOSIDADE

Com 39 quilos, o peixe da espécie miragaia foi atração no Mercado Central ontem, onde acabou sendo vendido inteiro por R\$ 200,00

Página 7

Polícia Federal prende 51 e desarticula comércio de crack

Carlos Queiroz - DP



Quadrilha desmantelada era responsável por 80% da droga vendida em Pelotas e chegava a movimentar R\$ 2 milhões por mês **Páginas 2 e 3**

LIXO

Nova empresa assume sábado

Revita, de São Paulo, substituirá a PRT no recolhimento por seis meses; Sanep diz que escolha se baseou na capacidade operacional

Página 7**CONQUISTA**

Funasa analisa projeto regional

Construção de um centro de referência em saneamento será discutida amanhã entre técnicos e o consórcio da Azonasul

Página 12

JANPES ADVOCACIA
Sábias André Padua dos Santos - OAB-52953

- Recuperamos benefícios negados pelo INSS
- Ações previdenciárias, civis e militares (Forças Armadas)
- Revisão de aposentadorias
- Defesas judiciais / Ações trabalhistas
- Evite busca e apreensão - revisamos seu contrato

Rua Mal. Deodoro, 415 - Fone: 3225-0163
Av. Duque de Caxias, 149 - Fone: 3227-8155
Av. Bento Gonçalves, 29.833 - F: 3025-1657
PELOTAS, RS
Av. Nereu Silva, 1.520 - CAPÃO DO LEÃO.

FALTAM 3 DIAS

e
estação
DIÁRIO POPULAR

Fonte: Jornal Diário Popular. Pelotas/RS

PF derruba quadrilha e prende 51

A Operação Castelo, realizada desde março pela Polícia Federal, fecha o cerco a um importante grupo de traficantes de crack e assaltantes de banco; entre os envolvidos estão dois policiais militares e três advogados

Tânia Cabistany

Pelotas. A Polícia Federal (PF) desmantelou a maior quadrilha de traficantes que agia em Pelotas, região e na Grande Porto Alegre. Conforme o delegado da PF, Alexandre Pulli, 80% do fornecimento de crack na cidade foi interrompido por meio da Operação Castelo, iniciada em março deste ano. Foram presas 51 pessoas, sendo 35 apenas ontem (outras 16 já estavam no Presídio Regional de Pelotas). Os 280 policiais designados para a ação seguem no encalço de outras 17 que estão foragidas. Entre os envolvidos estão dois policiais militares (PMs) e três advogados.

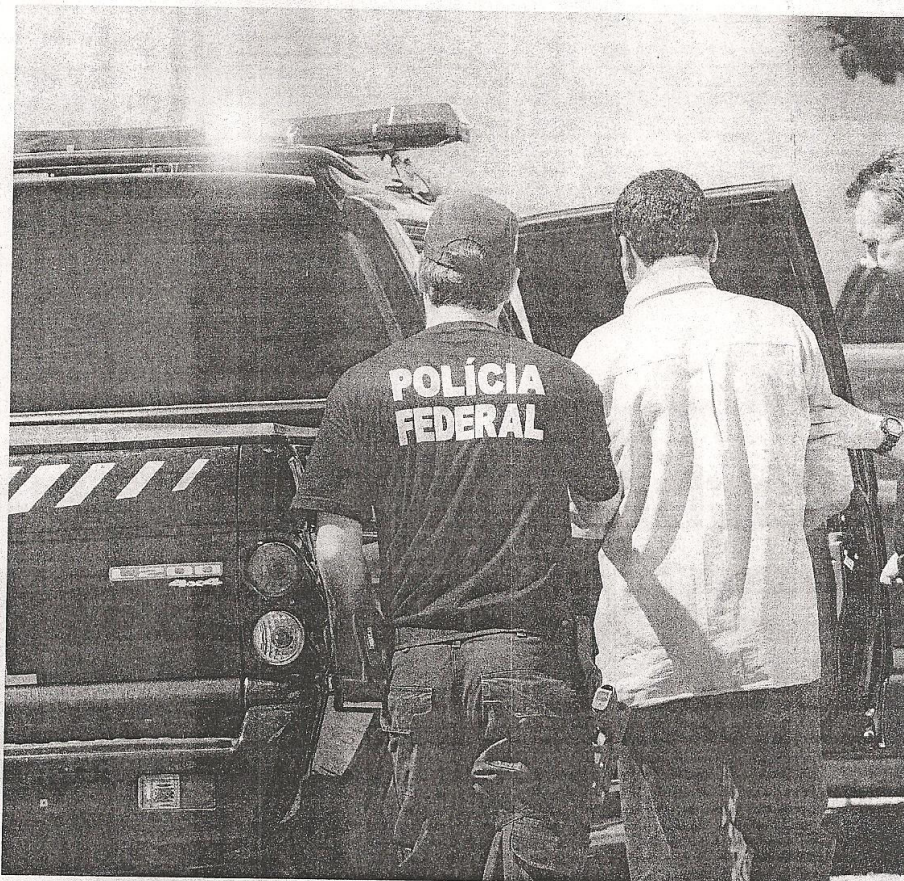
Foram apreendidos 49 quilos de crack, R\$ 300 mil em dinheiro, armas e munições. Ainda ontem a PF cumpriria os 68 mandados judiciais expedidos para prender os investigados desde março. Pulli destaca que os indícios são de que os dois PMs informavam a quadrilha sobre as ações da PF no combate ao crack para os traficantes, assim como apoiavam nos assaltos praticados, inclusive desligando alarmes dos estabelecimentos.

Um deles deu cobertura ao assalto praticado no caixa eletrônico do Banco do Brasil, mas a quadrilha estava envolvida ainda nos assaltos ao Banco Real em abril deste ano, ao caixa eletrônico do Itaú, ao gerente do Santander de Rio Grande e a um casal de idosos. Os PMs envolvidos, um de Pelotas e outro do Capão do Leão, estão sob custódia da Brigada Militar, que apoiou a Operação Castelo, e serão levados para o Centro de Operações da BM, em Porto Alegre.

Números. De Pelotas foram 31 os presos pela PF. A quadrilha, que tinha seu principal ponto de venda de droga no Beco Albuquerque de Barros, na vila Castilho, era liderada pelo por um elemento de Canoas, que além de financiar, emprestava assistência jurídica ao grupo. A droga chegava a Pelotas acondicionada nas laterais de veículos de passeio. De acordo com as investigações, a movimentação mensal era de R\$ 2 milhões, sendo que o fornecedor recebia R\$ 270 mil por semana. Eram vendidos dez quilos de crack na Castilho por semana.



Principal ponto de venda estava localizado no Beco Albuquerque de Barros, na Castilho, local chegava a movimentar R\$ 270 mil por semana



Ação de ontem, na qual foram cumpridos 68 mandados judiciais, resultou em 31 detenções só em Pelotas e na apreensão de drogas, armas e dinheiro

Quadrilha valia por dez, diz delegado

A PF efetuou 18 flagrantes desde o início da operação, que prosseguirá até a captura do último foragido, afirmou Pulli. Segundo o delegado regional de Combate ao Crime Organizado, Alexandre Isbarrola, que veio a Pelotas para acompanhar a ação, a quadrilha desmantelada valia por dez, cada uma com cinco ou seis elementos. "Esta é

uma das operações de maior relevância no combate ao tráfico de drogas, assalto a bancos e delitos que traziam danos à sociedade", frisou. "Foi desvendada a ação de uma organização criminososa", acrescentou Pulli.

Para o coordenador geral da Polícia de Repressão e Entorpecentes, Sérgio Silveira, que também acompanhou a operação ontem em Pelotas, a PF conseguiu com essa operação desmanchar uma quadrilha que tinha conexão com outros crimes e isso vai causar um impacto grande na região.

Parentes em lágrimas

Enquanto os policiais federais anunciavam à imprensa o resultado da Operação Castelo, familiares e amigos dos presos acompanhavam do lado de fora a movimentação na sede da PF, situada na avenida Duque de Caxias, Fragata. Algumas pessoas choravam, outras se mostraram revoltadas, inclusive com a imprensa. O forte aparato policial, com muitas viaturas entrando e saindo o tempo todo atraiu a atenção de curiosos, que se aglomeraram durante toda a manhã de ontem no local para acompanhar a função.



“80% do fornecimento de crack na cidade foi interrompido por meio da Operação Castelo.”

Alexandre Pulli, delegado

Brigada apreende cocaína

Policiais surpreenderam dois jovens com entorpecentes na vila Castilhos

Carolina Malhão

Pelotas. A Brigada Militar (BM) flagrou dois adolescentes suspeitos de traficar cocaína na vila Castilhos durante a madrugada de ontem. Os policiais abordaram os jovens, ambos de 17 anos, e encontraram 27 pedecinhas de cocaína no bolso de um deles.

Eram 6h30min quando os policiais realizavam patrulha de rotina na região, suspeitaram dos menores e os abordaram. A droga e R\$ 85,00 em dinheiro foram apreendidos e entregues na Delegacia de Polícia de Pronto Atendi-

dimento (DPPA). Já os jovens foram levados à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), onde foram ouvidos e liberados aos responsáveis. De acordo com o delegado Osmar dos Anjos, não era caso para internação dos acusados na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), principalmente, pela pouca quantidade de entorpecentes que carregavam. No entanto, o flagrante foi registrado.

Adolescentes. Ontem foi o segundo dia em que ações da Brigada Militar (BM) desencadearam a apreensão de adolescentes que carregavam entorpecentes. Na terça-feira dois jovens, de 16 anos, foram flagrados em Rio Grande. Com eles, a polícia encontrou 17 pedras de crack na rua Um do bairro Getúlio Vargas.

Obelisco. Eram 24h50min quando os policiais souberam de um furto em residência e seguiram as pistas de onde poderia estar o material furtado. Eles invadiram a residência suspeita no Corredor do Obelisco e surpreenderam os acusados.

O furto ocorreu na mesma região. E logo após saber do crime na residência os policiais do Setor de Inteligência auxiliaram os grupos de patrulha da Brigada a encontrar o local onde ocorria a negociação. Os policiais prenderam C.O.C., 25, J.S.S., 25, suspeitos de terem arrombado a residên-

Santa Vitória do Palmar

Também ontem a Brigada encontrou um suspeito de tráfico dentro de uma boate às 3h. Os policiais entraram na casa noturna, no bairro Coxilha; e, durante revista, encontraram uma pochete de couro vermelha com 22 pedecinhas de cocaína. Os policiais interrogaram frequentadores do local e acabaram encontrando as acusadas.

Dois mulheres, de 22 e 19 anos, foram detidas e encaminhadas à Delegacia de Polícia (DP), onde receberam voz de prisão em flagrante por tráfico de drogas. Agora a Civil continuará a investigação para descobrir se há uma quadrilha envolvida no esquema de venda de drogas em boates.

cia e venderem os produtos. O proprietário do brique J.F.S.C., 36, também acabou detido e encaminhado à Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA), onde os três receberam voz de prisão em flagrante.

Um deles ainda estava armado com revólver calibre 22 e foi autuado por porte ilegal de arma de fogo. O Setor de Inteligência reforça que qualquer informação é importante para que a Brigada combata a criminalidade na cidade. As denúncias podem ser repassadas através do 190 ou então no número 3309-5333. (CM)

Cidade Nova

Homem acaba preso após assalto

Rio Grande. Após um assalto a mão armada, no bairro Cidade Nova, a Brigada Militar (BM) conseguiu deter o suspeito de cometer o crime. Eram 15h15min de segunda-feira quando a polícia soube do delito na rua General Abreu e foi até o local para apurar as circunstâncias.

Ao saber as características do acusado e o que havia roubado começou a perseguição. Há aproximadamente 300 metros do local do crime a polícia conseguiu encontrar o suspeito com o celular da vítima. Com ele, os brigadistas ainda apreenderam um revólver com quatro cartuchos intactos.

M.A.C.R., 18, foi encaminhado à Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA), onde recebeu voz de prisão em flagrante. De acordo com a Brigada Militar, o detido já responde por crimes de furtos e roubos.

Auxílio Viatura recuperada para o Fragata

Pelotas. Uma união de esforços entre o Clube de Empresários do Fragata (Cefra) e a empresa de ônibus Turf recuperou uma viatura da Brigada Militar (BM).

Após os reparos feitos no carro ele voltou a rodar em patrulhas pelo bairro.

O automóvel Chevrolet Prisma foi danificado após um acidente enquanto policiais realizavam ronda no Fragata. Para não desfalcar a segurança, Cefra e Turf investiram para arrumar o veículo. O carro foi reentregue ao tenente Giovani Noremberg, da 3ª Companhia do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM), na semana passada.

Nas bancas



Polícia prende por furto e receptação

Pelotas. Uma ação da Brigada Militar (BM), durante a madrugada, conseguiu flagrar a ação de homens que vendiam objetos furtados para

Segurança

Guarda estará armada em breve

Pelotas. Amanhã a Guarda Municipal dará mais um passo para concretizar o uso de armas de fogo pelos servidores. Em Porto Alegre, o comando irá entregar à Polícia Federal (PF) a documentação para avaliação, assinatura e convênio da liberação do porte para 69 guardas.

A reunião estava marcada inicialmente para hoje, no entanto a falta da assinatura em um documento adiou a viagem. Mas após a entrega do documento a previsão da Guarda é de que em 30 dias os funcionários já estejam aptos para começar a utilizar revólveres durante as rondas. De acordo com a sub-chefe da Guarda Nádia Custódio Pinto, o uso é tanto para a defesa dos guardas quando para da população, além de ser mais uma ferramenta para proteger os bens públicos. "Mas só será usada em último caso", garantiu. Os servidores já passaram por testes psicológicos e pelo curso de capacitação na Academia de Polícia (Acadepol). "Estou com todos os documentos que garantiram o termo de convênio", destacou Nádia. A Guarda também já possui o armamento. De acordo com a sub-chefe, alguns revólveres,



Acadepol ministrou as aulas

todos de calibre 38, foram doados pelo Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (Sanep), outros adquiridos pela prefeitura além dos que os guardas já possuíam e estavam guardados.

A finalização do processo se deu na última quinta-feira quando a prefeitura publicou portaria de acordo com a Lei 5.647, nomeando o corregedor e ouvindo da Guarda Municipal, último quesito legal para a formalização do porte de armas.



Dr. Roger Cavichioli
DAB/RS 46271
Advogado

Causas criminais, cíveis, trabalhistas e administrativas

racavichioli@brturbo.com.br

General Osório, 678 - Sala 201 | Fones: 3222.8879 - 3222.7688 - Cel: 9982.9060

Publicações oficiais

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 018/2010 Tipo: menor preço - **OBJETO:** Aquisição de um veículo zero km, motor 1.0, ano e mod. 2010. Data de abertura: 02/04/2010, às 14h. Local da abertura: Centro Administrativo, sito à rua Sete de Setembro, nº 322. Edital disponível no site: www.pinheimomachado.rs.gov.br. Comissão de Licitações fone (53) 3248-3514. Pinheiro Machado, 10 de março de 2010. Luiz Fernando de Ávila Leivas, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO MACHADO

AVISO DE MODIFICAÇÃO DE DATA LICITAÇÃO TP 016/2010

A Comissão de Licitações, informa que a Tomada de Preços nº 016/2010 cujo **OBJETO:** Aquisição de uma ambulância zero km, será aberto dia 25 de março de 2010, no mesmo local e horário. Edital disponível no site www.pinheimomachado.rs.gov.br. Pinheiro Machado, 10 de março de 2010. Luiz Fernando de Ávila Leivas, Prefeito Municipal.

uspeitos

Carlos Queiroz - DP



A palavra da Brigada

Os dois brigadianos, subordinados ao 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM) e presos durante a operação, já estão no presídio dos militares em Porto Alegre. Segundo o comandante do 4º BPM, tenente-coronel Elizeu Vedana, provavelmente seja aberto um conselho de disciplina, que funciona como um minijúri, para decidir se os envolvidos continuarão na corporação.

Ainda de acordo com Vedana, a investigação já corria há algum tempo e através de filmagens os agentes conseguiram identificar a participação dos policiais nos crimes. O comandante acrescenta que no passado um dos suspeitos já havia sido expulso da Brigada. Porém, ao requisitar seu posto na Justiça, garantiu o direito de permanecer na instituição.

Por enquanto, os dois indiciados continuarão detidos temporariamente e sob investigação da Polícia Federal. Para a prisão dos acusados a própria Brigada Militar (BM) agiu em apoio aos policiais federais. Brigadianos prenderam um dos colegas ainda em casa e o outro chegando ao Batalhão. "Nossa preocupação foi só acompanhar a Polícia Federal e fazer o nosso trabalho", definiu Vedana, ao garantir que não tem interferência nas investigações nem corporativismo.

Amigos e parentes dos investigados acompanharam emocionados a movimentação em frente a sede da PF, na avenida Duque de Caxias, no Fragata



O mapa da distribuição



Tema frequente

No dia 19 de abril as páginas do Jornal estamparam matéria sobre o esquema de tráfico de entorpecentes em Pelotas. Na reportagem *O vício no caminho da escola* foi denunciado o livre comércio de tóxicos nas proximidades de colégios em vários bairros da cidade.

O mapa do tráfico já apontava Pestano, Dunas, vila Castilho, Guabiroba e Navegantes como pontos com concentração de bocas de fumo e relatava a proximidade dos pontos de tráfico com as escolas. E foi nos mesmos bairros que a Polícia Federal (PF) encontrou algumas das dez quadrilhas desbaratadas ontem.

Após a prisão, a expectativa dos policiais é de que diminua em 80% o tráfico na cidade. Assim, professores e pais, de educandários como a Escola Marechal Lima e Silva, na Cohab Lindoia, e a Escola Municipal Francisco Carúccio, no Pestano, passarão a ter dias mais tranquilos após sete anos sendo dominados pelo medo.

Além dos bairros, o Centro também foi alvo da Operação Castelo. A matéria do Diário Popular conseguiu apurar que a poucas quadras do Colégio Estadual Dom João Braga, na região central, também existiam bocas de fumo.



Efetivo designado para a operação reuniu 280 policiais que seguirão no encalço de outros 17 foragidos, que agiam na região e na Grande Porto Alegre

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)